

TEXTO PARA DISCUSSÃO

No. 481

A MOEDA METÁLICA EM
PERSPECTIVA HISTÓRICA :
NOTAS EM TORNO DE UMA
EXPOSIÇÃO

1ª Parte: De cerca de 600 a.C ao Séc. XV d.C

LUIZ ARANHA CORRÊA DO LAGO



DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
www.econ.puc-rio.br

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PUC-RIO

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 481

A MOEDA METÁLICA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA :
NOTAS EM TORNO DE UMA EXPOSIÇÃO
1ª Parte: De cerca de 600 a.C ao Séc. XV d.C.

LUIZ ARANHA CORRÊA DO LAGO

JANEIRO 2004

Abstract : The objective of this study, divided in two parts, is to present the broad lines of the history of coinage, using it as a guideline to briefly retrace the evolution of the History of the World between 600 B.C. and 2000 A.D. The texts and chronologies presented in this paper were initially prepared for a permanent exhibition at the Museu Histórico Nacional (M.H.N.), in Rio de Janeiro, with the title : "Coins Tell the (hi)story", opened to the public in December 2002. The approximately 2,600 coins exhibited at the M.H.N. constitute a very representative sample of the main coins of the world in the last twenty-six centuries and the discussion of the historical and economic context in which they were issued can contribute to a better understanding of the economic and monetary history of the civilizations focused by the exhibition of the M.H.N.

Resumo : O objetivo do presente trabalho, dividido em 2 partes, é apresentar a história da moeda metálica em suas grandes linhas e utilizá-la como fio condutor para retratar brevemente a evolução da História Mundial entre 600 a.C. e 2000 d.C. Os textos e cronologias apresentados foram inicialmente preparados para uma exposição permanente no Museu Histórico Nacional (M.H.N.) no Rio de Janeiro, intitulada "A Moeda Conta a História", aberta ao público desde dezembro de 2002. O acervo de cerca de 2.600 moedas metálicas expostas no M.H.N. constitui uma amostra muito representativa das principais cunhagens do mundo ao longo dos últimos 26 séculos e a discussão do contexto histórico e econômico em que foram emitidas pode contribuir para uma melhor compreensão da história econômica e monetária das civilizações enfocadas pela exposição do M.H.N.

SUMÁRIO

I	- Introdução.....	pg. 4
II	- Breve Histórico do Surgimento da Moeda Metálica	pg. 6
II.1	- A “Moeda” antes das Moedas Metálicas: do escambo à Moeda	pg. 6
II.2	- O Conceito de Moeda	pg. 9
II.3	- A Moeda como Obra de Arte e Adorno	pg. 10
II.4	- A Numismática	pg. 11
II.5	- A Invenção da Moeda Metálica e sua Difusão Inicial	pg. 12
II.6	- A Fabricação das Moedas	pg. 13
II.7	- A Cunhagem Grega	pg. 13
II.8	- Moedas, Pesos e Medidas	pg. 14
II.9	- Da República Romana à Difusão do Islã	pg. 14
II.10	- A China e o Extremo Oriente	pg. 15
II.11	- O Subcontinente Indiano, o Sudeste Asiático e a Oceania	pg. 16
II.12	- A África e as Américas	pg. 16
II.13	- A Moeda Metálica no Brasil I	pg. 17
II.14	- A Moeda Metálica no Brasil II	pg. 18
II.15	- A Moeda Metálica no Mundo de Hoje	pg. 18
III	- A Moeda Metálica em seu Contexto Histórico, c. 600 a.C.– 500 d.C.	pg. 20
III.1	- O Mundo Grego, c. 800-360 a.C.	pg. 20
III.2	- O Mundo Grego, c. 360-30 a.C.	pg. 27
III.3	- Roma, c. 753 a.C.- 275 d.C.	pg. 35
III.4	- O Império Romano, c. 275–476	pg. 43
III.5	- Bizâncio e seus vizinhos, Sécs. V–XV	pg. 50
III.6	- A Europa, c. 800–1460	pg. 59
III.7	- O Mundo Islâmico, Sécs. VII–XV	pg. 68
III.8	- O Subcontinente Indiano, Séc. VII a.C.–1520	pg. 74
III.9	- O Extremo Oriente, c. Sécs. VII a.C.–XV d.C	pg. 79
Anexo 1	Mapas da 1ª Sala da Exposição	pg. 84

A Moeda Metálica em Perspectiva Histórica: Notas em Torno de uma Exposição 1ª Parte: De cerca de 600 a.C ao Séc. XV d.C.¹

I - Introdução

O presente estudo apresenta textos e cronologias preparados pelo autor para uma exposição permanente no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, intitulada “A Moeda Conta a História”, aberta ao público desde dezembro de 2002.

Com base num acervo de cerca de 2.600 moedas da Coleção do Museu, descritas brevemente, bem como em mapas e imagens da arte e da arquitetura de diversos períodos e regiões, tal exposição visa retratar as grandes linhas da história mundial entre 600 a.C. e 2.000 d.C., tendo por fio condutor a moeda metálica, que com frequência refletiu glórias e vicissitudes dos poderes emissores.

A exposição inicia-se com duas salas introdutórias, com painéis apresentando textos e imagens sobre o “dinheiro” na Antiguidade antes da introdução das moedas metálicas, e sobre o processo de adoção da moeda metálica por civilizações e/ou regiões selecionadas, inclusive o Brasil (cujas moedas serão objeto, no futuro, de uma sala de exposição específica).

A exposição de moedas propriamente dita consta de 38 módulos em 19 vitrines, que além de mapas e descrições de cada moeda, apresentam “textos de bancada” vinculando as moedas expostas ao seu contexto histórico. Acompanham, também, cada vitrine, 22 painéis com ilustrações da arte do período correspondente, emoldurando cronologias políticas e de história monetária.

Essa primeira parte do estudo, além de apresentar os textos das duas salas introdutórias, inclusive os textos e cronologias da primeira “sala de exposição” da exposição permanente do Museu Histórico Nacional abrangendo aproximadamente o período do séc. VII a.C. ao séc. XV d.C., com pequenas exceções devido a características específicas de certas cunhagens regionais.

Compreende nove grandes temas ou capítulos: O Mundo Grego (c. 650 - 323 a.C.), o Mundo Helenístico (c. 323 - 30 a.C.), a República Romana (c. 753 a.C. - 27 a.C.) e os primeiros três séculos do Império Romano (c. 27 a.C. a 275 d.C.), a fase final do Império Romano (275-476) e as Províncias Romanas e Nações Vizinhas (c. séc. I a.C. a séc. V d.C.), o Império Bizantino (c. 491 - 1453) e Os “Bárbaros” e Nações Vizinhas de Bizâncio, a Europa Medieval (c. 800 - 1453), o Mundo Islâmico, da Espanha ao Oriente Médio (sécs. VII - XV), o Subcontinente Indiano (séc. IV a.C. ao início do séc. XVI) e o Extremo Oriente (séc. VII a.C. ao séc. XIX d.C.). Nesse último caso, a periodização justifica-se pela manutenção de uma tecnologia de produção de moedas fundidas em

¹ O autor agradece especialmente a José Breno Bueno Salomão, Liana Flosky Manno, Márcia Neves e Rejane Maria Lobo Vieira pelos comentários, sugestões, revisão e ajuda na formatação dos textos. Os erros remanescentes e a opção por certas grafias ou transliterações de nomes estrangeiros são de responsabilidade do autor.

moldes, que permanece inalterada de cerca de 200 a.C. até a adoção da cunhagem propriamente dita no séc. XIX.

O Anexo 1 desta 1ª Parte do trabalho lista os mapas da exposição correspondentes aos módulos da primeira sala. Referências bibliográficas e dois anexos com créditos às pessoas que contribuíram para a exposição no Museu Histórico Nacional, bem como às fontes de imagens e mapas, são apresentados ao final da 2ª parte desse estudo.

II – Breve Histórico do Surgimento da Moeda Metálica

II.1 – A “Moeda” antes das Moedas Metálicas: do Escambo à Moeda

Até os povos nômades se tornarem sedentários, com o surgimento da agricultura, da criação de animais domésticos e de aldeias, no chamado período neolítico, o que no Oriente Médio e na China ocorreu entre 9000 e 7500 antes de Cristo (a.C.), eventuais “transações comerciais” ocorriam através da troca direta ou escambo de bens. Ou seja, um produto pelo outro, sem que um bem específico servisse de padrão de referência ou meio de pagamento exclusivo (Mapa 1).

Nos milênios seguintes, certos bens passaram a ser mais regularmente aceitos como forma de pagamento, ou seja, preencheram uma das funções da moeda no seu sentido mais amplo. Alguns autores os classificam como “moedas-mercadoria”. Cabeças de gado, principalmente vacas e ovelhas, tornaram-se símbolos de prosperidade em várias comunidades e eventualmente meios de pagamento.

Dentre as referências literárias ao uso de gado como forma de pagamento e valor de referência, destacam-se passagens dos poemas narrativos de Homero (compilados provavelmente no séc. VIII a.C.), a *Ilíada* e a *Odisséia*, que também mencionam outros bens como o vinho, objetos de bronze ou de “ferro reluzente”, peles e até escravos, como meios de troca ou de premiação. Assim, as armas de bronze de Diomedes valiam nove bois e as de Glauco, que eram de ouro, cem bois. Por outro lado, a ama-de-leite de Ulisses, Euricléia, que era escrava, custara 20 bois. Mas a utilização de cabeças de gado não era prática, notadamente em transações de menor valor.

Pedaços de metal podiam ser menos volumosos e, portanto, mais fáceis de manipular, e eram também mais duráveis, divisíveis em peças ainda menores e virtualmente não-perecíveis. Podiam também ser fundidos, re-moldados ou trabalhados para outras utilizações práticas. A partir do momento em que certos povos desenvolveram sistemas de pesos de ampla aceitação e garantidos ou estabelecidos por uma autoridade central, difundiu-se a utilização de metais como unidade de referência e meio de pagamento, ou seja, com algumas das funções modernas da moeda.

Na Mesopotâmia (Mapa 2) foram descobertas numerosas placas de argila, datando de cerca de 2500 a.C., com textos na escrita cuneiforme desenvolvida pouco antes, descrevendo estoques de mercadoria, aluguéis de campos, empréstimos com juros e outras transações comerciais, sugerindo a relativa sofisticação das economias suméria, assíria e babilônica (Fig.A1). No código de leis de Eshnunna (rei no norte da Mesopotâmia), de pouco depois de 2000 a.C, como também no mais famoso código de leis do rei babilônio Hamurabi (1792-1750 a.C), a referência à utilização de prata a peso para pagamentos e multas é freqüente. No código de Eshnunna, o salário diário ideal pago em grãos equivalia a 12 *se* (cerca de ½ g) de prata. A multa por morder o nariz de um homem era uma *mina* (cerca de ½ kg) de prata, mas para um tapa na cara era bem menor, ou seja, apenas 10 *shekels* (1/6 de mina). Juros equivalentes a 20% ao ano sobre empréstimos contraídos e pagáveis em peso de prata eram considerados normais nos dois códigos.

Quanto a evidências literárias, na Bíblia, no Antigo Testamento, existem duas passagens muito conhecidas que se referem a transações efetuadas com prata. O patriarca Abraão, originário de Ur (na Caldéia, sul da Mesopotâmia), compra por 400 *shekels* um terreno para enterrar sua mulher Sara (presumivelmente cerca de 1900 a.C.). Mais tarde, o seu bisneto José é vendido por seus irmãos, a mercadores com destino ao Egito, também por uma certa quantidade de prata.

Também no segundo milênio a.C., os Hititas, cujo império ocupava parte da Ásia Menor, adotaram da Mesopotâmia o uso da prata, a peso, para pagamentos. O “código” de leis hitita, (Fig. A2) especifica o preço de certas mercadorias: por 5 shekels (c. de 40 gramas) de prata comprava-se um terreno de cerca de 0,8 hectares de terra irrigada; 5 ovelhas; 10 queijos ou um pano grande de linho. Também foram encontrados por arqueólogos em Ugarit, no norte da Síria, pesos de bronze e de pedra, bem como pratos de bronze para balanças contendo vestígios de prata, datáveis de cerca de 1300 a.C., também sugerindo o uso da prata a peso na região.

No Egito, que tinha uma agricultura próspera às margens do rio Nilo, inclusive com o uso do arado (Fig. A3), e que dispunha das minas de ouro da Núbia, desenvolveu-se um sistema de pesos e o uso de metais para transações no reino (e eventualmente também para recebimento de tributos de outros povos), possivelmente na mesma época em que na Mesopotâmia. No Novo Reino, no período de c. 1295 a 1069, acredita-se que a relação entre a prata e o cobre era de 1 para 100, baixando depois para 1 a 60. Um *deben* pesava cerca de 91g e correspondia a 10 *kites* (Fig. A4).

Além de farta evidência iconográfica nos monumentos egípcios de várias épocas, tais como pinturas com paisagem de argolas de ouro em balanças (Fig.A5) existem textos em escrita hieroglífica que mostram que a referência a quantidades de cobre e de prata em transações era freqüente. A palavra para prata (*hedj*) pode inclusive ter tido um sentido mais amplo próximo ao de dinheiro. Textos de Deir el Medina, a aldeia onde viveram durante séculos os artesãos que trabalhavam no vizinho Vale dos Reis (Tebas) ilustram vários exemplos de referência ao cobre a peso. Em um caso, um boi avaliado em 50 *deben* (ou seja, cerca de 4,55 kg de cobre) é trocado por um jarro de banha equivalente a 30 *deben*, duas túnicas no valor de 10 *deben*, 10 *hin* de óleo vegetal valendo 5 *deben*, e pedaços de cobre pesando (e portanto valendo) 5 *deben*. Outra transação envolveu a compra de um sarcófago de madeira avaliado em 25,5 *deben* por um porco (5 *deben*), duas cabras (4 *deben*), 2 troncos de madeira de sicômoro (2 *deben*) e dois pedaços de cobre, um pesando 5 e outro 8,5 *deben* (Fig. A6). Em outras palavras, tudo tinha um valor, passível de ser expresso em várias unidades, que coincidia com quantidades de certos bens, que podiam ser tanto metal a peso, quanto trigo, óleos vegetais, etc.

No entanto, os escribas dos armazéns reais da Mesopotâmia e os artesãos de Deir el Medina estavam familiarizados com sistemas de contabilidade complexos e com a escrita. Até que ponto, no Egito e na Mesopotâmia, o uso de padrões de referência baseados em pesos de metais se estendia à grande maioria da população, composta de camponeses iletrados, é difícil de avaliar. Em ambas as economias, ocorria a redistribuição entre a população de parte das mercadorias arrecadadas pelo poder central, com espaço limitado para a iniciativa privada.

De qualquer forma, no Crescente Fértil (que se estendia da Mesopotâmia ao Egito), a partir do terceiro milênio a.C., pedaços ou lingotes de metal foram substituindo, em

certos casos, animais ou outros bens, como grãos de cereais ou diversos utensílios ou objetos metálicos trabalhados, anteriormente usados em trocas. Esses diversos meios de avaliação e de troca continuaram coexistindo, e tinham em comum o seu caráter impessoal, anônimo, sem “marca de origem”.

O uso de lingotes de metal estendeu-se também ao “comércio internacional” ou ao pagamento de tributos de povos submissos. Pinturas egípcias mostram núbios trazendo argolas de ouro para o faraó, além de diversas outras mercadorias. Existe também evidência de pagamentos sob a forma de placas de cobre com a forma de couro de boi, como nas pinturas do túmulo de Rekhmira, ministro chefe do faraó Tutmosis III (c. 1501-1447 a.C.), (Fig.A7), presumivelmente trazidos por cretenses e sírios. Em Micenas, na Grécia, e também na ilha de Chipre, foram encontrados lingotes ou placas de forma semelhante, datáveis dos sécs. XVI a XIV a.C. (e pesando 25,5 kg ou cerca de um talento). (Fig. A8). O mais antigo navio naufragado de que se recuperou a carga, afundado no séc. XIV a.C. nas costas da atual Turquia e possivelmente cananeu ou cipriota, continha além de vinho, azeite e outras mercadorias, placas de cobre e objetos de cobre e bronze que provavelmente destinavam-se à troca por outros bens (Fig.A9). A importância do cobre para a economia de Chipre na Antiguidade é evocada em uma moeda recente representando um mercador carregando uma daquelas placas (Fig.A10).

Ou seja, mais de dois milênios antes de Cristo já existia no Oriente Médio o conceito de “moeda” como meio de troca ou pagamento e como padrão de valor ou referência, com base em metal pesado, que também podia ser armazenado, mas a necessidade de pesagem em cada transação continuava sendo pouco prática. Talvez para facilitar pagamentos, fabricaram-se finos rolos e espirais, ou barras de prata, que podiam ser mais facilmente quebrados ou cortados, que são mencionados em textos históricos e foram encontrados em tesouros ou achados como o de el-Amarna, no Egito, do séc. XIV a.C., (Fig. A11), mas também na Mesopotâmia e no atual Irã. Evidências arqueológicas confirmam que pedaços de metal sem forma definida, placas ou lingotes de cobre, braceletes, anéis, argolas ou pulseiras de prata ou ouro e barras de ferro foram utilizados para trocas no Crescente Fértil e em diversas regiões beirando o Mar Mediterrâneo.

De forma totalmente autônoma, na China, no primeiro milênio a.C., também foram usados, em transações comerciais, objetos de bronze de formato mais ou menos padronizado, armas e utensílios como facas, machados, ou pás, fundidos em moldes (em paralelo ao uso de conchas conhecidas como “caurís”).

A grande capacidade de trabalho em metais, tanto do bronze como de metais preciosos, seja para a confecção de armas e utensílios, seja para a produção de jóias e adornos, encontra numerosos exemplos nas várias regiões do mundo mediterrâneo e outras civilizações da Idade do Bronze (Figs. A12, A13, A14, A15 A16). A lapidação de sinetes em diversos tipos de pedras também alcançou um elevado nível de sofisticação (Fig.A17). Já não faltava, portanto, qualificação técnica para a produção da moeda metálica.

II.2- O Conceito de Moeda

No mundo moderno, a moeda de um país, no seu sentido mais amplo, tem três atributos básicos: é unidade de conta ou *padrão de valor*, ao qual são referenciados os preços de

todos os bens e serviços; é também meio de troca, servindo para a aquisição de bens e serviços e pagamentos de salários ou de dívidas, preenchendo a função de *meio de pagamento*; e, finalmente, constitui-se também em *reserva de valor*, podendo ser guardada como parte da riqueza ou poupança das pessoas.

No dia-a-dia, a moeda assume a forma de moedas metálicas, normalmente discos redondos de metal, de diâmetros variados, usados para pagamentos de menor valor, ou de papel-moeda ou cédulas (Fig.B1), que freqüentemente têm valores de face mais elevados. (Os depósitos à vista em bancos, que são movimentáveis através de cheques (Fig. B2) ou de ordens de pagamento, ou mais recentemente por cartões eletrônicos (Fig. B3), também fazem parte da “oferta de moeda” ou dos “meios de pagamento” na acepção da teoria econômica moderna).

Hoje em dia as cédulas e as moedas metálicas são “fiduciárias”, ou seja, são aceitas em função da credibilidade da autoridade emissora: o seu valor de face ou “poder liberatório” é muito superior ao do material (papel ou metal) que as compõe. Durante cerca de 2500 anos a moeda metálica valia pelo seu valor “intrínseco”, ou seja, a quantidade de metal puro contida na liga de metal de que era feita, especialmente no caso das moedas de ouro e de prata.

Na língua portuguesa, como também na francesa e na espanhola, a palavra moeda tem os dois significados, aplicando-se tanto às unidades de moedas metálicas, (uma moeda) como também à idéia mais ampla do dinheiro em circulação ou “meio circulante” em um país, com os três atributos acima mencionados (a moeda). Já nas línguas inglesa e alemã, existem respectivamente os vocábulos *coin* e *münze* com o primeiro sentido e *money* e *geld* com o segundo.

A palavra moeda tem origem curiosa: deriva do fato de que, em Roma, a oficina monetária esteve algum tempo instalada no Capitólio, nas proximidades de um dos templos de Juno, dita “Moneta”, assim chamada por ter avisado (“monere” em latim é avisar) os romanos sobre um tremor de terra.

II.3 - A Moeda como Obra de Arte e Adorno.

Desde cedo, as cidades-estado gregas e outras unidades políticas buscaram cunhar moedas com símbolos (e mais tarde legendas) que permitissem uma fácil identificação de sua origem. As moedas eram uma afirmação da autonomia e da identidade da “polis”, tornando-se, em diversos casos, motivo de orgulho para os cidadãos.

A tartaruga de Egina (marítima e depois terrestre), o pégaso de Corinto e a coruja de Atenas são alguns dos exemplos mais conhecidos. Mas logo se adotou a prática de cunhar peças com imagens de deuses ou cenas envolvendo além de deuses, seres humanos, animais e diversos objetos.

Algumas das principais obras-primas da história da moeda metálica foram criadas nos períodos da arte grega clássica e helenística, refletindo o elevado padrão estético alcançado em outras manifestações artísticas, notadamente a escultura e a pintura dos vasos de cerâmica (já que a grande pintura é mais difícil de avaliar, visto que quase toda

ela se perdeu), além da ourivesaria, da gravura de sinetes de pedra e camafeus, e da confecção de objetos de bronze utilitários ou de decoração.

Dadas certas afinidades estilísticas e técnicas que perduraram, ao longo dos séculos, entre a cunhagem de moedas e tais “artes aplicadas,” apresentam-se nesta exposição ilustrações dessas artes praticadas pelas várias civilizações cuja cunhagem e história monetária estão sucessivamente retratadas.

Enquanto a maioria das atribuições de obras de arte da Antiguidade Clássica depende de tradições literárias ou de evidências indiretas (inclusive a sua reprodução em moedas da época), alguns gravadores de moedas tiveram tanto orgulho de suas obras que as assinaram no cunho, garantindo a sua autoria para a posteridade. Este é notadamente o caso de diversas moedas da Sicília, especialmente de emissões de Siracusa de cerca de 400 a.C, firmadas por Euainetos (Fig I1) e Kimon, mas também de cidades da Ásia Menor, entre as quais se destaca uma emissão de Clazomenae, assinada por Teodoto por volta de 380 a.C. (Fig. I2).

O tipo do busto da ninfa Aretusa de Euainetos, considerado por muitos um como padrão clássico de beleza feminina, foi imitado na cunhagem de outras cidades e em diversas esculturas. Vários tipos monetários de Zeus, Atena, Apolo e de outras divindades gregas, representados nesta exposição, rivalizam também em beleza, apesar de sua dimensão reduzida, com as esculturas da época, cujo maior porte tendia a proporcionar maior liberdade de criação.

A partir do poeta Petrarca (1304-1374), que reuniu uma coleção de “medalhas” (como se chamavam ainda então as moedas da Antiguidade), foi o reconhecimento do seu valor artístico que levou vários humanistas, no período do Renascimento, a colecioná-las e estudá-las, consolidando a Numismática como ciência auxiliar da História (Fig. I3). De fato, os primeiros livros impressos que tratam de Numismática, apresentando reproduções de moedas da antiguidade, datam da primeira metade do séc. XVI (Fig.I4). O interesse pela Numismática na época foi também indiretamente registrado por Ticiano, em pintura de 1567 ou 1568 em que retrata Jacopo da Strada, antiquário erudito e fornecedor de obras de arte à corte imperial dos Habsburgo, juntamente com várias objetos de coleção entre os quais se incluem moedas da Antiguidade (Fig.I5).

Foi também certamente a qualidade estética das moedas que levou desde cedo à sua utilização como adorno, montadas em jóias de vários tipos, às vezes apenas com a adição de uma simples argola para penderem de correntes ou pulseiras, mas muitas vezes como centro de sofisticadas obras de ourivesaria (Fig. I6 e I7). Essa utilização perduraria no império romano, bem como no período bizantino e de civilizações mais recentes, culminando com o ainda freqüente uso, nos dias de hoje, de moedas de ouro e de prata para pulseiras, broches, brincos e pingentes, como também se ilustra ao longo da exposição. A partir do Renascimento, em diversas obras de ourivesaria, utilizaram-se moedas da antiguidade, notadamente para vasos e bandejas de ouro e de prata (uso também freqüente no Brasil com moedas de prata do império).

II.4 - A Numismática

A Numismática é a ciência auxiliar da História que estuda as peças metálicas conhecidas como moedas e medalhas. A etimologia da palavra que define a “ciência das moedas” é o vocábulo grego *nomos*- do qual derivou *nomisma*- que significa lei, convenção, contrato, lembrando a característica fundamentalmente contratual da moeda como instituição, bem como *nummus* (em latim, dinheiro amoadado). Como menciona Aristóteles, a moeda “chama-se *nomisma* porque não é um produto da natureza e sim da lei”.

Enquanto as moedas metálicas são cunhadas ou fundidas para circular como meio de pagamento, as medalhas têm, via de regra, caráter comemorativo, relativo a pessoas ou eventos. A Numismática desenvolveu-se a partir do Renascimento e consolidou-se nos séculos XVIII e XIX na Europa, na medida em que as coleções de monarcas e de museus foram sendo classificadas de forma sistemática. O abade Joseph Eckhel (1737-98), autor da *Historia Nummorum Veterum*, considerado o “pai da Numismática moderna” destacou-se na classificação da coleção imperial em Viena. Na França, Joseph Pellerin (1684-1782), ávido colecionador que formou uma coleção de mais de 30.000 moedas, foi o curador da coleção real francesa. Na Inglaterra, foi completado em 1814 o primeiro catálogo de moedas gregas do Museu Britânico.

Em muitos casos, as técnicas de gravação e de cunhagem das moedas e medalhas são muito semelhantes e é difícil, no caso de certas emissões da Antiguidade, distinguir peças emitidas com fins monetários das peças comemorativas ou confeccionadas para donativos, às vezes cunhadas como múltiplos daquelas destinadas à circulação. Em boa parte dos casos, no entanto, as medalhas podem ser facilmente identificadas como tal. Algumas medalhas são únicas, enquanto as moedas são necessariamente emitidas em numerosos exemplares “repetitivos”.

Nas últimas décadas, em diversos países, foram cunhadas emissões em metais preciosos (ouro, platina, prata) com valores monetários explicitados, e em certos casos decretadas de curso legal, mas sem qualquer objetivo de servir de meios de pagamento, tendo normalmente valor intrínseco (o valor de metal puro nelas contido) superior ao seu valor de face. Essas moedas, não destinadas à circulação, quase sempre de caráter comemorativo, mesmo quando emitidas em numerosos exemplares, são assimiladas às medalhas por muitos estudiosos, e não recebem maior atenção na presente exposição do Museu Histórico Nacional.

Como se tentará mostrar ao longo da exposição, a Numismática tem grande importância para a História Econômica e Social. No que diz respeito à História Política, a identificação de certos governantes ou dinastias de reinos do passado, sobre os quais não existem fontes literárias, somente foi possível com base nas moedas por eles cunhadas e que sobreviveram até nossos dias. Até mesmo certos usurpadores romanos são conhecidos apenas a partir de suas moedas. Quanto à História da Arte e da Arquitetura, vários monumentos, edifícios ou estátuas somente são hoje conhecidos através de sua ilustração em moedas da Antiguidade.

Na origem, um numismata era um erudito, um estudioso das moedas e medalhas, mas na atualidade o termo passou a aplicar-se, de forma mais geral, a colecionadores de moedas, cujo número é crescente no mundo. Apenas nos Estados Unidos, estima-se em

um milhão o número de “numismatas” ou colecionadores. Para muitos jovens, colecionar moedas passou a ser uma maneira natural de ingressar no estudo da História.

Por extensão, o estudo e o “coleccionismo” de papel-moeda ou cédulas, que constituem boa parte do meio circulante do mundo atual, especialmente para denominações de valor mais elevado, são, por muitos, assimilados à Numismática.

A presente exposição concentra-se na história das moedas metálicas, que dominaram a circulação monetária por mais de 2500 anos, com referências apenas ocasionais à emissão de papel-moeda, cuja importância relativa, na maioria dos países, com poucas exceções, somente foi realmente crescente após o final do séc. XVIII, ou até mesmo já no séc. XX.

II.5 - A Invenção da Moeda Metálica e sua Difusão Inicial

A “invenção” da moeda metálica consistiu na emissão de peças de metal de peso padronizado, estampadas com símbolos para garantir o seu peso e teor de metal precioso e, portanto, também, o seu valor. Na medida em que a entidade emissora tivesse credibilidade, as moedas sob a forma de discos de metal ou pequenos lingotes passavam a poder ser apenas contadas, sem necessidade de pesagem para determinar o seu valor.

Ou seja, a moeda passava em princípio a preencher os três requisitos de: a) peso conhecido (ou especificação exata de peso); b) composição metálica conhecida; e c) apresentar símbolo ou sinete da autoridade emissora. Em terminologia moderna, tinha “controle de qualidade”. Tratava-se assim de uma inovação de ordem mais comercial do que técnica.

A cunhagem de moedas iniciou-se quase certamente na segunda metade do séc. VII a.C. no reino da Lídia e nas cidades gregas da Jônia (na Turquia de hoje). É possível que inicialmente algumas emissões tenham sido de particulares, ainda que não subsistam claros exemplos. A moeda de Phanes (Fig.D2), possivelmente foi cunhada por um governante da cidade de Halicarnasso, mas alguns autores acreditam que possa ter sido uma emissão de um particular. Porém, indubitavelmente, logo coube a autoridades municipais ou de unidades políticas mais amplas a cunhagem de moedas, com símbolos específicos de identificação. A moeda valia então pelo seu valor intrínseco, ou seja, pelo seu conteúdo de metal precioso.

As primeiras moedas eram de eletro, uma liga natural de ouro e de prata, que se encontrava no leito de rios como o Pactolo na Lídia, e as mais antigas parecem ser as achadas nas escavações do templo de Ártemis (Diana) em Éfeso (Fig.D1). Tinham uma imagem no seu anverso, ou face principal (“cara”, na linguagem de hoje) e uma ou várias marcas de punções sem imagem no reverso, ou segunda face (“coroa”), ou seja, o reverso era anepígrafe (sem imagem). As consideradas mais antigas tinham anverso liso ou apenas estriado e marca de punção no reverso. O tipo principal é o da cabeça de leão de perfil, com ou sem legenda, atribuível à dinastia reinante na Lídia (Fig.D3).

II.6 - A fabricação das Moedas

As primeiras moedas eram cunhadas com o seu tipo “incuso”, ou seja, gravado “ao avesso” ou “cavado” no cunho de metal duro, de bronze ou de outras ligas contendo ferro, que ficava fixo numa bigorna. O disco de metal precioso, previamente amolecido por calor, era pressionado sobre esse cunho fixo por um punção ou mais tarde por outro cunho segurado manualmente e martelado na sua base, levando o tipo a aparecer apropriadamente gravado em relevo (Fig. E1).

Não sendo o eletro uma combinação homogênea de ouro e de prata, observavam-se variações na quantidade de cada metal em diferentes amostras. Já algumas décadas depois das primeiras emissões de peças de eletro, passou-se à cunhagem de moedas de ouro e de prata separadamente, de metal quase puro na origem (possivelmente 98% de pureza no caso das moedas de ouro e de prata gregas), cujo valor era muito mais exato.

Tradicionalmente a primeira cunhagem de moedas nesses dois metais (ou seja, o primeiro sistema “bi-metálico”) é atribuída a Creso, rei da Lídia (c.561-546 a.C.), cuja riqueza tornou-se proverbial (Fig.E2). Mas é possível que essa transição tenha ocorrido logo após 546 a.C., quando os persas conquistaram o reino da Lídia. Pouco depois, para circulação na Ásia Menor ocidental que era parte do seu império, os persas introduziram o *dárico* de ouro (Fig.E.3.), equivalente a 20 *siglos* de prata, sistema monetário que se manteria por cerca de dois séculos. Em paralelo, nas regiões orientais do império persa, o uso de metais preciosos em barras ou lingotes, a peso, continuou durante séculos.

II.7- A Cunhagem Grega

Na Grécia propriamente dita, acredita-se que a ilha de Egina tenha sido a primeira localidade a emitir moedas, *estáteres* de prata, em meados do séc. VI a.C. ou pouco depois. Mas foi logo seguida por várias cidades-estado importantes da terra firme, como Corinto e Atenas, por Chalcis e Eretria na ilha de Eubéia, por povos da Macedônia e da Trácia, pela ilha de Chipre, pela Lícia na Ásia Menor e por cidades da chamada Magna Grécia (no sul da Itália e Sicília).

Desde o início, a cunhagem grega consistiu basicamente de moedas de prata, sendo raras, nos primeiros séculos, as emissões de ouro. Ao se notar que os punções deixavam uma clara impressão no reverso das moedas, pensou-se em colocar um segundo cunho gravado na extremidade do punção, permitindo adotar-se figuras nas duas faces das moedas, bem como legendas, sugerindo que pelo menos uma fração dos seus usuários sabia ler. Essa transição exigiu a gravação de dois cunhos incusos, o fixo, apoiado sobre a bigorna e o outro, móvel, que era martelado sobre o disco mantido entre os dois (Fig.F2). Durante algum tempo as cidades da Magna Grécia cunharam moedas conhecidas como “incusas”, já que o mesmo tipo do averso em relevo aparecia cavado ou incuso no reverso (Fig.F1).

A partir do final do séc. V a.C, moedas de menor valor, de ligas de cobre e de bronze, passaram a ser utilizadas em transações de menor monta, notadamente na Sicília e logo também em toda a Magna Grécia, muitas vezes substituindo as frações de prata de módulo muito pequeno.

II.8 - Moedas, Pesos e Medidas

Não se perdeu inteiramente a conexão entre moeda e medidas de peso. O *shekel*, que era uma unidade do sistema de pesos e medidas não apenas na Mesopotâmia como também entre os israelitas e os fenícios, se tornaria a denominação de moedas de prata cunhadas por ambos os povos. A dracma, unidade monetária de Atenas e de numerosas cidades-estado gregas, e depois também do império de Alexandre o Grande, correspondia a seis óbolos. A palavra grega *obelos* referia-se a barras de ferro que chegaram, em certas cidades gregas, a ter uma função monetária antes da cunhagem de moedas metálicas. Uma dracma era um punhado (*drax* em grego) dessas barras (Fig.G1), tais como as encontradas no templo de Hera em Argos.

A dracma inseria-se num sistema de pesos bem definido: tanto no sistema babilônio como no grego, um talento geralmente equivalia a 60 minas e uma mina a 100 dracmas; portanto, um talento valia 6.000 dracmas. O tetradracma (moeda de 4 dracmas) de Atenas (Fig.G2) no séc. V a.C. se tornaria uma “moeda internacional” com papel semelhante ao da libra esterlina no séc. XIX ou ao do dólar no séc. XX, sendo amplamente imitado. O talento da Eubéia, de 6000 dracmas, também adotado por Atenas, pesava 26,196 Kgs, e a dracma ateniense pesava, portanto, 4,36 g.

Após as conquistas do rei macedônio Alexandre, o Grande, entre 336 e 323 a.C., o sistema monetário grego baseado na dracma de prata (Fig. G3) espalhou-se por boa parte do mundo mediterrâneo oriental, do Egito e do Oriente Médio até o reino da Bactria (no Afeganistão e Paquistão de hoje), sendo também imitado com adaptações pelos celtas, do Danúbio até a Gália (França de hoje). No Egito, além de cunhar um tetradracma de peso inferior ao do reino macedônio, a dinastia ptolemaica emitiu moedas de bronze de grande diâmetro e peso (Fig. G4), a maior das quais tinha o peso aproximado de um *deben*, antiga unidade de peso no Egito Faraônico.

Na área central da península italiana, a partir do final do séc. V a.C. foram utilizados, com fins monetários, pedaços de bronze fundido sem símbolos de identificação ou peso definido, aos quais os romanos se referiam como *aes rude*, que foram sucedidos por barras de bronze fundido retangulares com imagens nas duas faces no início do séc. III. a.C. Essas barras, conhecidas como *aes signatum*, pesavam aproximadamente 1600 g, ou seja, o equivalente a 5 libras romanas (Fig. G5). Pouco antes da primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.), Roma e outras cidades na Itália de hoje emitiram moedas de bronze fundido redondas de peso elevado, conhecidas como *aes grave*. A unidade básica, o *as*, pesava inicialmente 324 g, ou seja, exatamente uma libra romana, e é, portanto, conhecido como *as* “libral”, e as suas divisões correspondiam a frações daquela unidade de peso.

II.9 - Da República Romana à Difusão do Islã

A república romana desenvolveu, no final do séc. III a.C., um novo sistema monetário baseado no denário de prata (equivalente a 10 asses de bronze), possivelmente introduzido em 212-211 a.C., e que permaneceria a base do sistema monetário romano por mais de 400 anos (Fig. H1). De fato, Augusto, o primeiro imperador romano (27 a.C a 14 d.C) manteve o denário e introduziu a cunhagem regular do *aureus* de ouro, (equivalente a 25 denários de prata) antes cunhado apenas ocasionalmente (Fig.H2).

Fixou-se também então por dois séculos e meio o sistema das moedas de bronze, de latão e de cobre, com a emissão do sestércio (Fig.H3) equivalente a $\frac{1}{4}$ de denário, e suas sub-divisões. No início do séc. III d.C, Caracala (198-217) adicionou ao sistema o *antoninianus* de prata com busto radiado (equivalente a dois denários) que deslocaria o denário, cuja emissão cessaria poucas décadas depois. A sucessão de mais de 20 imperadores num período de 40 anos, levou a constantes guerras civis e ao enfraquecimento do teor de metal precioso das moedas, cuja adulteração provocou um forte processo inflacionário. As reformas de Aureliano (270-275) e de Diocleciano (284-305) reforçaram a moeda de ouro e buscaram introduzir peças de menor valor novamente com algum conteúdo de prata (o *follis*). Mas foi Constantino (307-337) que consolidou a cunhagem do *solidus* de ouro (Fig.H4) que seria a base do sistema monetário e do pagamento de impostos e despesas públicas até a queda do império romano do ocidente em 476 d.C.

Como se verá ao longo da presente exposição, o sistema monetário romano, além de dar origem ao bizantino, também baseado no *solidus* de ouro durante mais de cinco séculos, (Fig.H5) influenciou as cunhagens de ouro dos bárbaros (*solidus* e *tremissis*), o sistema monetário islâmico, baseado no *dinar* de ouro (Fig.H6) e no *dirham* de prata, e mais tarde o sistema do *denier* (denário ou dinheiro, *denar* e *penny*) de prata que se difundiu na Europa a partir da dinastia carolíngia (Fig.H7).

II.10 - A China e o Extremo Oriente

Na China, antes do ano 1000 a.C., praticava-se o escambo de produtos diversos como cereais (arroz e trigo), tecidos (seda), animais, ornamentos e metais, mas também se utilizavam conchas (“caurís”) para transações comerciais ou presentes, conforme atestado por tradições literárias e por imitações posteriores desses objetos em osso e bronze, que também circulariam com funções monetárias.

O trabalho do bronze já alcançara elevado grau de sofisticação na China no segundo milênio antes de Cristo (Fig.J1). Possivelmente no final do séc. VII ou no início do séc. VI a.C., quando a China encontrava-se dividida entre vários estados rivais, os reis do estado de Zhou inventaram moedas metálicas, independentemente da Lídia e da Jônia no Oriente Médio, mas com a mesma idéia de que a moeda deveria assumir a forma de unidades de metal padronizadas, no caso imitando objetos utilitários como pás e facas.

No entanto, enquanto as moedas lídias e gregas eram cunhadas, as primeiras moedas chinesas eram fundidas em moldes (Fig. J2). A prática de fundir moedas, aliás, continuaria na China até o final do séc. XIX d.C. No período dos reinos combatentes (475-221 a.C.), vários estados, notadamente os de Qi, Zhao, Wei e Chu, emitiram moedas de bronze fundido de diversos formatos, já não apenas de facas e pás, mas também de imitações de “caurís” e, mais tarde, no século III a.C., de pequenos discos redondos com um furo no centro. Essas moedas freqüentemente tinham inscrições ou símbolos referentes ao local de emissão e, ocasionalmente, ao seu peso ou valor. O formato redondo consolidar-se-ia a partir da unificação da China sob as dinastias Qin, Han, e Tang, mas sua simplicidade (Figs. J3 e J4) contrastava com o grau de sofisticação alcançado pelas produções dos ourives chineses (Fig.J5).

Essas moedas fundidas, com furo no centro, seriam mais tarde amplamente imitadas por países vizinhos, como o Japão, a partir de 708 d.C.(Fig. J6), o reino de Anam (no Vietnam de hoje) em 970 e a Coréia em 996.

II.11 - O Subcontinente Indiano, o Sudeste Asiático e a Oceania

A cunhagem de moedas metálicas na Índia e no Sudeste Asiático começou mais tardiamente do que na Ásia Menor e na China, talvez de forma autônoma, mas possivelmente com base no modelo grego. Até recentemente, alguns estudiosos acreditavam que as primeiras emissões, do norte da Índia, datavam do séc. VI a.C. Hoje em dia, a evidência arqueológica sugere que somente a partir do séc. IV a.C circulavam peças de prata de peso uniforme, de formato oval ou retangular, conhecidas como *Karshapanas* (Fig. K1). Eram estampadas em apenas um dos lados com entre um e cinco punções, com diferentes desenhos, aplicados separadamente. A partir do terceiro século a. C, emitiram-se moedas de cobre, fundidas ou cunhadas, em várias regiões da Índia, e dois a três séculos depois houve emissões também no Ceilão (Sri Lanka), seguindo certos tipos hindus.

No Afeganistão e talvez no Paquistão atual, as primeiras moedas devem ter chegado durante o séc. V a.C., quando o Afeganistão era uma província do império persa. Existem indicações de que moedas cunhadas no Mediterrâneo oriental circulavam a peso no atual Irã oriental e no começo do séc. IV a.C. também no Afeganistão. Pouco depois passaram a ser cunhadas no Afeganistão, talvez por volta de 375 a.C., imitações em prata de moedas gregas com tipos locais de animais estilizados ou figuras geométricas. Provavelmente logo a seguir, também foram cunhadas pequenas barras de prata (conhecidas como *satamanas*, com um mesmo desenho geométrico estampado nas duas extremidades de uma das faces. Essas “moedas-barra” (Fig. K2) também foram cunhadas no Paquistão atual e exportadas para a Índia, onde podem ter servido de modelo para as moedas com punções.

No sudeste asiático (Laos, Camboja, Birmânia (Myanmar) e Tailândia, assim como na península malaia, na Indonésia e nas Filipinas, as primeiras emissões de moedas datam do primeiro milênio depois de Cristo ou são até mais recentes. Esse também é o caso da Oceania onde se utilizaram como meios de troca ou com fins cerimoniais, até o séc. XX, diversos objetos de grande originalidade (Fig. K3), em paralelo à adoção na Austrália e depois na Nova Zelândia de moedas de tipo europeu a partir do século XIX.

II.12 - A África e as Américas.

Na África do norte e o Egito, a partir do séc. VI a.C., gregos, cartagineses e romanos sucessivamente cunharam moedas, seguidos depois pelo império bizantino e por diversas dinastias islâmicas. Mas as únicas emissões de moedas na África ao sul do Egito e do Saara, até o segundo milênio d.C., foram as do reino “Aksumita” da Etiópia, convertido ao Cristianismo desde cedo e que durou do séc. II ao séc. VIII (Fig.L1). Como atestam vários mercadores e visitantes árabes, em várias regiões da África central e do sul, nos períodos medieval e moderno, perdurou o uso de “moedas-mercadoria”, como sal, tecidos (Fig. L2), objetos de metal (braceletes, ou *manilas*, ou cruces com forma de X), “caurís” trazidos das Ilhas Maldivas (Fig. L3), cabeças de gado

(especialmente na África oriental), etc, cuja utilização perduraria até a colonização europeia. Os portugueses cunharam as primeiras moedas modernas para uso específico nessas regiões do continente, no final do séc. XVII.

Apesar do avançado grau de civilização alcançado pelos maias, incas e astecas entre outros povos das Américas, com impressionantes realizações no campo da arquitetura, e o amplo uso de metais preciosos para jóias e outros fins utilitários, não se utilizaram moedas metálicas nas Américas até a chegada dos colonizadores europeus. Uma possível exceção, registrada por escritores do séc. XVI, seriam pequenas peças de cobre em forma de T ou machado que podem ter tido um uso monetário entre os astecas no século anterior (Fig. L4). É provável que certos alimentos, notadamente grãos de cacau, tenham tido funções de meio de troca, e várias civilizações arrecadaram tributos sob a forma de bens manufaturados ou produtos agropecuários como o milho. Na América do Norte, antes da chegada de colonos europeus, os índios da região oriental usavam *wampum*, um cinto feito com fileiras de pequenas conchas marinhas, como uma forma de moeda ritual (Fig. L5). O *wampum* seria aceito como meio circulante legal nas colônias britânicas da costa leste dos atuais EUA até 1670, sendo também comum o uso de peles de animais para trocas. Entre os índios, porém, os metais não tiveram uso monetário.

II.13 - A Moeda Metálica no Brasil I

Os índios brasileiros antes da colonização portuguesa não tinham a noção de moeda não utilizavam metais, e praticavam o escambo, o que fica confirmado já na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal em 1500. No séc. XVI, a circulação de moedas na colônia era limitada, em função da reduzida dimensão da população e da orientação exportadora da economia açucareira que se consolidou ao final do século.

Com a união das Coroas Ibéricas, entre 1580 e 1640, em paralelo a moedas portuguesas, circularam certamente no Brasil moedas hispano-americanas de prata (Fig.M1). Durante a invasão holandesa de parte do nordeste brasileiro (1630-1654), a Companhia das Índias Ocidentais cunhou moedas “obsidionais” em Recife, sitiada por tropas luso-brasileiras. Essas primeiras moedas de ouro e de prata cunhadas em solo brasileiro eram denominadas em guilders ou florins holandeses (Fig. M2).

No final do séc. XVII, circulavam no Brasil, em número insuficiente, moedas portuguesas ou hispano-americanas contra-marcadas entre 1643 e 1679, o que levou a coroa portuguesa a autorizar a abertura da primeira casa de moeda colonial, na Bahia, que cunhou peças de prata de 20 réis a 640 réis e moedas de ouro de 4000 réis (Fig.M3).

A importância da colônia aumentou muito com a descoberta de ouro em Minas Gerais e depois em Goiás e no Mato Grosso, levando à ocupação dessas regiões do interior do Brasil. Ao longo do séc. XVIII, além de moedas de prata e de cobre, foram cunhadas numerosas moedas de ouro, temporariamente em Minas Gerais mas principalmente no Rio de Janeiro e na Bahia. Ainda que, em tese, parte dessas moedas de ouro fossem cunhadas para circulação exclusiva em Portugal, várias destas peças parecem ter entrado em circulação no Brasil, em paralelo às emissões especificamente destinadas à colônia. Merecem especial menção os dobrões de 20.000 réis cunhados em Minas Gerais, uma das maiores moedas de ouro da época (Fig.M4) bem como as peças de 6400 réis da

Bahia e do Rio de Janeiro (Fig. M5), que teriam ampla circulação no Caribe, contramarcadas por outras potências coloniais européias.

II.14 – A Moeda Metálica no Brasil II

Ao longo do período colonial, além do açúcar, mercadoria-chave para pagamentos públicos e privados, outros bens serviram para complementar as moedas em circulação, notadamente panos de algodão no Maranhão, usados inclusive para o pagamento de funcionários locais. Zimbos (conchas assimiláveis aos “cauris” correntes na África), aguardente e fumo foram utilizados no tráfico de escravos trazidos das costas africanas. No séc. XVIII, o ouro em pó circulou amplamente, evadindo a obrigatoriedade legal de que todo o ouro fosse convertido em moedas ou barras nas casas de fundição, para que a coroa recebesse a sua fração como imposto (o quinto). Quanto às barras de ouro oficialmente fundidas, é provável que também tenham sido utilizadas para saldar transações comerciais (Fig.N1).

Porém, a colônia era uma economia monetizada. Quando se entregava em pagamento determinada quantidade de pano ou de açúcar, esta correspondia a uma quantia em réis, que era o padrão de valor, com base no qual eram também avaliados todos os preços de bens e serviços e salários na economia colonial.

A partir da independência em 1822, o meio circulante brasileiro consistiu de moedas metálicas (Fig. N2) e de cédulas de papel moeda. Em vários períodos, as moedas foram entesouradas, prevalecendo a circulação apenas de moedas de cobre ou de cédulas. Ao longo do séc. XIX, no período imperial, também circularam no Brasil moedas estrangeiras, como, por exemplo, libras esterlinas de ouro aceitas para pagamento de impostos em repartições públicas e (principalmente no sul), moedas de prata hispano-americanas, em paralelo às emissões do governo imperial (Fig. N3).

Com a República, a cunhagem de moedas de ouro e prata foi se tornando cada vez mais limitada e cédulas passaram a representar boa parte do meio circulante de maior valor, enquanto moedas de níquel e de bronze, e depois de bronze-alumínio, alumínio e, finalmente, aço, serviam para pequenas transações. O mil-réis (Fig. N4) foi a unidade monetária até 1942, quando foi substituído pelo cruzeiro (Fig. N5). A aceleração do processo inflacionário especialmente nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, levou a uma sucessão de padrões monetários e a freqüentes desmonetizações e substituições das moedas metálicas. O cruzeiro novo adotado em 1967, foi sucedido pelo cruzado em 1986, o cruzado novo em 1989, novamente o cruzeiro em 1990, e o cruzeiro-real em 1993, culminando com o real em 1994, hoje a unidade monetária do país (Fig. N6).

II.15- A Moeda Metálica no Mundo de Hoje

Apesar do crescente uso de cheques, cartões de crédito e mais recentemente de cartões eletrônicos, a moeda metálica continuou a servir de troco e meio de pagamento para transações de menor valor no Brasil (Fig. O1) e no mundo (Figs. O2-4). O advento do *euro*, a nova moeda da União Européia (Fig. O5), reforçou a importância da moeda metálica, dando origem à cunhagem, pelos países membros da união monetária, de

moedas com tipos comuns de reverso com indicação de valor, reservando-se os anversos para tipos nacionais próprios.

Assim, a moeda metálica continua sendo uma realidade do dia-a-dia da população mundial. A sua história merece ser bem conhecida já que a história monetária reflete em boa parte a evolução das sociedades em que as moedas circularam. É esse o objetivo da presente exposição, que pretende também situar os vários regimes monetários adotados por diversas civilizações nos últimos 2600 anos, no contexto de seu desenvolvimento histórico e artístico. Privilegiaram-se não somente as ilustrações referentes à produção e ao uso da moeda e às transações comerciais nas diversas épocas, mas também as relativas ao trabalho de metais, às artes plásticas em geral, e à arquitetura das várias civilizações, que de alguma forma influenciaram a temática e o padrão estético de suas moedas metálicas.

III- A Moeda Metálica em seu Contexto Histórico, c. 600 a.C – 1500 d.C.

III-1 O Mundo Grego, c. 800 – 360 a.C.

EVENTOS HISTÓRICOS

c. 800 Composição dos poemas homéricos; os gregos adotam o alfabeto fenício.

Séc. VIII Surgimento de numerosas cidades-estado autônomas no mundo grego; início da colonização grega no sul da Itália e da Sicília.

776 Fundação dos Jogos Olímpicos

Séc. VII Cidades-estado gregas implantadas na costa norte do mar Egeu, nas costas do mar Negro, na Cirenaica e na costa do sul da França.

Séc. VII Agricultura mais orientada para comercialização (azeite, grãos); manufaturas para exportação: produtos de metais, cerâmica, proto-coríntia (c. 725-527) e cerâmica proto-ática (c. 710-600); cerâmica coríntia (625-550); aumento do comércio marítimo: Egito aberto a comerciantes gregos.

Sécs. VII-VI Monarquias hereditárias e aristocracias substituídas por “tirantias”, governos ditatoriais de “tiranos”, nas cidades-estado mais avançadas.

c. 610-560 Alíates, Rei da Lídia da dinastia mermnada (c.680-546).

Séc. VI “Tirantias” substituídas por oligarquias de proprietários de terras; início das “tirantias” na Sicília.

Séc. VI Inícios da ciência e filosofia gregas Tales de Mileto (c. 620-550) e Pitágoras (c. 570-490).

Séc. VI Expansão grega em cheque: o crescimento de Cartago no Mediterrâneo ocidental e do Reino Persa Achemenida no oriente.

c. 560-546 Creso, Rei da Lídia, vencido pelos persas.

c. 557-530 Ciro rei dos persas completa conquista da Ásia Menor; penetra na Ásia Central; cria o Império Persa.

c. 530 Cerâmica Ática (de Atenas) de figuras vermelhas.

c. 522-486 Dário I, imperador persa; esmaga a revolta das cidades gregas da Jônia (500-493) mas vencido por coalizão grega em Maratona (490).

c. 479-454 Liga de Delos; aliança defensiva contra os persas, gradualmente controlada por Atenas que centraliza o pagamento de tributos.

c. 480-479 Xerxes I da Pérsia (486-465), invade a Grécia; vencido por coalizão grega que libera comunidades gregas das costas norte e leste do Mar Egeu.

c. 479-454 Liga de Delos; aliança defensiva contra os persas, gradualmente controlada por Atenas que centraliza o pagamento de tributos.

c. 461-446 “1a” Guerra do Peloponésio, Atenas contra Corinto; paz de 30 anos.

Séc. V Grandes realizações artísticas e literárias gregas; Polignoto, pintor, Miron, Policleto e Fídias, escultores; Píndaro, poeta; Ésquilo, Sófocles e Eurípides, dramaturgos; Aristófanes, teatro cômico; construção do templo de Zeus em Olímpia (468-456) e do Partenon de Atenas (447-438).

431-404 Guerra do Peloponésio; Atenas vencida; supremacia de Esparta (Tucídides, historiados c. 465-395).

Sécs. V-IV Auge da Filosofia: Sócrates (469-339); Platão (428-347); Aristóteles (384-322).

386 “Paz do Grande Rei”, restabelecimento da supremacia persa sobre as cidades gregas da Ásia Menor e confirmação da supremacia de Esparta na Grécia europeia.

378-362 Guerras entre Esparta e Atenas; intervenção e supremacia temporária de Tebas; Morte de Epaminondas e paz temporária.

359 Ascensão ao trono de Filipe II da Macedônia (359-336)

EVENTOS MONETÁRIOS

c. 650-600 Cunhagem das primeiras moedas, em eletro, na Lídia e na Jônia, na Ásia Menor (hoje Turquia).

c. 600 Datação do mais antigo depósito de moedas de eletro, achado nas escavações do templo de Ártemis, em Éfeso.

c. 560-546 Adoção do sistema bimetálico na Lídia: cunhagem de moedas de ouro e de prata.

c. 550-500 Expansão da cunhagem grega de prata da ilha de Egina para a Grécia continental (Atenas, Corinto), para o sul da Itália e a Sicília, a Trácia e a Macedônia, a ilha de Rodes, e a Lícia na Ásia Menor.

c. 530-500 Consolidação da cunhagem de moedas “incusas” nas cidades gregas do sul da Itália (Síbaris, Metaponto, Caulônia, Poseidonia); emissões do tipo tradicional em Naxos, Siracusa e Selinunte, na Sicília.

c. 510 Criação do sistema monetário para a região ocidental do Império Persa; dárico de ouro = 20 siglos de prata.

c. 480-440 Grande aumento da emissão de tetradracmas (moedas de 4 dracmas) das cidades da Grécia continental e da Sicília (Siracusa, Leontini, Messana e Caulônia); generalização da cunhagem de prata nas principais cidades gregas.

c. 460 Emissão do “Demareteion” , decadracma de Siracusa; e dos primeiros decadracmas de Atenas.

c. 450-410 Grandes emissões de tetradracmas de Atenas, (Atena/coruja) “moeda internacional”. Atenas apropria-se do Tesouro da Liga de Delos (454), de 6.000 talentos, equivalentes a 30 milhões de dracmas; soldo dos marinheiros da frota ateniense: 1 dracma/dia; reduzido a ½ dracma em 412.

c. 450-400 Grandes construções em Atenas, estimuladas por Péricles, chefe do Estado (443-429); 1 dracma/dia = salário de operários especializados em Atenas, livres ou escravos, do pedreiro ao arquiteto; um vaso de cerâmica, sem grande decoração custava alguns óbolos (6 óbolos = 1 dracma); preço médio de escravos vendidos em Atenas em 414 a. C., : 170-180 dracmas; adultos 200; estátuas do Erecteion (407-408) entre 60 e 240 dracmas por escultura.

c. 440-380 No sul da Itália, consolidação dos tipos: cavaleiro/golfinho em Tarento; touro com cabeça humana/Atena e depois ninfa, em Nápoles e outras cidades; de touro e Atena em Túrio; Atena e Leão em Vélia (Eléia).

c. 440-420 Início da cunhagem de bronze no sul da Itália (Túrio) e na Sicília (Himera e Agrigento)

c. 420-390 Período de grandes realizações artísticas nas moedas da Sicília; decadracma de Agrigento; decadracmas de Siracusa assinados por Euainetos e Kimon, com quadriga e ninfa Aretusa.

c. 401 Os “dez mil”, mercenários gregos a serviço de Ciro “o Jovem” recebem de soldo 1 dáríco de ouro por mês; os oficiais 2 dárícos; o cavalo de combate do historiador Xenofonte foi vendido por 50 dárícos.

c. 393-300 Tetradracma de Atenas, olho de Atenas de perfil; deterioração do estilo.

c. 395-371 Grandes emissões de estáteres de prata de Tebas, com os tipos do escudo e da ânfora.

Vitrine I – O Mundo Grego e seus Vizinhos, c. 650-280 a.C.

Módulo 1 – “Da Invenção” da Moeda à ascensão de Filipe II da Macedônia, c. 650-360 a.C.

As evidências arqueológicas e literárias sugerem que a cunhagem de moedas iniciou-se por volta de 600 a.C. na Anatólia ocidental (hoje Turquia), ponto de contato entre as cidades gregas jônicas da costa do Mar Egeu e o reino da Lídia, no interior. Essas primeiras moedas eram de eletro, uma liga natural de ouro e de prata (1, 2), e

unifaciais, aparecendo no reverso a marca do punção que forçava o disco no cunho do anverso.

A essas emissões seguiu-se a cunhagem de moedas de ouro e de prata puros pelo reino da Lídia, no período de Cresos (c. 561-547), com o tipo do leão e do touro se enfrentando (3). Mas outras evidências de achados arqueológicos sugerem que boa parte dessas emissões ocorreram já sob os persas, que conquistaram a região em 547 a.C. Por volta de 510 a.C., os persas introduziram um sistema monetário duradouro baseado no estáter, ou “Dárico” de ouro de cerca de 8,4g (4), equivalente a 20 estáteres, ou “siglos” de prata (5).

Na segunda metade do século VI a.C., com exceções como Cízico, Focéia e Mítilene (na ilha de Lesbos), que continuaram a cunhar peças de eletro, a maioria das cidades da Ásia Menor passou a cunhar exclusivamente moedas de prata. Esse foi também o metal das cunhagens iniciais da Grécia propriamente dita, por volta de 550 a.C., onde possivelmente Egina foi a primeira localidade a cunhar moeda (13). Sua iniciativa foi logo seguida por cidades-estado importantes como Atenas e Corinto e por Chalcis e Erétria na ilha de Eubéia, pelas ilhas gregas do Mar Egeu, por Rodes (14) e pela Lídia (15) e a Cária, na Ásia Menor. Ainda no séc. VI, ou logo a seguir, as cidades gregas e tribos da região da Trácia e da Macedônia (12), e a ilha de Corcira (corfu) também cunhariam moedas de prata.

Os povos “semi-gregos” do interior da Macedônia e da Trácia, como os Derrones, Bisalti, e outros, tinham acesso a grandes jazidas de prata, permitindo-lhes cunhar por volta de 500 a.C. peças de 8 dracmas (octodracmas). Moedas com o tipo característico de ninfa e sátiro são atribuídas à ilha de Tasos (11). A cunhagem dos reis da Macedônia iniciou-se com Alexandre I (498-451 a.C.).

A abrangência da cunhagem grega ampliou-se, passando a incluir as comunidades gregas estabelecidas em volta do Mediterrâneo - especialmente no sul da Itália e na Sicília - e do Mar Negro (ou Euxino). Entre 520 e 480 a.C., a cunhagem de prata estendeu-se a dezenas de cidades.

A cunhagem grega influenciou a dos vizinhos, notadamente a dos persas, na Ásia Menor ocidental, a dos cartagineses, na África do norte e na Sicília, a dos etruscos, na Itália, a dos fenícios e inclusive a dos celtas, na Europa central e ocidental. Muitas dessas cunhagens utilizaram imagens e inscrições em idiomas apropriados às suas tradições. Mas, como a inspiração grega é inegável, os livros especializados costumam classificar como “Moedas Gregas” todas essas emissões, e esse foi o critério adotado nesta exposição.

Da região do mar Egeu, a cunhagem ganhou rapidamente as cidades gregas do Mediterrâneo ocidental. No sul da Itália, Síbaris talvez tenha sido a primeira cidade a cunhar moedas - por volta de 540 a 530 a.C. -, mas quase simultaneamente com Caulônia, Poseidonia, Tarento e Metaponto.

Essas primeiras moedas foram fabricadas no relativamente sofisticado método “incuso”, único no Mundo Grego, que subsistiria até cerca de 440 a.C. O tipo do anverso aparece normalmente em relevo, enquanto no reverso aparece o mesmo tipo cunhado em “intaglio”, ou “em negativo”, com os dois tipos alinhados exatamente, lembrando o

trabalho da prata em “repoussé” (16-24). Mas diversas cidades gregas também cunharam moedas de prata com a técnica tradicional, como Hyele (Velia), ainda no séc. VI a.C., e muitas outras logo a seguir, no séc. V, como Cumas, Terina (31) e Régio (30).

Na Sicília, não se recorreu a emissões incusas, e várias cidades, principalmente Naxos, Zancle (a futura Messana), Himera (8), Selinunte (9) e Siracusa (10), cunharam moedas no modelo grego do Mediterrâneo oriental entre cerca de 530 e 490.

Ao longo do séc. V a.C., consolidou-se a cunhagem de moedas com tipos de anverso e reverso. Esses tipos passaram geralmente a incluir símbolos das cidades, e, freqüentemente, também cabeças ou outras representações de divindades. Até cerca de 430, as moedas eram na sua maioria de prata quase pura, e cunhavam-se valores de pequena dimensão, como em Eion (51), Cízico (68), Tarento (25), Siracusa (34), Naxos (39) e Camarina (36), e mais tarde em Massilia (Marselha – 44), que, provavelmente, eram perdidas com facilidade.

As cidades gregas do sul da Itália e da Sicília foram as primeiras a cunhar moedas de bronze. Túrio, por volta de 440, e Agrigento (43), Gela (41) e Himera, por volta de 430-410 a.C., fizeram emissões já no sistema de cunhos diferentes para o anverso e o reverso, e logo foram seguidas por numerosas cidades.

Contrariamente às cunhagens em metal precioso, as emissões de bronze circularam com um valor não diretamente relacionado com o seu “valor intrínseco”, ou seja, o seu conteúdo de metal. Tratava-se de uma cunhagem “fiduciária”, e os agentes econômicos a aceitavam - tinham “fé” no seu valor -, em função do prestígio, ou autoridade, do emissor. Essas moedas, portanto, destinavam-se principalmente ao uso local, e não ao comércio “internacional”.

No século V, as cidades do sul da Itália e da Sicília cunharam moedas de grande qualidade artística a partir do período de 480 a 450 a.C. A emissão de estáteres e principalmente de tetracmas (4 dracmas), deu aos gravadores de cunhos ampla liberdade para criar alguns dos tipos mais famosos da história da moeda, notadamente em Siracusa (32), mas também em Messana (35), Leontini (37,38) e Gela (40).

Na Grécia continental e nas regiões do Mar Egeu e do Mar Negro, eliminada a ameaça persa, houve grandes emissões de prata, atestando o dinamismo do comércio daquelas áreas. Egina continuou a cunhar moedas (as “tartarugas”) de ampla aceitação (64, 65), mas também cidades mais distantes como Sinope, na Paflagônia (67), ou Teos (69), na Jônia, mantiveram uma cunhagem exclusivamente de prata, contrastando com Mitilene, na ilha de Lesbos, que continuou a emitir moedas de eletro no período de 450 a 330 a.C. (70).

Ao norte do Mar Negro tinham circulado “proto-moedas” do tipo de “ponta de flecha” (6) e de golfinho (7), certamente com funções monetárias, mas de caráter fiduciário. Nessa região também seriam emitidas moedas de bronze fundido de grande diâmetro. Mas logo várias cidades costeiras adotariam a cunhagem de prata do modelo tradicional (49,50). Cidades e reinos da Macedônia (52-55), da Trácia (46-48), bem como da península (59,60) e das ilhas (58), cunharam numerosos tetróbolos (4 óbolos) e trióbolos (ou hemidracmas) no séc. V e no início do séc. IV a.C.

No segundo quartel do séc. V a.C., após liderar a bem-sucedida resistência contra os Persas, Atenas emergiu como potência dominante e líder da Liga defensiva de Delos, criada para evitar futuras invasões. Os atenienses apropriaram-se do tesouro da Liga guardado na Acrópole de Atenas, e de cerca de 5.000 talentos equivalentes a 30 milhões de dracmas, e a cidade cunhou milhões de tetradracmas (moedas de 4 dracmas), inclusive para construir o Partenon e outros templos. Esses tetradracmas circulariam até a região do Afeganistão e do Egito, às vezes pelo seu peso de prata como atestam vários exemplares com cortes para verificar a pureza do metal. Seriam também imitados no Egito, na Palestina (cunhagem filisto-árabe) e na Arábia do sul. As emissões de Atenas (61, 62, 63) incluíram a seguinte gama de denominações (com pesos arredondados), também adotadas em boa parte do mundo grego:

Tetradracma: 17,2g Hemidracma: 2,2g Hemióbolo: 0,36g Hemitartemorion: 0,09g
 Dracma: 4,3g Óbolo: 0,7g Tetartemorion: 0,18g

O tipo da deusa Atena no anverso e da coruja no reverso consolidara-se por volta de 510-500, quando Atenas, explorando as minas de prata do Laurion, passara a emitir tetradracmas em maior quantidade. O tipo de Atena com o olho de frente seria mantido “imobilizado” no período clássico da construção do Partenon e das grandes esculturas de Fídias, devido ao reconhecimento internacional que esse tipo já havia adquirido.

O Tesouro de Delos foi uma fonte importante de metal para a cunhagem, mas a sua apropriação e a política “imperialista” de Atenas foram questionadas por vários aliados. A guerra do Peloponésio (431-404 a.C.) e uma desastrosa expedição contra Siracusa, na Sicília (413 a.C.), levariam à derrota de Atenas diante de uma coalizão liderada por Esparta, que, sem cunhar moeda própria até séculos mais tarde, tornou-se então a potência dominante da Grécia continental.

Módulo 2 - De Filipe II à Consolidação das Monarquias Helenísticas, c. 360-280 a.C.

No século IV a.C., o mundo das cidades-estado gregas independentes, no Mediterrâneo ocidental e oriental começaria a ruir diante da ambição de alguns governantes e do crescente poder de Roma. Destacam-se, no período, as emissões de prata do sul da Itália, notadamente as de Neápolis (Nápoles), Túrio, Velia e Tarento, com estáteres e didracmas de excelente qualidade artística (1-8), mas especialmente as de Lokroi Epyzephyrioi ou Lócres (9-10).

Na Sicília, Siracusa emerge como o poder dominante, mas passa pelas “tirantias” de Timoleon (12-14) e Agátocles (15). Os principais rivais dos gregos na ilha eram os cartagineses, que cunharam moedas de inspiração grega em oficinas locais (17 - cópia do tipo da Aretusa de Siracusa criado por Euainetos), ou no norte da África, incluindo uma abundante cunhagem de eletro (16).

Na Grécia Continental, vários novos poderes locais, como Audoleon, na Peônia (18), cidades da Tessália (19-20), ilhas do Adriático (21), e também Megalópolis, na Arcádia (34), cunharam suas próprias moedas em paralelo às emissões das cidades mais tradicionais como Opus (23), Tebas (24-25), Cálcis (26), Siciônia (31-32) e Argos (33).

Atenas cunhou novamente tetradracmas de prata em grande quantidade ao longo do século IV a.C., mas com uma menor preocupação estética (27,28), enquanto Corinto fez

grandes emissões de estáteres com o tipo de Atena e do Pégaso (29,30), também amplamente difundido por suas colônias (22).

Na ilha de Creta, destacam-se nesse período as cunhagens de Cnossos, Gortina e Cidônia (35), e as emissões de Rodes (40-41), - um importante centro comercial -, aumentaram muito de volume.

Na Ásia Menor, a cunhagem grega de prata e de bronze difundiu-se amplamente pela costa e pelo interior (36,37). São particularmente conhecidos os tipos da abelha e do cervo, de Éfeso (38) e as emissões de bustos de divindades em $\frac{3}{4}$ dos sátrapas da Cária, como as de Mausolo (39), cujo túmulo seria depois considerado como uma das “Sete Maravilhas do Mundo”. Na Cilícia, os sátrapas também emitiram estáteres (43) que competem em beleza com o tipo dos atletas de Aspendus, na Panfilia (42).

A cunhagem fenícia iniciou-se tardiamente, apenas em meados do séc. V a.C., apesar da reputação de grandes comerciantes de seu povo. No séc. IV, vários monarcas locais emitiram moedas tendo o *Shekel* como unidade nas principais cidades como Biblos e Tiro (44). Sidon (45) cunhou *tetrashekels* muito atraentes.

A ascensão de Filipe II (359-336) da Macedônia consagraria a predominância desse reino sobre o mundo grego. Dispondo de minas abundantes, Filipe II cunhou estáteres de ouro (46) de cerca de 8,6g e tetradracmas de prata (47), estes logo imitados pelos povos celtas. Apesar da eloquência de Demóstenes em Atenas, conclamando-as à resistência, as cidades-estado gregas demoraram a reagir diante da ameaça macedônica, e, quando finalmente se aliaram, foram definitivamente derrotadas por Filipe II.

A predominância macedônica se consolidaria sob Alexandre III (336-323), conhecido como “o Grande”, que iria conquistar o império persa, estendendo seus domínios do Egito até as fronteiras da Índia propiciando uma grande ampliação das áreas alcançadas pela cunhagem de moedas, inclusive dos reinos que o sucederam. O tetradracma de Alexandre (50, 51) e suas subdivisões (52-53), emitidos em grandes quantidades e também postumamente, substituiriam a cunhagem ateniense como a moeda internacional por excelência no Mediterrâneo oriental. A transformação em moedas de grande parte do tesouro real persa em diversas oficinas monetárias do império também resultou numa abundante cunhagem de estáteres de ouro (49).

A morte prematura de Alexandre teve como consequência a repartição do império entre os “diádocos”, seus principais generais, assim como algumas cunhagens de governantes gregos locais sem indicação do monarca, como em Babilônia (54). Lisímaco, um desses generais, reinaria sobre a Trácia até 281 a.C. (55). Depois de passar para o meio irmão de Alexandre, Filipe III (53), pelo domínio de Cassandro e pelo de Demétrio Poliorcetes (56), a Macedônia caberia à dinastia Antígônida. A Síria e as antigas satrâpias orientais do Império Persa reverteriam para a dinastia selêucida, fundada por Seleuco, e o Egito à dinastia “lágida” ou ptolemaica, fundada por Ptolomeu.

III-2 O Mundo Grego, c. 360 – 30 a.C.

EVENTOS HISTÓRICOS

338 Batalha de Queroneia; Filipe II esmaga a aliança de cidades-estado gregas e controla a Grécia através de uma liga comandada pela Macedônia.

336 Assassinato de Filipe II; Alexandre, “o Grande” (336-323).

335 Levante da Grécia, destruição de Tebas.

334-331 Conquista do Império Persa por Alexandre. Soldo dos hipaspitas do seu exército: 1 dracma/dia.

c.330 a.C.-17d.C Consolidação do Reino da Capadócia.

329-325 Campanhas de Alexandre na Ásia Central; Alexandre na Índia; vitória sobre o Rei Poros e seus elefantes.

325-323 Regresso à Pérsia e morte de Alexandre.

323-301 Várias divisões do Império de Alexandre entre os diadocos (generais sucessores).

c. 323 Início da dinastia Ptolemaica ou Lágida (c. 323-30) no Egito; Ptolomeu I (323-285), ex-general de Alexandre.

c.300 Fundação de Antioquia, capital do Reino Selêucida, incluindo a Síria e satrápias orientais.

281-280 Morte de Lisímaco da Trácia; na Itália, Guerra entre Tarento e Roma; Pirro, rei do Epiro na Itália (280-275), vencido por Roma.

279 Invasão Gálata (Celta) nos Bálcãs: pilhagens por vários anos e morte de Ptolomeu Keraunos da Macedônia.

c. 279 Consolidação do Reino da Bitínia (c. 279-74 a.C.).

277 Dinastia dos Antigônidas na Macedônia (277-168) inicia-se com Antígono Gônatas (277-239).

c. 280-241 Consolidação do reino de Pérgamo; Eumenes I (263-241) incorpora a Mísia e a Lídia.

c. 251 Consolidação da Liga Acaia constituída c. 280 a.C., com a adesão de Sícion.

c. 250 Diodoto, sátrapa da Bactria e da Sogdiana (c. 256-230 a.C) declara-se independente do Império Selêucida;

238 Fundação do Reino Parta (c. 238 a.C. a 224 d.C.), consolidado sob Mitrídates II (123-88).

223-187 Antíoco, "o Grande da Síria"; derrotado pelos Romanos; decadência dos Selêucidas.

215-211 Defecção e conquista da Sicília Grega pelos Romanos que, completam a conquista da Itália.

197-168 Filipe V da Macedônia (197) e Perseu (168) derrotados pelos Romanos: em 148 a Macedônia torna-se província Romana.

167 Delos porto livre; decadência de Rodes; soldo de um soldado de infantaria em Creta: 1 dracma rodiana.

162-128 Lutas dinásticas entre os Selêucidas da Síria.

147-146 Guerra de Roma contra a Liga Acaia; destruição de Corinto (146) e transformação da Grécia em província romana.

c. 140 Reino Grego da Bácia conquistado pelos nômades Sakas (Citas); sobreviveram reinos Indo-Gregos no Paquistão.

133 Reino de Pérgamo legado por Atalo III a Roma.

107 Mitrídates, rei do Ponto (120-63) conquista o Bósforo Cimério.

103-76 Alexandre Jannaeus, da dinastia judaica hasmoneana, rei da Judéia (103-76).

86 Atenas tomada por Sula.

74 Reino da Bitínia legado por Nicomedes IV a Roma

66-62 Campanhas de Pompeu no Oriente: Vitórias contra Mitrídates do Ponto, Tigranes da Armênia e anexação da Síria selêucida como província Romana.

46 A Numídia, independente 202-46, torna-se a província romana de África nova.

51-30 Cleópatra VII, rainha ptolemaica do Egito; aliança com Antônio e derrota para Otaviano (Augusto) em Áccio (31); em 30, o Egito torna-se província romana.

EVENTOS MONETÁRIOS

c. 348-344 Filipe II (359-336) da Macedônia adota os tipos de Zeus e jovem a cavalo para os tetradracmas de prata e inicia a emissão de estáteres de ouro e frações; a cunhagem em seu nome continuaria até o início do séc. III a.C.

c. 350 Séc. IV “jetons” dos membros do Conselho de Atenas: 5 óbolos/dia; escravos eram alforriados por de 300 a 500 dracmas.

c. 350-306 Grandes emissões de estáteres de Corinto e de suas colônias com os tipos de Pégaso/Atenas.

c. 350-270 Abundantes emissões de Cartago em eletro e prata, na metrópole e nas suas dependências na Sicília e na Sardenha.

c. 336-323 Consolidação do sistema monetário de Alexandre, baseado na dracma ática (de Atenas), com a emissão de tetradracmas de prata e subdivisões, a nova “moeda internacional”, grandes emissões de estáteres de ouro, múltiplos e subdivisões; abundantes emissões póstumas com o tipo de Alexandre até c. 175 a.C.

c. 323-280 Numerosas emissões de tetradracmas dos generais sucessores de Alexandre; Lisímaco, na Trácia (323-281); Seleuco (312-280), na Síria; Filipe III (323-317), meio-irmão de Alexandre, Cassandro (319-297) e Demétrio Poliorcetes (294-288) na Macedônia.

c. 282-263 Filetaios, fundador da dinastia Atálida de Pérgamo, apropria-se do tesouro de Lisímaco, de 9.000 talentos sob sua guarda, equivalentes a 54 milhões de dracmas, dando origem a uma abundante emissão de tetradracmas no reino.

c. 280-211 Última fase de emissões gregas na Itália e Sicília antes do domínio romano; didracmas de Nápoles e Tarento e numerosas emissões de bronze.

c. 277-168 Dinastia Antigônida na Macedônia; farta emissão de tetradracmas, com tipos e retratos excepcionais, especialmente de Filipe V e Perseu.

c. 250-140 Diodoto da Bácia e seus sucessores emitem alguns dos mais expressivos retratos helenísticos, especialmente sob Eucrátides e seus vassallos (c. 170-135).

c. 250-96 Emissão regular de tetradracmas e dracmas no Império Selêucida com retratos sempre muito realistas e reversos com divindades em gravações de alta qualidade.

c. 196-146 Abundantes emissões de prata, da Liga Acaia em mais de 20 cidades, de bronze em cerca de 40 localidades.

c. 170 Introdução no reino de Pérgamo do tetradracma cistofórico, ou cistofóro, mais leve, como parte de um sistema monetário “fechado”, tal como o do Egito.

c. 170 Emissão, em Atenas, de tetradracmas “de novo estilo” de tipos de Atena e coruja sobre ânfora (c. 170-86 a.C.); porto livre em Delos (167) e decadência de Rodes, mas continuação da emissão de dracmas rodianas.

Sécs. II-I Numerosas imitações das moedas de Filipe II da Macedônia e de tetradracmas de Thasos pelos celtas orientais.

Sécs. II-I Celtas ocidentais emitem moedas de ouro e de prata progressivamente mais abstratas, também baseadas nos tipos de Filipe II.

c. 120-63 Emissões de tetradracmas de Mitrídates do Ponto e retratos notáveis nas cunhagens da Bitínia; últimas emissões de tetradracmas selêucidas também com retratos e tipos de elevado padrão estético.

c. 100-30 Últimas emissões ptolemaicas e reforma da cunhagem de bronze do Egito por Cleópatra VII (51-30), que também cunhou raros tetradracmas e denários juntamente com Marco Antônio.

Vitrine II – O Mundo Helenístico e Povos Vizinhos, c. 280-30 a.C.

Módulo 3 - As Monarquias Helenísticas e Povos Vizinhos até a Conquista Romana da Macedônia, c.280-170 a.C.

Após a morte de Alexandre “o Grande”, o seu sistema de moedas de prata e de ouro permaneceu surpreendentemente estável em boa parte do seu antigo império. Apenas Ptolomeu I (305-200), no Egito, produziu uma cunhagem baseada num sistema autônomo e autárquico, um tetradracma - de prata - mais leve (12), e, principalmente sob seus sucessores, também numa abundante emissão de moedas de bronze de grandes dimensões (13-16).

A mudança de poder, no séc. III a.C., para maiores unidades políticas, fossem reinos, estados ou ligas, teve importante reflexo na história monetária da época. Os principais reinos sucessores, como a Macedônia, sob os Antigônidas (1-4), e o reino selêucida (6-7), mas também o reino de Pérgamo (5), cunharam abundantes tetradracmas (1, 5, 6, 9) e moedas de bronze divisionárias.

Uma novidade importante foi a introdução do retrato dos monarcas na cunhagem, a partir de 305 a.C. no caso de Ptolomeu I (12). Anteriormente, no séc. IV a.C., sátrapas persas e dinastas da Lícia tinham sido realisticamente representados nas suas moedas, mas, no século seguinte, retratos “fiéis” dos monarcas difundiram-se amplamente. São particularmente notáveis os retratos dos reis da Bactria (no atual Afeganistão), antiga província do Império Persa, temporariamente sob controle selêucida, que tornou-se independente por volta de 250 a.C. As representações de Eutídemus (8) mas principalmente as de Eucrátides (9), estão certamente entre as mais expressivas do período helenístico, criando uma tradição que se estenderia com os reis indo-gregos (Módulo 18).

Na Ásia Menor, os tetradracmas póstumos com os tipos de Alexandre continuaram a ser cunhados por várias cidades como Alabanda (53), na Cária, até cerca de 175 a.C., ou até mesmo mais tarde, consolidando o seu importante papel de “moeda internacional”.

Diversas cidades da Grécia continental e do Mediterrâneo Oriental fizeram cunhagens ocasionais, por razões diversas, inclusive de prestígio, mas estas foram principalmente de bronze. É o caso, por exemplo, das emissões federais da Liga da Acarnânia (41), e posteriormente das cunhagens municipais de Pandosia (37), da ilha de Issa (35) e de Lacedemônia (Esparta) (46), e da Liga da Tessália (34), ou das emissões de cidades da

ilha de Creta, como Cnossos (47) e Gortina (48). Em volta do Mar Negro, algumas cidades como Olbia e Panticapaeum também continuaram a cunhar em bronze (32, 33).

Na Grécia continental, após a morte de Pirro (36), fundou-se no Épiro a república epirota, que cunhou dracmas de prata (38) de 238 a 168. Dyrrhachium (a antiga Epidamnus e futura Durazzo), na Ilíria, emitiu dracmas (39) antes e depois de tornar-se protetorado romano (40), com o tipo da vaca amamentando o bezerro, também repetido em Apolônia.

Numerosas cidades continuaram cunhando prata no séc. III a.C., e até a conquista romana, em 146 a.C. (42). Destacam-se as emissões da Liga Acaia (43, 45) que agrupava numerosas cidades-estado anteriormente importantes como Corinto, Mégara e Argos, e as da cidade de Olímpia (44), sede dos Jogos Olímpicos da Antiguidade. Atenas continuou a cunhar tetradracmas, que, por volta de 170 a.C., adotariam um “novo estilo”, com disco maior.

Novos reinos tiveram em certos casos sobrevivência efêmera, como o de Épiro, sob Pirro (36). Outros, como os da Bitínia (49) e da Capadócia (52) teriam existência mais longa e uma cunhagem extensa. Cidades importantes da Ásia Menor, como Mileto (50) e Side (53), e cidades fenícias, como Arados (54), mantiveram uma cunhagem de prata de certa importância. Alguns povos mais distantes, como os sabeus, na Arábia do Sul (55), emitiram moedas de prata copiadas das dracmas atenienses. No norte da África, Cirene, na Cirenaica, cunhou tanto prata e bronze (56,57).

Cartago, a principal rival de Roma, também cunhou moedas de eletro, prata (59,60) e bronze (58,61), tanto na oficina monetária da capital como em suas dependências na Sicília e na Sardenha.

No Mediterrâneo ocidental, após a partida de Pirro e a rendição de Tarento, em 272 a.C., Roma consolidou o seu poder sobre a península italiana. Ao longo do séc. III a.C., no entanto, várias cidades gregas e povos da Itália, inclusive da Etrúria (17), continuaram cunhando moedas de bronze, notadamente os Frentani, em Larinum (18), Asculum, Salápia e Venúcia, na Apúlia (19, 20, 21), e a Liga dos Brettii em Brútio (25). Em Tarento, perdurou a cunhagem de seu famoso tipo de didracma com golfinho e cavaleiro (23, 24) até cerca de 228 a.C., com uma breve retomada de emissões durante a ocupação do general cartaginês Aníbal (212-209), durante a 2ª Guerra Púnica. Nessa ocasião, também ocorreriam efêmeras emissões de prata em Metaponto e no Brútio, e de eletro, em Cápuia. Em Neapolis (Nápoles), as emissões de didracmas de prata continuaram até cerca de 240 a.C. Mas, após 228 a.C., com as exceções assinaladas, cessariam as cunhagens de prata das cidades gregas da Itália.

Roma conquistara a Sicília em 241, após a 1ª Guerra Púnica, mas Siracusa, aliada dos romanos, preservou a sua independência. Hieron II (274-216) tirano de Siracusa, além de emitir moedas de prata com seu retrato e o de sua mulher, Philistis, fez diversas emissões de bronze (30, 31). Os mamertinos, mercenários que ocuparam Messena (Messina) no período de 220 a 200, emitiram moedas de bronze com marcas de valor (29), enquanto outras cidades, já sob o domínio romano, também cunharam peças de bronze (26-28). Após a tomada de Siracusa, em 212, subsistiram apenas as emissões locais de bronze, inclusive na península italiana (22). No entanto, com a introdução do

denário de prata, em 212-211 (Módulo 5) e a vitória sobre Aníbal, cessariam totalmente, no final do séc. III a.C., as emissões das cidades italianas.

Módulo 4 - Gregos, Celtas e Povos Vizinhos até a Conquista Romana do Egito, c. 170-30 a. C.

No Mediterrâneo ocidental, excluindo-se as imitações celtas de moedas gregas, somente Massilia (Marselha), na Costa da Gália (França), continuaria uma cunhagem de prata realmente grega nos sécs. II e I, emitindo dracmas de boa qualidade em abundância (1).

No Mediterrâneo oriental, o poder de Roma se fez sentir cada vez mais intensamente após as derrotas dos reis da Macedônia, em 197 e 168, a.C., e a transformação do reino em província romana (2). Em 146 a.C., se completaria a conquista e anexação da Grécia, após a derrota da Liga Acaia e o saque de Corinto. No entanto, nos sécs. II e I a.C., a cunhagem helenística apresentou novas formas. Além da importância da cunhagem da Liga Acaia - a principal potência da Grécia após o declínio macedônio -, que envolveu mais de 20 cidades (da Acaia, da Messênia, e da Arcádia) cunhando hemidracmas de prata (6) e mais de 40 com emissões de bronze, destacam-se as cunhagens de Atenas, com seus tetradracmas “de novo estilo” (5), com novos tipos de Atena e da coruja, e as de Pérgamo.

Também por volta de 170 a.C., o reino de Pérgamo na Ásia Menor, iniciou a emissão de tetradracmas cistofóricos, ou “cistofóros”, assim chamados por terem como tipo de anverso a “cista mítica”, cesta utilizada para a celebração do rito de Dionísio (Baco). À semelhança do Egito, Pérgamo criou então um sistema monetário fechado, que forçava os estrangeiros a adquirirem os tetradracmas locais, mais leves, para fazerem transações comerciais no reino.

Na Grécia propriamente dita, perduraram, no séc. II a.C., numerosas emissões de bronze, tanto em regiões periféricas como o reino da Ilíria (3), como também em áreas mais tradicionais como Thespiiai, na Beócia (4), e na ilha de Creta (7).

A ascensão do rei do Ponto Mitridates VI (120-63), Eupator, ou “o Grande” (8), representou uma real ameaça ao poder de Roma. Esse monarca conquistou o Bósforo e a Cólquida, ao norte e a leste do Mar Negro, e adotou uma política agressiva em relação a seus vizinhos. Foi finalmente vencido por Pompeu, em 63 a.C., e cometeu suicídio. Várias cidades do Ponto e da Paflagônia tais como Amisos (9), cunharam moedas de bronze sob o seu domínio.

Os reis da Bitínia emitiram tetradracmas de prata com retratos notáveis (10) até o reino ser deixado como legado para Roma, em 74 a.C. O reino da Capadócia, que tornou-se independente dos selêucidas no séc. III a.C., também produziu retratos helenísticos de grande qualidade, destacando-se os de Ariobarzanes I (93-63) em várias idades (23).

Em diversas regiões da Ásia Menor, notadamente na Jônia (13, 14), na Frígia (15, 16), na Lícia (19, 20), na Pisídia (21), e na Cilícia (22,) várias cidades continuaram a emitir moedas de bronze, e ocasionalmente de prata, nos sécs. II a I a.C. Rodes, foi muito afetada pela criação, pelos romanos, de um porto livre em Delos. Continuou, no entanto, a cunhar dracmas com os tipos tradicionais da cabeça de Hélios e de uma rosa (18).

No séc. II a.C., após as derrotas de Antíoco III (223-187) para os romanos, o poder do reino selêucida da Síria tendeu a declinar, e houve tentativas de usurpação do trono, como a de Trífon (27). Os selêucidas continuaram cunhando tetradracmas de grande qualidade (28, 30) e bronze em abundância (29). O reino seria definitivamente conquistado por Roma em 64 a.C., e durante cerca de três décadas tetradracmas com o tipo de Filipe Filadelfo (93-83), continuariam a ser emitidas antes da introdução da cunhagem com tipos romanos na Síria.

Anteriormente, ainda no séc. II a.C., os judeus tinham se sublevado contra os selêucidas, alcançando plena autonomia. Alexandre Jannaeus (35) foi o primeiro rei da dinastia Hasmoneana a cunhar moeda. A cidade de Tiro, na Fenícia, também independentemente dos selêucidas, manteve no séc. I a.C. uma notável cunhagem de *shekels* de prata de grande qualidade (34). Essas moedas, ou peças semelhantes cunhadas mais tarde em Jerusalém, são tradicionalmente associadas às 30 moedas de prata recebidas por Judas para trair Jesus Cristo. Mais ao norte, na Síria, Laodicéia (32) e Selêucia cunharam grandes séries de tetradracmas de prata, e Antioquia sobre o Orontes fez extensas cunhagens de bronze (31).

A leste da Síria, na Pérsia (o Irã de hoje), os partas fortaleceram-se a partir do séc. II a.C., sob Mitrídates I (24). Viriam a tornar-se uma “potência mundial”, e o principal inimigo dos romanos. Os partas emitiram numerosas dracmas (24-26) e tetradracmas, com os tipos do busto e do arqueiro sentado no trono. O reino de Characene, no delta dos rios Tigre e Eufrates no Golfo Pérsico, conseguiu manter sua independência de cerca de 125 a.C. até ser conquistado pelos persas sassânidas, em 224 d.C., e emitiu tetradracmas de prata cada vez mais fraca (36).

O último bastião helenístico diante do poder de Roma foi o reino ptolemaico do Egito sob Cleópatra VII (38) e seus antecessores (37). Após a derrota das forças conjuntas de Cleópatra e de Marco Antônio, em 31, e o suicídio de ambos, em 30 a.C., Otaviano (o futuro imperador Augusto) anexou o Egito e completou a conquista romana do Mediterrâneo oriental.

No norte da África, após a destruição de Cartago, em 146 a.C., os romanos toleraram uma dinastia local no reino da Numídia até a sua anexação como a província romana da África do norte, em 46 a.C. Micipsa (148-118) cunhou bronze (39) e Juba I (60-46) cunhou denários (40) e outras denominações de prata. Melita (Malta), entre a África e a Sicília, caiu sob o domínio romano em 218 a.C., e foram cunhadas na ilha moedas com legendas em fenício (41), grego e, depois, latim.

Na Península Ibérica, onde os romanos enfrentaram os cartagineses, estes acabaram derrotados, e a Hispania (Espanha) tornou-se província romana em 206 a.C. Durante o séc. II a.C., Roma ampliou gradualmente a sua influência no interior, e permitiu que as tribos celtibéricas emitissem moedas com inscrições em ibérico. Essas cunhagens cessariam com as reformas efetuadas em 133 a.C. Com as guerras civis do séc. I a.C., houve emissões episódicas de moedas de bronze. Somente sob Augusto, em 19 a.C., a península, como um todo, foi controlada por Roma, depois da conquista do noroeste da Espanha, quando iniciou-se uma ampla cunhagem provincial (Módulo 10).

Várias cidades emitiram denários com inscrições ibéricas no período de 204 a 154, como foi o caso de Bolskan (52). Mas no séc. II a.C. são especialmente numerosas as

cunhagens de bronze com inscrições ibéricas (42-45, 49-51). Algumas emissões, como as de Gades, têm inscrições fenícias (47), e outras, como as de Carmo e Ilipa, já mostram inscrições latinas (46,48).

Antes da conquista de Júlio César, os celtas da Gália (França) tiveram uma ampla cunhagem de ouro (54), de prata e bilhão (55), e de bronze (56), além de emitirem moedas fundidas de “potin” (liga de cobre, zinco, chumbo e estanho), que prorrogou-se em certos casos, até a 2^a metade do séc. I a.C. (58, 59), já sob o domínio romano. Destacam-se os estáteres de ouro com tipos abstratos, como os dos Ambiani (54), baseados longinquamente em moedas gregas, mas também o cavalo “picassiano” dos Curiosolitas (55).

Os celtas orientais, da região do Danúbio, mantiveram-se muito tempo bastante fiéis aos modelos gregos, basicamente estáteres de ouro e tetradracmas de Filipe II da Macedônia (61,62) ou o tetradracma da ilha de Thasos (63). Mas nos sécs. II e I a.C., os tipos também se tornaram quase abstratos (64). A conquista romana levaria à extinção das cunhagens locais e à sua substituição por moedas romanas.

III-3 Roma, c. 753 a.C. – 275 d.C.

EVENTOS HISTÓRICOS

753 a.C Data tradicional da fundação de Roma.

509 a.C Fim da Monarquia em Roma.

496-272 Conquista Romana da Itália continental.

281-275 Guerra contra Pirro (rei de Épiro).

264-241 1a. Guerra Púnica contra Cartago.

218-201 2a. Guerra Púnica (Haníbal) e conquista da Sicília (212).

168-133 Conquista da Macedônia (168); destruição de Cartago e anexação da Grécia (146); Atáldas legam Pergamo a Roma (133).

88-82 Campanhas e Guerra civil de Sula que faz emissões isoladas de “aurei” de ouro.

67-44 Pompeu e César disputam a supremacia; 1o. Triunvirato (60); vitórias de César; morte de Pompeu (48); assassinato de César (44).

43-27 2o. Triunvirato; derrota de Brutus e Cassius (42); Otaviano vence Marco Antonio e Cleópatra, anexa o Egito (31-30), torna-se imperador (27).

Império Romano de 27 a.C a 275 d.C

27a.C–14d.C Augusto imperador; ”Pax Augusta”: império talvez 60 milhões de habitantes; cerca de 4 a.C.: nascimento de Cristo; soldo de legionário: cerca de 225 denários por ano; obras literárias de Virgílio, Horácio e História de Tito-Lívio.

14-37 Tibério imperador; execução de Cristo.

37-41 Calígula.

41-54 Cláudio; conquista da Britânia (Inglaterra).

54-68 Nero; incêndio de Roma; guerra civil em 68-69 (Galba, Oto, Vitélio, Vespasiano).

69-96 Dinastia Flaviana; Vespasiano, Tito e Domiciano. Guerra judaica; coliseu; o soldo de legionário aumenta para 300 denários/ano.

98-117 Trajano anexa Dácia, Armênia, Arábia, Mesopotâmia como novas províncias; Tácito escreve as “Histórias” e “Anais”.

117-161 Adriano (117-138) grande construtor viajante adota Antonino Pio (138-161).

161-180 Marco Aurélio; guerras contra os partas e os germanos; escreve as “Meditações”.

180-197 Cômodo (180-192) assassinado em 192; Pertinax assassinado; guerra civil 193-197.

193-211 Septímio Severo vence Clódio Albino; soldo de legionário 450 denários/ano.

211-217 Caracala estende a cidadania romana a todos os habitantes livres do império; soldo de legionário 675 denários/ano refletindo inflação.

217-222 Macrino e Diadumeniano (217-218) e Elagábalos (218-222) todos assassinados.

222-235 Alexandre Severo assassinado; guerra contra os persas sassânidas.

235-238 Maximino; guerra com os germanos.

238-244 Gordiano III: força os persas a evacuar a Mesopotâmia invadida.

244-249 Filipe I; comemoração dos 1000 anos da fundação de Roma.

249-251 Trajano Décio; morre em combate contra os godos; forte perseguição de cristãos.

253-260 Valeriano; capturado pelo rei persa Shapur, morre no cativeiro.

253-268 Galieno; revolta de Póstumo e criação do império galo-romano; Odenato de Palmira controla províncias do oriente e o Egito.

260-274 Império galo-romano Póstumo 260-269; Vitorino 269-271; e Tétrico I e II 271-274.

268-270 Cláudio II vence os godos.

270-275 Aureliano restaura unidade do império; derrota e anistia Tétrico I na Gália e captura Zenóbia e Vabalato de Palmira; cerca Roma de novos muros, mas é assassinado.

EVENTOS MONETÁRIOS

Séc. VI Início da Cunhagem de moedas de prata nas cidades gregas do sul da Itália e Sicília.

Sécs.V-IV “Aes rude” pedaços de bronze fundido, sem peso e forma definidos, usados a peso na Itália central e Roma.

c. 289-241 “Aes signatum”; c. 280-211 “Aes grave”; c. 280-275 primeiras cunhagens de didracmas de prata; c. 273-275 primeiras cunhagens de litras de bronze.

225-215 Cunhagem do didracma “quadrigatus”.

212-211 Introdução do denário de prata; início da cunhagem do As de bronze e subdivisões.

c.141-100 Denário re-tarifado (de 10 para 16 Asses); redução de peso da cunhagem de bronze para o padrão “uncial”.

83-82 Cessa por décadas a cunhagem de bronze; numerosas emissões de denários.

49-27 Cunhagem dos “imperadores”, chefes militares rivais; principalmente denários em oficinas itinerantes.

46 César cunha “aureus” de ouro.

Antonio emite no oriente denários aviltados e cistóforos; faz emissões com Cleópatra.

30-27 Otaviano cunha “aurei”, cistóforos e quinários.

23-18 Reforma da cunhagem de bronze: o sestércio = 2 dupondius = 4 asses; 1 As = 2 semis = 4 quadrans; oficina monetária do governo imperial em Lyon (15 a.C); emissão regular do “aureus” de ouro de 7,85g igual a 25 denários de prata ou 100 sestércios.

14-37 “Denário do Tributo” do Novo Testamento.

37-54 Numerosas emissões comemorativas da família imperial “Júlio-Cláudia”.

64 Reforma monetária: aureus de 7,2g e peso do denário reduzido de 3,5 para 3g.

82-96 Aureus aumenta para 7,7g em 82; cai em 85 para 7,5g; denário tem leve aumento (3,05g).

c. 107 Redução do denário para 2,8g; retirada de circulação dos denários mais antigos.

138-161 últimas emissões do semis (1/2 As).

c. 195 Enfraquecimento do denário para cerca de 1,8g de prata.

Criação do “antoniniano” com busto radiado possivelmente = 2 denários (com peso de 1,5).

218-235 Emissões em nome de Júlia Maesa, avó de Elagábalo e de Júlia Domna, mãe de Alexandre Severo.

238-244 Denário substituído pelo antoniniano ou “moeda radiada”, com prata já enfraquecida.

244-249 Diversas emissões comemorativas de denários e sestércios.

249-251 Retirada de circulação dos denários de prata; cunhagem isolada de duplos sestércios.

253-268 Aviltamento da cunhagem de ouro; aureus com menos de 4g de ouro; novas oficinas monetárias: Milão, Antioquia e talvez Trier. Colapso da cunhagem de prata e fim do sestercio e dupondio; novas oficinas monetárias: Siscia e Cízico.

260-274 Póstumo emite aureus com busto de frente de elevada pureza e duplo sestercio; sucessores emitem o antoniniano em cobre ou bronze. Antoniniano praticamente sem prata.

270-275 Restauração da pureza do aureus (6,5g com 95% de ouro puro); introdução ao “aureliano” ou “antoniniano pós-reforma” com 5% de prata: novas oficinas: Pavia, Lyon, Serdica (hoje Sofia) e talvez Trípoli na Síria.

Vitrine III - Roma, no Período Republicano c. 280 – 27 a.C.

Módulo 5 – Das Primeiras Emissões Romanas à Ascensão de Sula, c. 280-88 a.C.

Roma produziu suas primeiras moedas depois de 300 a.C., cerca de quatro séculos e meio após a sua data tradicional de fundação (753 a.C.). Anteriormente, no entanto, os romanos certamente tinham um certo conceito da moeda como um meio de comparar valores, e tinham usado uma série de objetos como “moeda-mercadoria” e recorrido a trocas (escambo).

Até o séc. V a.C., na região de Roma, pedaços irregulares de bronze (“Aes rude”), sem indicação de valor ou marca oficial, circulavam a peso, exigindo o uso de balanças. Do séc. VI ao III a.C., os etruscos também usaram para trocas pequenas barras de bronze com a representação de um ramo de árvore (“ramo secco”), sem peso uniforme, mas cunharam moedas a partir do final do séc. V a.C.

Entre cerca de 300 e 210 a.C., os romanos adotaram um sistema monetário próprio, pouco usual, que era constituído de quatro elementos circulando em paralelo:

O primeiro, o “Aes signatum” (c. 289-241), consistia em barras ou lingotes retangulares de bronze, com peso definido (normalmente de cerca de 1600g ou 5 libras romanas), com desenhos de ambos os lados e com dimensões de aproximadamente 160 por 90mm. Esses lingotes podem ter continuado a ser usados a peso, visto que vários exemplares sobreviveram em fragmentos já cortados na Antiguidade, indicando a necessidade de frações.

O segundo e o terceiro elementos eram moedas de prata e de bronze cunhadas em diferentes oficinas monetárias, sem relação de peso entre si, e destinadas a diferentes áreas de circulação. As moedas de bronze, “litrás” e múltiplos (5, 7, 8), possivelmente emitidos desde 273 a.C., circularam principalmente na Itália central, juntamente com o “Aes signatum” e depois o “Aes grave”. As moedas de prata, principalmente didracmas, (6), produzidas a partir de cerca de 280 a.C. (talvez em função da invasão de Pirro), circulavam mais ao sul, particularmente na Campânia.

O “Aes grave” (c. 280-211) constituía o quarto elemento do sistema, e consistia em grandes discos redondos de bronze fundido, com padrão de peso definido, figuras no

anverso e no reverso e marcas de valor (1-3). Tudo indica que as moedas romanas iniciais, nessas quatro formas, foram produzidas intermitentemente, em quantidades modestas em comparação com as de outros povos contemporâneos e com o orçamento público de Roma, o que exclui uma origem de ordem puramente militar, que teria exigido uma produção mais regular. Possivelmente as emissões não atendiam às necessidades do comércio a varejo. Assim, durante a primeira parte do período republicano, Roma pode ser vista como estando a meio caminho entre uma sociedade sem cunhagem e uma sociedade plenamente monetarizada, com a moeda funcionando principalmente como medida de valor, enquanto os pagamentos propriamente ditos também podiam ser efetuados em outras mercadorias ou em metal, a peso.

Em suma, a emissão das primeiras moedas romanas não parece ter resultado de necessidades econômicas ou militares prementes, e inicialmente preencheu funções limitadas. É possível que tenha surgido por influência da Grécia ou das cidades gregas do sul da Itália, inclusive por razões de prestígio.

A unidade do sistema do “Aes grave” era o “As”, a princípio equivalente a uma libra romana (As Libral). Mas logo o seu peso foi diminuído de 324 para 265g (mantido de 269 a 217 a.C. (10). Por volta de 225, quando a emissão de prata também foi transformada com a adoção dos didracmas “quadrigatus” (9), cunhados até cerca de 211 a.C., o sistema do “Aes grave” foi padronizado com a introdução de uma proa de galera no reverso e de uma divindade diferente no anverso de cada denominação de bronze fundido, conforme a seguinte relação:

Valor	Tipo de anverso	Marca de Valor	Valor em “unciae”
As	cabeça de Janus	I	12
Semis	cabeça de Saturno	S	6
Triens	cabeça de Minerva	4 glóbulos	4
Quadrans	cabeça de Hércules	3 glóbulos	3
Sextans	cabeça de Mercúrio	2 glóbulos	2
Uncia	cabeça de Roma	1 glóbulo	1

No período de 225 a 211, além de outros múltiplos e subdivisões do As (12-17), chegou a ser emitida uma moeda muito grande, o decussis (10 asses), que seria substituída por denários de prata também equivalentes a 10 asses. A partir de 211, o As de bronze do padrão “sextantal” passou a pesar apenas 44g. Durante a Segunda Guerra Púnica, entre 217 e 208, houve uma emissão de ouro de caráter emergencial, logo descontinuada.

A adoção do denário (e, temporariamente, de suas subdivisões em prata, o quinário e o sestércio – nos 18-10) coincidiu com uma maior utilização da moeda metálica na sociedade romana. A cunhagem de didracmas de prata foi abandonada, mas a produção de dracmas sob o nome de “vitoriatos” (21) continuou por várias décadas. O denário de prata - inicialmente de cerca de 4 gramas e elevado teor de metal -, seria a moeda básica da República Romana a partir aproximadamente de 211 a.C., e do Império Romano pelo menos até a metade do séc. III d.C. O denário foi retarifado para 16 Asses por volta de 141 a.C.

Os denários foram emitidos por várias famílias, ou “gens”, de moedeiros. Amplamente representados nesta exposição, têm tipos bem variados, às vezes referentes a feitos

passados de membros dessas famílias (30-48). Algumas “gens” também emitiram o quinário (1/2 denário). Na época da ditadura de Sula, ocorreu uma rara emissão do aureus de ouro, também logo descontinuada.

A partir da reforma de 211, as moedas de bronze republicanas deixaram de ser fundidas e passaram a ser cunhadas (22-26), abrangendo as seis denominações do sistema do Aes grave, desde o As até a úncia (1/12 do As). No período de 140 a 100 houve uma redução do peso dessa cunhagem para o padrão “uncial”. Em 92 a.C., a Lei Papíria reduziu ainda mais o peso da cunhagem de bronze para o padrão “semi-uncial”, mas a emissão dessas moedas cessaria por várias décadas após 82 a.C.

Módulo 6 – De Sula ao Fim da República, c. 87-27 a.C.

Durante o período entre a abdicação de Sula (79 a.C.) e as guerras civis dos anos 40 e 30 a.C., foi muito variada a emissão de denários de prata por numerosas famílias de moedeiros romanos (1-34).

Houve novamente cunhagens ocasionais de bronze na chamada era “imperial”, ou dos “imperadores” (chefes militares que disputavam o poder), que se encerraria em 27 a.C. quando Otaviano, sobrinho e herdeiro de Julio César, recebeu o título de “Augustus”, tornando-se o primeiro imperador romano. Em 46, sob César, voltou a ser emitido o “aureus” de ouro (55).

Foi nesse “período imperial” (49-67) que Julio César (52-57) teve uma ligação amorosa com Cleópatra, rainha do Egito, adiando possivelmente a conquista desse reino por Roma. Cleópatra teria depois um relacionamento mais longo com Marco Antônio (60-61, 63-65), ajudando-o a enfrentar Otaviano (66-67). Com a vitória naval de Otaviano e Agripa sobre o casal em Áccio, em 31 a.C., a morte de Antônio e Cleópatra e a anexação do Egito, em 30 a.C., Roma passou a dominar todo o Mediterrâneo.

Vitrine IV - O Império Romano, 27 a.C a 275 d.C

Módulo 7 – De Augusto a Marco Aurélio, 27 a.C. – 180 d.C.

A cunhagem do Império Romano estende-se por um período de cerca de 500 anos, desde o início do império, com Augusto, em 27 a.C. à reforma de Anastácio I, o primeiro imperador bizantino, na última década do séc.V.

Durante aproximadamente 270 anos, a cunhagem romana imperial manteve notável uniformidade. A casa da moeda de Roma foi a principal, mas Lugdunum (Lyon, na Gália) foi importante de Augusto a Nero para as emissões em metais preciosos. Oficinas provinciais funcionaram ocasionalmente, tendo alguma relevância na seqüência da queda de Nero e após o assassinato de Pertinax, em 193. Marcas de casas da moeda praticamente não aparecem até meados do séc. III.

A cunhagem de ouro consistia no “aureus”, equivalente a 25 denários de prata. Seu peso era de 7,85g no tempo de Augusto (4, 12), reduzido, com oscilações (32, 34, 41 e 42), para 7,2g do reinado de Trajano (53, 65) até 215, quando começou a declinar rapidamente. O quinário (1/2 Aureus) de ouro e o quinário (1) (1/2 denário de prata) só foram cunhados intermitentemente.

O denário de prata, como no período republicano, era a moeda básica, apropriada para pagamentos de valor intermediário. No primeiro século, por exemplo, correspondia aproximadamente a um dia de soldo de um legionário do exército romano.

As moedas de bronze, cobre e latão (em latim “*orichalcum*”), que incluíam o sestércio (1/4 de denário), o dupondio (1/8 de denário), o As (1/16 de denário), o semis (1/32 de denário) e o quadrans (1/64 de denário) aumentavam a flexibilidade dos pagamentos de menor monta e circulavam durante longos períodos, como atestam numerosos exemplares muito gastos que sobreviveram. Na fase inicial do império a cunhagem desses metais foi às vezes intermitente, como no período entre o começo do reinado de Cláudio (41-54) e a reforma de Nero, em 64. Os sestércios, mas também os dupondios e os asses, pela sua dimensão, permitiram a criação de tipos e retratos de imperadores que demonstram a grande perícia e sentido artístico dos gravadores romanos de cunhos.

Quase todas as moedas tinham como tipo no averso o busto do imperador ou de membros de sua família. No reverso predominavam representações de divindades ou personificações de atributos ou ações dos imperadores, mas também inscrições, monumentos (templos, pontes, anfiteatros etc.), animais, corpos celestes, instrumentos de culto, além de cenas de atividades militares e civis. Mais tarde a partir de Constantino, apareceriam cruzes, lábaros ou cristogramas.

O sistema monetário romano consolidado sob Augusto (27 a.C. a 14 d.C.) pode ser resumido como se segue:

1	Áureo	ouro	25 denários	100 Sestércios	400 As
1	Denário	prata	1	4	16
1	Sestércio	Ae*	¼	1	4
1	Dupondio	Ae*	1/8	½	2
1	As	Ae*	1/16	¼	1
1	Semis	Ae*	1/32	1/8	½
1	Quadrans	Ae*	1/64	1/16	¼

*Ae - bronze, cobre ou latão (*orichalcum*)

Em algumas oficinas do Mediterrâneo oriental, notadamente Éfeso e Pérgamo, já importantes no período helenístico, Augusto e alguns de seus sucessores cunharam moedas de prata com valor equivalente a três denários, conhecidas como “*cistóforos*” (2), por derivarem dos tetradracmas “*cistofóricos*” de Pérgamo (módulo 4).

Módulo 8 – De Cômodo a Aureliano, c. 180-275

O sistema monetário imperial não sofreu maiores alterações até 215, quando Caracala introduziu o “*antoniniano*” (10), ou moeda “*radiada*” de prata (com o busto do imperador com coroa radiada), possivelmente equivalente a 2 denários (apesar de seu peso ser correspondente ao de 1 e ½ denário), que, a partir do reinado de Gordiano III (238-244), substituiu o denário, finalmente retirado de circulação sob Trajano Décio

(249-251). Esse imperador cunhou duplos sestércios (41), denominação que não perdurou.

No reinado de Valeriano (253-268), houve uma redução da pureza (para cerca de 80%) e do peso (para menos de 4g) do aureus, e o “antoniniano” (54) também sofreu gradual aviltamento, tendências que se acentuaram sob Galieno (253-268), quando foi abandonada a cunhagem regular das moedas de bronze e cobre de grande módulo (58) (sestércio, dupondio e as) e muitos antoninianos já não mostravam qualquer vestígio de prata. Sob os imperadores seguintes, o antoniniano praticamente se transformou em moeda de cobre e acentuou-se o processo inflacionário medido em denários, agora apenas moeda de conta. No Império Galo-romano, Póstumo (260-268) cunhou “aurei” magníficos, com elevada pureza, e até, temporariamente, duplos sestércios, mas seus sucessores cunharam principalmente antoninianos também sem qualquer teor de prata. (63-65, 69-70)

Aureliano (270-275) restaurou a pureza da moeda de ouro e emitiu um “aureliano” ou “antoniniano restaurado” de bilhão com a marca XXI (possivelmente 5% de prata) (72,74).

III-4 O Império Romano, c. 275 - 476

EVENTOS HISTÓRICOS

275-283 Sucessão de imperadores: Tácito, Probo, Caro e seus filhos.

284-305 Diocleciano e Maximiano “Augustos”, com dois “Césares” ou imperadores associados: a “Tetrarquia”.

301 Édito de Fixação de Preços: Salários diários de pedreiros e carpinteiros: 50 denários de conta; de trabalhadores agrícolas: 25/50 denários; de um professor de grego, latim e geometria: 200 denários por aluno por mês. Preços: 1kg de carne de porco: 37 denários; 1 litro de azeite de oliva: entre 44 e 73 denários; 1 litro de vinho comum: 15 denários; 1 litro de sal: 6 denários; 1 “litro” de trigo: cerca de 6 denários. Esses “máximos” foram logo abandonados.

305-313 Maximiano Daza persegue cristãos no Oriente; Maxêncio derrotado e morto por Constantino.

306-337 Constantino, “o Grande”: Cristianismo tolerado (313) e depois religião de Estado.

313-324 Licínio, imperador do Oriente, morto em 324; Constantino, único imperador (324-337).

330 “Inauguração” de Constantinopla.

337-361 Três filhos de Constantino imperadores: Constantino II (307-340); Constante (337-350); Constâncio II (337-361), que reprime a revolta de Magnêncio e de Decêncio nas províncias ocidentais (353) e luta contra os Persas Sassânidas.

361-363 Juliano; tentativa sem sucesso de reintrodução do Paganismo; campanhas contra os Persas Sassânidas.

364-375 Valentiniano I e Valente (364-378) este morto em combate, com seu exército, pelos Godos que devastam o Oriente.

367-383 Graciano, em 375 único imperador do Ocidente; assassinado na revolta de Magno Máximo, usurpador na Bretanha, Gália, Espanha e África (383-388).

379-395 Teodósio vence os Godos no Oriente e Magno Máximo no Ocidente; restabelece a unidade do Império pela última vez; interdição do culto pagão em 381.

395 Separação definitiva do Império do Ocidente (Honório, 393-423) e do Império do Oriente (Arcádio 383-408).

402-450 Teodósio II no Oriente e sucessão de imperadores no Ocidente até Valentiniano III (425-455);

Séc. V: Invasões “bárbaras”: Vândalos, Alanos e Suevos na Espanha (409); pilhagem de Roma pelo visigodo Alarico (410); Visigodos na Aquitânia (418); Vândalos tomam o norte da África (429).

441-442 Saxões tomam a Britânia romana;

c. 450 Átila invade a Gália mas é vencido (451) por Aetius e morre em 453.

455 Pilhagem de Roma pelos Vândalos.

450-491 Imperadores Marciano (450-457), Leo (457-474) e Zeno (471-491) no Oriente.

461-472 No Ocidente, Ricimer, general de origem Goda depõe Majoriano (457-461) e Antêmio (467-472); proclama Olíbrio, mas morre em 472.

472-476 Glicério (473-474); Julio Nepos (474-475) e Rômulo Augústulo (475-476), último imperador do Ocidente deposto pelo general hérulo Odoacro.

EVENTOS MONETÁRIOS

275-284 Abundantes emissões de Antoninianos “pós-reforma”, com e principalmente sem banho de prata.

c. 286 Reforma Monetária: Aureus ou “Solidus” de ouro de 5,3 g e “Argenteus” de prata quase pura.

295-296 novo “Follis” com módulo semelhante ao do antigo As e banho de prata; as relações de valores são controvertidas: 1 Aureus = 24 Argentei; 1 Argenteus = 100 Denários (ou 62); 1 Follis ou Nummus = 10 a 25 Denários; 1 Antoniniano = 1 “Radiada pós-reforma” = 2 Denários.

Fechamento da oficina de Trípoli; abertura de : Trier, Heracléia, Aquiléia, Cartago, Nicomédia e consolidação de Sérdica: 14 oficinas monetárias no Império com cunhagem uniforme.

305-313 Insucesso da cunhagem de prata de Diocleciano ; enfraquecimento do Follis entre 307 e 313 de 10g para 3,4g; conteúdo de prata cai de 5 para 1%.

310-325 Novo Solidus de ouro (c. 310) de 4,5g que duraria 700 anos.

318-324 Reforma da cunhagem de bronze; recolhimento de emissões anteriores; Centenionalis (?) de cerca de 3g e cerca de 17mm; após 325 duas novas moedas de prata: Miliarensis (4,5g) e Siliqua (3,4g).

c. 348 Reforma monetária com 3 “novas” denominações, 2 teoricamente de bilhão: Maiorina, 5,3g ou 4,5g e baixo conteúdo de prata: 2,5 e 1g; ½ Maiorina, cerca 2,6g sem prata; após 355, abundante cunhagem de Siliquas de prata até cerca de 400.

361-363 Reforma monetária mal sucedida; efêmera peça de bilhão de 8,3g com tipo do “boi Ápis” e nova peça de 3g mais duradoura.

c. 366 Reforma da cunhagem de ouro, restabelecimento do peso e pureza do Solidus, e centralização da cunhagem; c. 371 desaparecem as moedas de bilhão; circulam moedas de bronze com cerca de 3,5g.

c. 379 Emissão de moedas de bronze “Ae 2” de c. 22 mm e 5,3g, também cunhadas por Magno Máximo, com Siliquas de prata e bronzes de pequeno diâmetro (13mm).

379-395 Emissões regulares de ouro, prata e bronze; em 383, introdução do Tremissis de ouro (1/3 de Solidus).

Após c. 400 Forte diminuição da cunhagem de Siliquas; emissão do Miliarensis abandonada (410-420); alguma cunhagem de ½ Siliquas.

Numerosas imitações bárbaras dos Solidus de Honório e Arcádio e depois de Valentiniano III; a cunhagem romana de ouro preserva sua qualidade; bronzes: principalmente “Ae 4” (de 10-13mm).

Séc. V No Oriente: custo de um soldado: 4 Solidi/ano; permitiria consumo diário de 0,4 kg de carne; duas bisnagas de pão, algum óleo vegetal e uma garrafa de vinho; os preços fluuavam em termos da moeda de bronze mas não do Solidus de ouro de pureza e peso preservados.

450-491 No Oriente, emissões abundantes de ouro, limitadas de prata; bronzes Ae 2 (20mm) e Ae 4 (10-13mm).

c. 460-472 No Ocidente, raras emissões de ouro e de prata, com a perda da maioria das províncias romanas e a instabilidade do trono imperial.

c. 472-476 Últimas emissões dos imperadores romanos do Ocidente: Solidus e Tremissis de ouro e ½ Siliqua de prata.

Vitrine V - A Fase Final do Império Romano, 275 a 476. Roma as Províncias e Povos Vizinhos

Módulo 9 – O Império Romano, 275-476

Uma reforma mais ampla foi implantada por Diocleciano. Por volta de 286, esse imperador cunhou uma moeda equivalente a 1/60 de libra romana de ouro, um “aureus” provavelmente já conhecido como “solidus” na época. Pouco depois, recomeçou a cunhagem de prata de elevado teor com o “argenteus” (8), possivelmente correspondente a 1/24 de “solidus”. Finalmente, em 295-296, criou o “nummus” de bilhão, mais conhecido como “Follis” (11), de cerca de 10g e com 5% de prata, enquanto a emissão do “antoniniano” (9, 10) foi descontinuada. Mas perdurou por uma década a cunhagem de uma peça menor, com coroa radiada e sem qualquer vestígio de prata, conhecida como “irradiada pós-reforma” (14).

Sob os tetrarcas e seus sucessores, o “argenteus” não foi bem - sucedido, mas aproximadamente em 310, Constantino I introduziu um novo solidus “leve” de 4,5g ou 1/72 de libra, que teve uma história ilustre de mais de 700 anos, inclusive durante o Império Bizantino (42, 46). O “follis”, no entanto, foi perdendo tamanho e teor de prata, e, em 318, tinha apenas 1/3 do peso da moeda original (24, 31, 33).

Duas denominações fracionárias de ouro tiveram menor importância: o “semissis”, correspondente a 1/2 solidus, e uma curiosa denominação de 1 e 1/2, “scripulum” equivalente a 3/8 de solidus e depois a 9 siliquas. Antes do final do século IV, essa denominação seria substituída pelo “tremissis” (1/3 de solidus).

A partir de Constantino, em função do desconhecimento das denominações da cunhagem de cobre e bronze, adotou-se em diversos estudos a seguinte convenção para descrever essa cunhagem até o final do império: Ae 1, mais de 25mm; Ae 2, mais de 21mm; Ae 3, mais de 17mm; Ae 4, menos de 17mm. O diâmetro variava um pouco de acordo com a espessura do disco da moeda. Após 324, o Ae 3 de Constantino (25) pode ter tido a denominação “centenionalis”.

Depois de aproximadamente 325, Constantino reintroduziu a cunhagem de prata com o “miliarensis” de 4,5g (1/72 de libra de prata), com peso superior em 1/3 ao da “siliqua” de 3,4g (1/96 de libra de prata). Sem maior sucesso inicial, a partir de c. 355, sob Constâncio II, a cunhagem de “siliquae” seria abundante até por volta de 400 (55, 56), mas o “miliarensis” de 4,5g e o “miliarensis pesado”, de 5,4g, e seus múltiplos (medalhões de prata), seriam cunhados só ocasionalmente até o séc. V.

Após 330, o peso do “centenionalis”, a princípio de 3g, começou a declinar, alcançando apenas 1,7g em torno de 336. Por volta de 348, Constâncio II e Constante, filhos de Constantino, reformaram a cunhagem de bronze, introduzindo duas novas denominações para substituir o “centenionalis”: uma “maiorina” de bilhão (43), cunhada segundo dois padrões de peso - 5,2 e 4,5g - e uma “meia-maiorina” (44), com cerca de 2,6g. Os usurpadores na Gália, Magnêncio e Decêncio também cunharam peças semelhantes à “maiorina” (50,51). Mas, por volta de 361, essas moedas tinham - se transformado em uma peça de bilhão de apenas 1,9g. Juliano (361-363) adotou uma nova, mas efêmera, peça de bilhão de cerca de 8,3g e 3% de prata, com o tipo claramente pagão do “Boi Ápis”, logo abandonada pelos seus sucessores cristãos. Também cunhou uma “Ae 3” com pouco menos de 3g, parecida com o “centenionalis” de Constantino, que sobreviveria até o séc. V, com seu peso gradualmente reduzido.

Arcádio (383-408) e Honório (393-423) cunharam uma moeda de bronze um pouco maior, o Ae 2, (67), também adotada pelo usurpador Magno Máximo na Gália (64). Honório e Arcádio também emitiram a 1/2 siliqua de prata (69).

No séc. V, após a divisão dos domínios romanos em Império do Ocidente e Império do Oriente, manteve-se a cunhagem do “solidus” de ouro, cuja pureza, restaurada por Valentiniano I por volta de 366, seria preservada nas duas regiões (65, 66, 68, 72-74), bem como a do tremissis (1/3 solidus), introduzido em 383 sob Teodósio I (379-395).

A cunhagem de prata perdeu importância relativa, e a cunhagem de cobre e de bronze tendeu a limitar-se ao “Ae 4” (70,71) ou “nummus”, de dimensão e peso ainda mais

reduzidos (10-11mm e menos de 1g), muitas vezes difícil de distinguir das imitações feitas por povos bárbaros que foram penetrando nos territórios romanos.

A volta de uma cunhagem de bronze com módulos maiores somente ocorreria após a reforma de Anastásio I no Império do Oriente, talvez em 498, quando o Império do Ocidente já deixara de existir. (Módulo 11).

Módulo 10 - As Províncias Romanas e Povos Vizinhos

Em várias regiões incorporadas aos domínios romanos no período republicano já havia emissões de moedas anteriormente à conquista. Algumas dessas cunhagens locais continuaram a circular por algum tempo, mas foram gradualmente substituídas pelas moedas romanas.

No entanto, principalmente na Península Ibérica, mas também no norte da África, na primeira metade do séc. I d.C., houve várias emissões locais de cobre e de bronze (1-3, 6-14), algumas no padrão do As ou do sestércio, e outras de denominação incerta, que somente cessariam sob o imperador Cláudio.

No Mediterrâneo oriental ocorreram variações em nível local. Na Grécia, anexada em 146 a.C., muitas cunhagens gregas, tais como as moedas de Atenas e da liga da Tessália, permaneceram em circulação por algum tempo, mas, a partir de Sula, o denário ganhou terreno até monopolizar a circulação monetária da região, no final do séc. I a.C. No reino de Pérgamo, transformado em província da Ásia, estes mantiveram inicialmente (de 133 a 67 a.C.) o sistema monetário fechado dos monarcas atálicas: o tetradracma cistóforo ou “cistóforo” (ver Módulo 4), tinha um valor intrínseco menor que o dos países vizinhos, mas era o único com circulação oficialmente autorizada na província, na qual, portanto, permanecia. Um “cistóforo” equivalente a três denários seria cunhado intermitentemente de Marco Antônio e Augusto até Sétimo Severo, mas o denário já era, há muito, a principal moeda de prata em circulação na maioria das províncias orientais.

No entanto, em Antioquia, os romanos iniciaram, a partir de 5 a.C., a cunhagem de tetradracmas de prata com teor de prata baixo e decrescente (21,34,42), e de duas denominações básicas de bronze com a efígie do imperador, estas últimas muitas vezes com um grande SC ao centro, com 15 ou 8 g, mas sem correspondência exata com as séries emitidas em Roma (16). Uma abundante cunhagem de *shekels* com o nome da cidade de Tiro, de prata pura, continuou a ser emitida no séc. I d.C., talvez em Jerusalém, para permitir aos judeus pagarem a taxa do Templo, mas cessaria em 60. Acredita-se que moedas desse tipo (Módulo 4) tenham sido usadas para pagar as 30 peças recebidas por Judas para trair Jesus Cristo.

A julgar pelo Novo Testamento, no reinado de Tibério, o denário de prata (67) já tinha um papel importante na Judéia, e deve ter sido a moeda a que se referiu o Cristo quando, inquirido se os judeus deviam pagar impostos aos romanos, disse: “daí a César [o imperador] o que é de César, e a Deus o que é de Deus”.

Com a morte do seu último rei, em 17 d.C., a Capadócia tornou-se parte do Império Romano. Do séc. I até as últimas emissões de Gordiano III (238-244), a oficina de Cesaréia cunhou dracmas, didracmas (20,31) e até tridracmas com regularidade. Não se

sabe ao certo se as emissões de Cesaréia e de Antioquia tinham alguma ligação com as necessidades dos exércitos romanos locais, mas as contramarcas apostas na região oriental do império por legiões romanas concentraram-se nos bronzes de Antioquia, o que reforça essa tese.

Em paralelo com as emissões feitas sob a autoridade imperial, centenas de cidades (mais de 100 sob Augusto e talvez umas 200 no séc. III), incluindo regiões mais distantes como as províncias danubianas (33) e regiões interioranas da Ásia Menor, emitiram moedas de bronze na parte oriental do Império Romano. Essas emissões cívicas, autorizadas pelos romanos e normalmente com legendas em grego e o retrato do imperador (22, 29, 35,38), foram muitas vezes cunhadas de forma intermitente e com grandes oscilações na quantidade. Existem exemplos que sugerem que algumas delas foram feitas para distribuição entre a população, financiadas pela benevolência de cidadãos ricos. A grande maioria dessas moedas provinciais tinha circulação meramente local, e é possível que o “prestígio” tenha sido a motivação para várias emissões. De qualquer forma, não parecem ter atendido a necessidades do governo imperial, e cessaram totalmente por volta de 270 d.C.

Algumas emissões sugerem um certo grau de autonomia local, como as cunhagens de Quios e Esmirna (32) sem o busto do imperador, mas tal ausência não parece ser um indicador definitivo de maior independência. Foi surpreendente o número de cidades que emitiram moedas póstumas com a efígie de Antínoo (25, 26), favorito do imperador Adriano, natural da Bitínia, e um dos raros personagens não-membros da família imperial representados em moedas do território do Império Romano.

No Egito ptolemaico, como em Pérgamo, os romanos também encontraram um regime monetário fechado, baseado em tetradracmas de prata e em um conjunto de moedas de bronze introduzido por Cleópatra. O Egito foi mantido como um domínio pessoal do imperador, com um sistema monetário próprio. A partir de 20-21 d.C., iniciou-se, sob Tibério, a cunhagem de um tetradracma de bilhão (prata de baixo teor) que acredita-se ter tido valor equivalente ao do denário (4,11). Também foram criadas várias denominações fracionárias em bronze (15, 26).

As peças maiores, de cerca de 35mm, inicialmente emitidas sob Nero (54-68) e durante muito tempo assimiladas a uma dracma, são hoje classificadas como hemidracmas (26-28). As outras denominações incluíam o dióbolo, o óbolo, o hemióbolo, o dichalkon ou quarto de óbolo, e o chalkos ou 1/8 de óbolo (de apenas 10mm). Existe uma grande variedade de tipos, misturando elementos da herança greco-romana com tipos egípcios, e o ano do reinado consta da maior parte das moedas, permitindo uma datação precisa.

Durante o séc. III, o teor de prata dos tetradracmas foi sendo reduzido (39-41, 43-50) até desaparecer totalmente. Os tetradracmas de Diocleciano e Maximiano (50, 51) foram os últimos emitidos, generalizando-se por todo o império a circulação das moedas do governo central.

Os vizinhos do Império Romano incluíam adversários e reinos aliados ou sob a tutela de Roma. Entre os primeiros destacam-se os partas, que tiveram abundante cunhagem a partir do séc. II a.C. (Módulo 4). Nos dois primeiros séculos do império, esse povo empreendeu freqüentes campanhas militares contra os romanos. As emissões partas do período final da dinastia já se distanciavam muito de seus modelos da época helenística,

com a efígie do monarca cada vez mais orientalizante e a imagem do reverso cada vez menos cuidada e quase abstrata. (54-57).

Os sassânidas (224-651), que derrubaram os partas, ocuparam o trono por mais de 400 anos, e foram também adversários constantes dos romanos e depois dos bizantinos. Os sassânidas reviveram a religião zoroástrica, com o culto do “fogo eterno” em honra de Ormuzd, cujo altar aparece com dois sacerdotes no reverso das moedas da dinastia (58, 59). Na esfera do Império Sassânida, mantiveram certa independência o reino de Persis (62), o reino de Elímias (60) - ambos hoje no Irã -, e o reino de Characene (61), no estuário do rio Tigre no Golfo Pérsico (hoje Iraque).

No Ocidente, os celtas da Britânia (Inglaterra), incluindo os Iceni (53), tiveram cunhagem própria até a conquista romana. A partir de 43 d.C., as moedas romanas rapidamente substituíram as cunhagens celtas anteriores.

No Mediterrâneo oriental e adjacências, os romanos mantiveram um protetorado mais ou menos explícito sobre diversos reinos. Os reis da Trácia emitiram moedas com o seu próprio busto e o do imperador romano (63) antes da incorporação da região como província romana. No norte do Mar Negro, o reino do Bósforo Címério adotou por vários séculos prática semelhante, mas no séc. IV era tal a deterioração do desenho que os bustos tornaram-se irreconhecíveis (64). Na Mesopotâmia, o reino de Osroene emitiu moedas com a efígie imperial (65), de Sétimo Severo (193-211) até Gordiano III (238-244).

Na Judéia, durante a segunda metade do séc. I a.C., Herodes “o Grande” (37-4 a.C.), que, segundo o Novo Testamento ordenou o “Massacre dos Inocentes” por ocasião do nascimento de Jesus Cristo, foi tolerado pelos romanos, que depois transformaram a região em província (66). Foi sob o procurador romano Pôncio Pilatos (26-32) que Cristo foi condenado à morte. Esse e outros procuradores emitiram “prutahs” de bronze com o seu próprio nome e o do imperador (68).

Calígula devolveu parte da Judéia a Agripa, neto de Herodes “o Grande”, que também cunhou moeda (69), mas a região voltou a ser absorvida pelo Império. Entre 66 e 70, os judeus sublevaram-se contra os romanos, e a cunhagem da Primeira Revolta, da qual resultariam a pilhagem e destruição do templo de Jerusalém, incluiu moedas de bronze (70) e de prata.

Durante a Segunda Revolta dos judeus, liderada por Bar Cochba (132-135), houve uma nova emissão de moedas (71), mas estas cessaram com a supressão do levante. A partir de então, Jerusalém passou a chamar-se Aelia Capitolina.

Na Arábia do norte (hoje Jordânia), o reino da Nabatéia, com capital em Petra, manteve uma cunhagem própria até a sua conquista por Trajano (72). Na Arábia Felix (hoje Iêmen) onde os sabeus já cunhavam imitações de moedas atenienses no séc. III a.C. (Módulo 3), as emissões locais autônomas continuaram sob os himiaritas, inicialmente com um tipo misturando elementos gregos e romanos (73) e depois com tipos originais (74). O reino de Aksum (hoje na Etiópia) foi a única região da África ao sul do Egito e do Saara a emitir moedas no 1º milênio d.C. No séc. IV, Ezana, convertido ao cristianismo, introduziu uma das primeiras moedas com a cruz cristã (75).

III-5 Bizâncio e seus vizinhos, Sécs. V - XV

EVENTOS HISTÓRICOS

Séc. V “Bárbaros” invadem quase todo do Império do Ocidente, mas contidos no Oriente.

493-553 Ostrogodos na Itália.

527-565 Sob Justiniano, Bizantinos retomam a África aos Vândalos (533) e a Itália aos Ostrogodos (553).

568-774 Lombardos na Itália.

Sécs. VI-VIII Os Visigodos, arianos, esmagam os Suevos na Espanha; conversão de Recaredo ao Catolicismo (587) ; a dinastia visigoda extingue-se com a invasão árabe da Península Ibérica em 711-713.

613-639 Unificação dos Francos; Sto. Elói, “patrono dos moedeiros”, ministro de Dagoberto (629-639).

615-660 Invasões dos Persas Sassânidas sob Cosroes II repelidas pelos Bizantinos (615-622); Pérsia conquistada pelos Árabes; Búlgaros instalam-se ao sul do Danúbio.

673-717 Sítios muçulmanos de Constantinopla (673-677 e 717).

Séc. VII Os Francos, sob Carlos Martel, repelem a invasão árabe em Poitiers (732); Pepino, “o Breve” (751-768), depõe o último rei merovíngio; início da dinastia carolíngia; Carlos Magno anexa o reino Lombardo da Itália (774), com exceção do ducado de Benevento.

717-820 Bizâncio reconquista Chipre aos muçulmanos (739); Ravena perdida para os Lombardos em 751; controvérsia iconoclasta (c. 726-843); recuperação da Trácia e da Grécia dos eslavos; imperador Nicéforo I morto pelo Khan búlgaro (811).

820-969 Dinastias amoriana e macedônica; aumenta a extensão do Império Bizantino com vitórias sobre os Abássidas; reconquista de Creta e da Síria.

893-927 Búlgaros ocupam a Albânia e a Macedônia.

969-1081 Tratado de comércio entre Bizâncio e Veneza (992); aliança bizantina com Vladimir de Kiev; reconquista da Macedônia sob Basílio II (976-1025).

1053-1071 Conflitos com os Normandos e expulsão dos Bizantinos da Itália; Bizantinos destruídos pelos Turcos Seldjúcidas em Manzikert.

1054 Rompimento entre as Igrejas de Bizâncio e de Roma.

1081-1118 Aleixo Comneno; repele a invasão normanda nos Bálcãs (1083); dizima os Petchenegos e retoma parte da Ásia Menor.

1098-1099 1ª Cruzada; Jerusalém retomada aos Fatímidas do Egito pelos cruzados.

Sécs. XII-XIII Reino de Jerusalém e outros Estados latinos no Oriente Médio; sucessão de Cruzadas menos bem sucedidas; Saladino retoma Jerusalém em 1187; Chipre e Acre retomados pelos cruzados (1191).

1204-1261 Império Latino de Constantinopla, capturada pela 4ª Cruzada; principado da Moréia e Ducado de Atenas para os cruzados; Império Bizantino de Nicéia; Império de Trebizonda autônomo.

1218-1280 João II Asen da Bulgária; anexa o Épiro e quase toma Constantinopla (1218-1243); queda da dinastia asenida (1280).

1261 Reconquista de Constantinopla pelos Gregos de Nicéia; Dinastia dos Paleólogos (1259-1453).

1282-1355 Ascensão da Sérvia que toma dos Bizantinos boa parte dos Bálcãs; os Búlgaros, vencidos, tornam-se vassalos dos Sérvios (1330).

1291-1311 Retirada dos cruzados da Síria após a queda de Acre para os Mamelucos (1291); os Lusignan controlam Chipre até fins do séc. XV; fim da presença franca na Grécia (1311).

1326-1359 Bizâncio perde Nicéia, Nicomédia e parte da atual Turquia europeia para os Turcos Otomanos.

1359-1389 O sultão otomano Murad I ocupa a Trácia (1361) e o Império Bizantino reconhece a sua suzerania; a Sérvia (1388), Valáquia (1396) vassalas dos Otomanos (1396).

1391 Bizâncio perde a Tessália para os Otomanos; insucesso da Cruzada de Nicópolis (1396).

1402 Tamerlão esmaga o exército turco; querelas dinásticas otomanas dão sobrevida ao Império Bizantino.

1425-1448 João VIII Paleólogo; tentativas infrutíferas de busca de apoio Ocidental contra os Otomanos e de reaproximação com a Igreja de Roma.

1448-1453 Constantino XI, último imperador bizantino; Constantinopla tomada pelos Otomanos (1453), que conquistam o Império de Trebizonda em 1461.

EVENTOS MONETÁRIOS

Séc. V Numerosas imitações bárbaras de moedas romanas, principalmente de "solidi" e "tremisses" de ouro; 429-553 : cunhagens dos Vândalos no norte da África em bronze e

prata com tipos próprios; na Itália, cunhagens dos Ostrogodos, inicialmente com o nome do imperador bizantino e depois em nome dos monarcas ostrogodos, e emissões de bronze anônimas denominadas em “nummi” (até 553).

c. 498 Reforma monetária de Anastácio I em Bizâncio: “follis” de cobre de 40 “nummi” e suas sub-divisões de 5, 10, 20 “nummi”; o busto de frente substitui o busto de perfil no séc. VI; o solidus de ouro, com peso e pureza preservados, permanece a unidade básica da cunhagem de ouro até o séc. X; principais oficinas monetárias: Constantinopla, Antioquia, Cízico, Nicomédia, Tessalônica, Cartago, Roma, Ravena, e Catânia e Siracusa na Sicília; no séc. VII, transição do latim para o grego nas legendas.

Séc. VI Sob Justiniano, 1 solidus = 180 folles; salário diário em Bizâncio de um trabalhador manual: 24 folles; na Palestina sob Bizâncio: um artesão em mosaico: 12 folles e um trabalhador rural: 5 folles; salário anual de um professor de retórica: 35 solidi; custo da construção da basílica de S. Vitale em Ravena: 26.000 solidi.

Sécs. VI-VII Preços na Palestina sob Bizâncio; um porco: 2-3 solidi de ouro; um camelo de carga: 4-6 solidi; um burro ou uma vaca: 8 solidi; um camelo de montaria: 15 solidi.

Sécs. V-VII Emissões merovíngias de imitações de moedas imperiais bizantinas; a partir do séc. VII, abundante emissão de tremisses de ouro com o nome dos moedeiros; deterioração da moeda de ouro e cunhagem de denarii de prata no final do séc. VII; à época da Lei Sálica dos Francos, um cavalo valia 12 solidi de ouro; uma vaca, 3 e um boi, 2.

c. 630 Início da cunhagem regular de tremisses pelos Anglo-Saxões em Kent e Londres, e de moedas de prata (“sceattas”).

c. 568-711 Cunhagem de tremisses de ouro em nome dos reis Visigodos da Península Ibérica em mais de 50 oficinas, mas principalmente em Toledo e Sevilha.

Sécs. V-VI Abundante cunhagem de dracmas de prata pelos Persas Sassânidas até a conquista árabe.

Séc VII-IX Com as conquistas islâmicas de territórios bizantinos (séc. VII), grande diminuição do número de oficinas monetárias e cunhagem de bronze quase restrita ao follis; introdução da imagem de Cristo no solidus, abandonada de c. 730 a c. 840, e depois retomada (842) para tornar-se tipo característico bizantino; cunhagem do solidus concentrada em Constantinopla.

963- 969 Divisão do “solidus” em duas formas: “stamenon nomisma” com maior diâmetro e menor espessura, tornando-se côncavo, e “tetarteron nomisma” de módulo menor e mais espesso; séc IX, custo de livros manuscritos em pergaminho: de 3 a 18 solidi.

Séc. X-XI “Folles” de bronze anônimos (969-1092) e diminuição, a partir de 1030, enfraquecimento da cunhagem de ouro.

1092 Reforma monetária e fiscal de Aleixo I Comneno; “hyperpyron” de ouro e “trachy” de bilhão, côncavos.

1099-1291 Cruzados latinos e Oriente Médio: cunhagem em Jerusalém, Trípoli, Antioquia, e, em Acre, de moedas baseadas nos "deniers" e "gros" de prata europeus e no "dinar" de ouro fatímida do Egito.

Sécs. XII - XIII Hyperpyron de ouro diminui de pureza; “trachy” Reino Latino de Constantinopla (1204-1261), e cunhagens de ouro e bilhão dos domínios bizantinos de Nicéia e de Tessalônica, e do “Império” de Trebizonda; preços c. 1250-1220, um touro: 8 hyperpyron; uma ovelha: 1; um cavalo: 15-18.

Sécs. XII–XIII Imitações Búlgaras dos “trachy” bizantinos e, emissão do “grosch” baseado no grosso veneziano, depois também na Sérvia.

Sécs. XIV-XV Cunhagens dos Lusignan em Chipre com modelos europeus; com a forte concorrência das moedas italianas de ouro, cessa a emissão do hyperpyron do Império Bizantino restaurado (1341); o “basilikon” de prata (1295-1391), de boa qualidade, foi descontinuado e, no final do séc. XIV, emissão de pequenos “follari” e “tornesi” de cobre, ou "assaria".

Sécs. XIV-XV Emissões em prata e bilhão nos Bálcãs, dos Búlgaros, Sérvios, Bósnios, Moldávios e Valáquios; essa cunhagem persiste temporariamente sob a suzerania otomana.

Séc. XV Emissão de “dengas” de prata pelo estado de Pskov e pelo Grão-Ducado de Moscou; nos sécs. XI-XIV, barras de prata tinham sido o principal meio de troca nessas regiões.

1425-1453 Últimas emissões bizantinas do “stavraton” de prata (1/2 hyperpyron de conta) e frações; emissões de “aspers” de prata em Trebizonda até 1458.

Vitrine VI - O Império Bizantino e seus Vizinhos, Sécs. V-XV

Módulo 11 – As Emissões Bizantinas, de c. 491 a meados do Séc. XV

A cunhagem do final do Império Romano e do início do império bizantino esteve firmemente fundamentada nas emissões de ouro. O “solidus” (em grego “nomisma”), foi introduzido por Constantino, “O Grande” (307-337), e baseou-se na relação de 72 moedas por libra romana (pesando, portanto, 24 quilates ou 4,55g). O “solidus” preservaria seu tamanho, peso e pureza até o séc. X, mantendo-se no período como a principal moeda comercial do Mediterrâneo. Foi cunhado principalmente em Constantinopla (1, 6, 18, 20, 22, 29, 35).

O tipo de anverso do “solidus” mudou do típico busto romano de perfil para o busto em $\frac{3}{4}$ no final do séc. IV, e para o busto de frente a partir do séc. VI, com ocasionais representações do imperador sentado no trono ou de pé. No reverso, houve a substituição da representação feminina da Vitória por um anjo masculino ou por uma

cruz sobre degraus, indicando a crescente influência da iconografia cristã sobre a cunhagem (18,20,22).

Em alguns casos, os governantes representaram membros de sua família a seu lado para enfatizar a continuidade da sucessão dinástica (22). Justiniano II (685-95 e 705-711) introduziu a imagem de Cristo no anverso do “solidus”, deslocando a do imperador para o reverso. Após o período iconoclasta (c.730-843), durante o qual a representação de figuras divinas em ícones e nas moedas foi proibida, Miguel III (842-867) voltou a adotar a imagem de Cristo nas suas moedas de ouro, e esta tornou-se uma das características da cunhagem bizantina (47).

Frações de “solidus” foram ocasionalmente emitidas, mas parecem ter tido uma importância secundária. A cunhagem do “semmissis” (1/2 “solidus”) - (36) e do “tremissis” (1/3 de “solidus”) (2) cessou no leste sob Leo III (717-41), mas sobreviveu em algumas oficinas monetárias italianas até as conquistas dos Lombardos nas décadas de 740 e 750, mantendo-se apenas em Siracusa, na Sicília, até a conquista árabe, em 878.

Grandes emissões de moedas de prata bizantinas não foram frequentes. O “hexagrama” (23, 27) foi cunhado em certa quantidade na primeira metade do séc. VII, e o “miliaresion” (28, 31, 50), introduzido por Leo III (717-741), foi produzido até o Séc. XI, com o tipo da cruz sobre degraus e os nomes imperiais no campo.

As moedas de bronze, no final do império romano, tinham tido seu tamanho drasticamente reduzido - até cerca de 5 mm de diâmetro! Por volta de 498, Anastácio I introduziu uma nova série de denominações de cobre, emitindo moedas de 5,10, 20 e 40 “nummi” - esta última também conhecida como “Follis” - cujos valores eram respectivamente indicados pelas letras gregas E, I, K e M. No anverso, o busto de perfil foi substituído pelo busto de frente nos sécs. VI e VII (3-17).

Várias oficinas, além da de Constantinopla, cunharam moedas de cobre, principalmente Alexandria (25), Antioquia (15), Cízico (9), Nicomédia e Tessalônica (12), Cartago (21), Roma (13, 16, 17), Ravena (18), Catânia (19) e Siracusa (33) na Sicília. Várias delas cessariam de operar ao longo do séc. VII em função das conquistas islâmicas. As moedas de cobre tenderam a diminuir de tamanho e reduziu-se o número de denominações cunhadas regularmente, restando apenas o “Follis” no séc. VIII. Entre o reinado de João I (969-76) e a reforma de Aleixo I de 1092, a cunhagem do “Follis” foi anônima, e as legendas de natureza puramente religiosa. (45-46)

Durante o séc. VII, deu-se uma transição do uso do latim para o do grego nas legendas das moedas, e o título do imperador mudou de “Augustus” para “Basileus” e depois para “Basileus Romaion”. No séc. VIII, passou-se a usar o termo “déspota”, que generalizou-se no séc. XI.

Ao longo do reinado de Nicéforo II (963-9), o “solidus” foi dividido em duas formas distintas: o “Stamenon nomisma” (47,48, 51) preservou os antigos padrões, mas seu diâmetro aumentou e sua espessura diminuiu, até que, a partir dos anos 1040, essa moeda tornou-se claramente côncava. O “Tetarteron nomisma” tinha peso e diâmetro menores e maior espessura, à semelhança do “solidus” original. Depois de 1030, o conteúdo de metal precioso de ambas as peças foi sendo reduzido, encerrando sete

séculos de estabilidade. O grau de pureza diminuiu, gradualmente, até o reinado de Nicéforo III (1078-81), de 24 para 8 quilates.

Uma ampla reforma tornava-se necessária, e, em 1092, Aleixo I Comneno criou um novo sistema monetário baseado no “hyperpyron” de ouro (54), uma moeda com o mesmo peso que o antigo “nomisma”, mas com 20,5 quilates de pureza. O formato côncavo foi mantido e também usado para denominações subordinadas em eletro (liga de ouro e prata) - (59) como o 1/3 de “hyperpyron” e para um “trachy” de bilhão (prata de baixo teor) este inicialmente equivalente a 1/48 de hyperpyron, mas que se desvalorizou até 1/184 no reinado de Manuel I (1143-1180) (55, 57, 58). Sob as dinastias dos Comnenos e dos Angeli, somente o imperador, sem os membros de sua família, aparecia na cunhagem, mas certos santos juntaram-se a Jesus Cristo e à Virgem Maria nos tipos das moedas, notadamente os santos militares: Jorge, Teodoro, Demetrio, Miguel e Constantino “O Grande” canonizado!

O hyperpyron sobreviveu durante o período dos Comnenos, no séc. XII, e foi também cunhado na primeira metade do séc. XIII, pelos imperadores de Nicéia (62), neste caso já com um grau de pureza aparentemente reduzido para 16 ou 17 quilates.

O declínio continuou durante o império restaurado, após a derrota dos governantes latinos de Constantinopla em 1261 (60,61), e a cunhagem bizantina de ouro chegou a um final inglório no último quartel do séc. XIV, já sofrendo forte concorrência, no comércio internacional, das moedas de ouro de cidades italianas. As últimas emissões mostram no anverso a Virgem Maria rezando dentro das muralhas de Constantinopla, com o imperador normalmente apoiado por Cristo ou por um Santo, no reverso (64). Uma moeda de prata de boa qualidade, o “basilicon” (65,66), foi ainda emitida por Andrônico II e Miguel IX (1294-1320), mas logo descontinuada.

O “hyperpyron” sobreviveu apenas como unidade de conta, e a cunhagem bizantina se restringiu a moedas de prata (o “stavraton” e suas frações), com tipos cada vez menos elaborados (69), de má qualidade, circulando em paralelo com pequenas moedas de cobre (67, 68), até a extinção do império, em 1453, com a conquista otomana.

No Império de Trebizonda, às margens do Mar Negro, que se separara do Império bizantino no séc. XIII, o “asper” de prata (70,71) também foi se deteriorando, cessando a sua emissão em 1458, três anos antes da conquista do império pelos turcos otomanos.

Módulo 12 – Os “Bárbaros” e os Rivais e Vizinhos do Bizâncio

A partir do final do séc. III d.C., os povos germânicos nas zonas de contato com os romanos cunharam imitações de bronzes imperiais, como os de Cláudio II (268-270). No século IV foram objeto de imitação emissões constantinianas de bronze com legendas totalmente truncadas (1, 2).

No século V o império romano do Ocidente foi sendo sistematicamente ocupado pelos “bárbaros”, notadamente os visigodos e ostrogodos, os vândalos, os suevos, bem como os anglos e saxões que ocuparam a Inglaterra de hoje em 441-442. Muitos desses povos cunharam inicialmente, nos territórios conquistados, principalmente moedas de ouro, imitações de tipos romanos e mais tarde bizantinos. A atribuição de certas cunhagens a povos específicos é complexa, e os povos estabelecidos tanto na Itália como nas atuais

França e Espanha parecem ter cunhado em certa quantidade imitações do solidus de Honório (393-423), muitas das quais bastante “fiéis” aos originais romanos (3, 4). Também foram imitados ao longo do séc. V, os solidi de Valentiniano III (5), os tremisses (1/3 de solidus) de Leo (6) e os solidi de Zeno (7). No séc. VI, seriam copiados solidi bizantinos, como os de Tibério II (8).

Os vândalos, na África (429-453), cunharam moedas de prata com o nome dos seus reis, e também moedas de bronze com marca de valor, mas de má qualidade, como os “III nummi” (30). Na virada do séc. V para o VI, cunharam também pequenas moedas com cruz (31), mas em 533 o norte da África foi reconquistado por Bizâncio.

No séc. VI, os Francos da dinastia Merovíngia controlavam quase toda a Gália (França) e parte da Alemanha de hoje, após conquistarem o território dos burgondas em 534. Inicialmente, com variações regionais, boa parte da cunhagem consistiu de imitações de moedas imperiais bizantinas. Durante a 2ª metade do séc. VI, a gravura monetária se degenerou e surgiu o monograma de Cristo, nos solidi cunhados durante cerca de 40 anos com os nomes de imperadores bizantinos. Mas no início do séc. VII, estes foram substituídos pelo do monarca Merovíngio com cabeça de perfil “à romana”. Em paralelo, no final do séc. VI e início do séc. VII houve numerosas emissões do tremisses de ouro, apenas com o nome dos moedeiros (9). Ao longo do século VII, a pureza do metal tendeu a se deteriorar, e no final do século começaria a cunhagem de “denarii” de prata o primeiro tipo de “denier” mas com tipos muito degenerados (10). A prata substituiria quase totalmente o ouro no início do séc. VIII e a nova dinastia real franca dos carolíngios faria uma ampla reforma do “denier”, sob Pepino o Breve, a partir de 751 (Módulo 13),

Na Inglaterra anglo-saxônica, a cunhagem não começou regularmente até depois de 630, quando tremisses ingleses foram cunhados em Kent e Londres, copiando o peso e teor metálico das moedas francas contemporâneas. Iniciou-se também, como na França, a cunhagem de moedas de prata convencionalmente chamadas de “sceattas” (12).

Os visigodos somente produziram imitações de solidi e tremisses (no sul da França e Espanha 418-711) até estenderem o seu controle sobre a Espanha. Nesse reino, o tremisses tornou-se a denominação mais importante, e o seu módulo tornou-se maior e mais fino. A cunhagem real começou quando Leovigildo (568-586) colocou o seu nome nas moedas visigodas, com seu próprio busto estilizado. O busto era repetido no reverso, com o nome da oficina monetária na legenda. Conhecem-se cerca de 50 oficinas, mas boa parte da cunhagem foi produzida em Toledo e Sevilha. Os sucessores copiaram essas moedas (13-21) e as oficinas monetárias que emitiram o tremisses de ouro incluíram Mentesa (Guarda – 13), Coimbra (14), Tarragona (15), Egítana (Idanha a Velha – 16), Córdoba (17, 18, 20), Mérida (19) e Toledo (21). A aparência geral das emissões visigodas praticamente não se alterou até a conquista da Espanha pelos árabes em 711-713.

O ostrogodo Teodorico conquistou a Itália em nome do imperador do Oriente Zeno, e a cunhagem de ouro e de prata (22) do seu reino (493-426) foi em nome dos imperadores Anastásio (491-518) e Justino (518-527). As principais oficinas monetárias de Teodorico e seus sucessores foram Ravena, Milão e especialmente Roma. A cunhagem de ouro tendeu a se reduzir após 526, e cunharam-se moedas de prata e de cobre com o

busto e o nome do imperador bizantino no anverso, e o nome do rei ostrogodo no campo do reverso, como Atalarico (526-534) e Teodato (534-536) com Justiniano.

A cunhagem de bronze foi em parte anônima, com a indicação de valores em “Nummi” (V, X, XX, XL), sem a indicação do monarca, e com a personificação da cidade de emissão como “Felix Ravenna” ou Roma (26-29). Já as emissões de bronze de Baduila (541-552) foram em seu nome (26), logo antes da vitória definitiva de Justiniano sobre os ostrogodos em 553. No entanto, quinze anos depois, a Itália foi invadida pelos lombardos (568-774), que durante cerca de um século produziram imitações das cunhagens de ouro (32) e de prata do império bizantino.

Dentre os reinos vizinhos, do império bizantino, o persas sassânidas foram os mais agressivos, inclusive invadindo o império em 529-532, sob Cosroes I (521-579), que como os seus antecessores cunhava, basicamente, dracmas de prata (33). Em 615, os sassânidas sob Cosroes II (590-627) chegaram diante de Constantinopla mas foram repelidos por Heráclio em 622. Cosroes II manteve a cunhagem de dracmas de boa qualidade (34, 35). O último imperador sassânida Yasdegard III seria assassinado em 651 e todo o império conquistado pelos árabes. Os árabes também tomaram o Egito dos bizantinos, mas mais ao sul, o reino cristão axumita da Etiópia manteve sua independência cunhando moedas com a cruz cristã até o séc. VIII (36).

A partir da primeira Cruzada e da tomada de Jerusalém em 1099 por cavaleiros francos, os domínios cruzados do Oriente Médio emitiram moedas por cerca de 200 anos. Destacam-se os deniers de prata do reino de Jerusalém (37) e do principado da Antioquia (41), os “gros” de prata de Trípoli (39) e os besantes de ouro, imitações de dinares islâmicos cunhados pelos reinos de Jerusalém (38) e depois em Acre no séc. XIII. Houve também emissões de bronze, como as do normando Rogério de Salerno (1112-1119) em Antioquia (40), mas boa parte das emissões cessaria após a reconquista de Jerusalém, por Saladino (Módulo 16), em 1187.

Os latinos foram expulsos da terra firme mas continuaram cunhando no reino de Chipre (42) e na Grécia, onde o Ducado de Atenas (43) e o Principado de Acaia, no Peloponeso (44) cunharam “deniers” de prata do tipo do “denier tournois” francês.

No contexto das cruzadas e das rivalidades dinásticas de várias regiões antes controladas mais firmemente pelo califado de Bagdá, a Armênia e a Geórgia alcançaram certo grau de autonomia. O reino cristão da “Pequena Armênia” na Cilícia, (no sul da Turquia de hoje) cunhou moedas de 1080 até a derrota definitiva para os turcos em 1375, tais como os trams de prata (46) de Levon I (1196-1219). A rainha Rasudan (1223-1245) da Geórgia cunhou moedas com legendas em georgiano e em árabe (45).

Nos Bálcãs, os principais adversários dos bizantinos foram os búlgaros, notadamente sob a dinastia asenida (47). Durante o reino de João II Asen (1218-1241), o Épiro foi anexado e Constantinopla quase tomada, mas a dinastia acabou em 1280. No séc. XIV, o reino búlgaro emitiu “grosch” de prata (48) com tipo semelhante ao do grosso veneziano, até a conquista otomana. O reino da Sérvia foi muito poderoso nesse século, também emitindo “grosch” de prata em certa quantidade (49) mas perderia a independência após a batalha de Kossovo contra os otomanos (1389). A Moldávia preservaria certa autonomia até o séc. XV, e emitiu uma cunhagem de bilhão (50).

Quanto aos principados russos, somente no séc. XV seria sacudido o jugo da “orda dourada” mongol. O estado de Pskov (51), e depois o recém-criado Grão ducado de Moscou, emitiram denegas de prata ao longo do século. Anteriormente, entre os sécs. XI e XIV, barras de prata tinham servido como o principal meio de troca nos principados russos.

III-6 A Europa, c. 800 - 1460

EVENTOS HISTÓRICOS

768-814 Carlos Magno, rei dos Francos; anexa o reino lombardo da Itália (774) e a Germânia (Alemanha) até o rio Elba; coroado imperador do Ocidente pelo Papa (800).

Sécs. IX-X Frequentes incursões Vikings na Europa ocidental até a Itália; expansão da ordem monástica de Cluny; Califado de Córdoba na Espanha (912).

Séc. X Após Vitória sobre os Húngaros (955), coroação de Oto I como imperador do Sacro Império Romano Germânico (962).

c. 950-1000 Cristianização da Boêmia, Hungria e Polônia; o estilo românico (séc. XI).

c. 1019-1066 Cnut, “o Grande”, rei da Dinamarca, da Inglaterra (1019-1035) e conquista da Inglaterra por Guilherme, duque da Normandia (1066).

Séc XI Normandos no sul da Itália (1047); Querela das Investiduras (1076-1122).

1086-1114 Os Almorávidas na Espanha; avanço até Barcelona, 1ª Cruzada: os Francos tomam Jerusalém (1099).

1128-1195 Portugal independente (1128); invasão dos Almôadas (1147).

c. 1130-1150 Rogério II, rei normando da Sicília; crescimento do comércio veneziano com Bizâncio; início da arquitetura gótica.

c. 1150 Intensificação da colonização germânica a leste do rio Elba.

1156-1177 Disputas entre o Papado e o imperador germânico.

1190-1191 3ª Cruzada motivada pela perda de Jerusalém em 1187; conquista de Chipre e de Acre.

1199–1216 Morte de Ricardo Coração de Leão; João Sem Terra na Inglaterra e Irlanda; perda da Normandia; a Magna Carta (1215) reconhece os direitos dos senhores ingleses.

Sécs. XII-XIII Expansão dos Cistercienses e das comunas em cidades da Itália e da França; primeiras universidades.

1204 Latinos tomam Constantinopla; fortalecimento político e econômico de Veneza e rivalidade com Pisa e Gênova.

1211-1250 Frederico II imperador germânico e rei da Sicília.

1212 Derrota dos Almôadas; até o fim do séc. XIII, grandes progressos da “Reconquista”.

1214-1270 Fortalecimento da monarquia francesa sob Filipe Augusto, Luís VIII e principalmente Luís IX (1226-1270), São Luís; insucesso das Cruzadas de S. Luís.

c. 1225 Ordem dos Cavaleiros Teutônicos; regime dos podestades nas comunas italianas; expansão do comércio e das manufaturas italianas.

1266-1285 Conquista e perda da Sicília pelos Anjou; Sicília parte do reino de Aragão; a dinastia de Anjou em Nápoles.

c. 1280-1300 Apogeu das feiras de Champagne; surgimento de casas bancárias italianas; formação da Confederação Helvética (1291).

1309 O Papado em Avignon, com queda de prestígio dos papas; origem do Grande Cisma (1378).

Sécs. XIV-XV Apogeu das cidades flamengas de Bruges e Gand, centros manufatureiros, comerciais e artísticos; supremacia econômica de Florença, Gênova e Veneza e fortalecimento político de Milão; extensão das letras de câmbio e das atividades bancárias internacionais; apogeu da Hansa, (séc. XV).

1333-1370 Casimiro, "o Grande", na Polônia; vitória de Jagelão da Lituânia, rei da Polônia (1386), sobre os Cavaleiros Teutônicos em Tannenberg (1410).

1337-1453 Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra.

1347-1351 A "Peste Negra" na Europa, que perde cerca de um terço de sua população.

1310-1419 Dinastia dos Luxemburgo na Boêmia; Carlos IV rei e imperador germânico; a Bula de Ouro (1356): eleição dos imperadores germânicos por sete eleitores.

1385 D. João I funda a dinastia de Avis em Portugal.

1414-1418 Concílio de Constança e morte de Jan Huss (1415); depois seguido pelo Concílio de Basiléia (1431-1443).

1453 Fim da Guerra de Cem Anos e queda de Constantinopla.

EVENTOS MONETÁRIOS

794 Reforma monetária de Carlos Magno (794) : os "novi denarii" ou "deniers" de prata, base do sistema monetário carolíngio até o séc. X; imitados em quase toda a Europa; no séc. IX, apenas os domínios de Bizâncio e os principados lombardos no sul da Itália cunham ouro na Europa Ocidental, além dos califas de Córdoba.

Séc. IX Na Inglaterra, "stycas" de bronze no reino da Nortúmbria (até 867) e "penny" (denier) de prata, dos Vikings dinamarqueses de York.

Sécs. X-XI Imitações Vikings dos deniers carolíngios; sob Aethelred II (978-1016) e Cnut (1019-1035) "pennies" de boa qualidade; "denars" otonianos de prata na Alemanha e na Itália (Pavia); na França e no Sacro Império, concessão do direito de cunhar moeda a abadias e certos senhores.

Sécs. X-XI Denars de prata na Boêmia e na Hungria; "wendenpfennigs" na Polônia.

Séc. XI Generalização das emissões feudais na França e na Alemanha; Guilherme, "o Conquistador" (1066-1087): monopólio de emissão do rei e penny "sterling", o "esterlino", fartamente imitado no continente europeu.

Sécs. XII-XIII Enfraquecimento generalizado do teor de prata dos deniers (com exceções como a do penny inglês); na Alemanha, extensas cunhagens de pfennigs, "bracteatas" de prata; além do denar; em 1223, em Osnabruck, uma pele de ovelha vale 2 denars.

Sécs. XII-XIII Moeda divisionária dos reinos ibéricos: dinheiro de bilhão; "morabitanos" de ouro de Portugal e Castela para concorrer com os dinars islâmicos.

Séc. XIII O "grosso denaro" de Veneza equivalente a 24 denaros; várias cidades italianas seguem o exemplo; na Alemanha, em Hamburgo, 1 kg de manteiga custa 4,5 pfennigs, e 20 ovos, 1,3 pfennigs; em 1235, um porco custa 60 pfennigs e uma ovelha 54.

c. 1251-1252 Em Florença e Gênova, respectivamente, florim e genovino de ouro; florim imitado em toda a Europa de Aragão a Lubeck; Veneza introduz o ducado de ouro (1280-1290), moeda internacional; em Florença, em 1286-1288 artesãos ganham até 5 soldi (grossos) por dia; um trabalhador manual, 2 soldos e 4 denari; um florim de ouro vale 36 soldi ou mais de sete dias de trabalho dos primeiros.

c. 1266 "Gros tournois" de Luís IX da França equivalente a 12 deniers; imitado em Flandres e no centro da Europa - "groschen" de Praga e depois de Meissen na Saxônia.

c. 1270-1310 "Salutos" da dinastia de Anjou na Sicília e em Nápoles e taris de prata pelos Aragoneses na Sicília; em Nápoles, o "gigliato" de prata dos Anjou no reino de Nápoles.

Séc. XIV Na Itália, a cunhagem de ouro estende-se a Milão; em 1315, os banqueiros Peruzzi pagaram 30 florins de ouro por um cavalo; na Inglaterra, entre 1311 e 1340, o salário diário de um carpinteiro era de cerca de 3 pennies.

c. 1337-1380 Na França, introdução do franco de ouro; "groat", equivalente a 4 pennies na Inglaterra, e pouco depois o "noble" de ouro.

c. 1340-1380 Nos Países Baixos, cunhagens de ouro semelhantes aos écus franceses e de gros e esterlinos de prata.

c. 1340-1380 Na Europa central, cunhagem do florim de ouro dos reis da Hungria e de ducados de ouro da Boêmia, além do “groschen” de Praga.

c. 1350-1380 Na Península Ibérica, real de Castela e de Portugal, aumenta a cunhagem de ouro; salário diário na produção de telhas em Évora (1380): homens, 7 soldos de 12 dinheiros; mulheres, 3 soldos.

c. 1380-1420 Enfraquecimento da moeda de prata francesa; écus (escudos) e “agnelos” de ouro de elevada pureza; a cunhagem inglesa mantém a qualidade.

c. 1400-1450 Várias cidades alemãs cunham o “gulden” (florim) de ouro e o “groschen” de prata, além de moedas de bilhão (com baixo teor de prata).

c. 1420-1453 Na França, tentativas de cunhagem de prata de melhor qualidade sob Carlos VII (1422-1461), e manutenção do écu de ouro de elevada pureza; c. 1436 um trabalhador ganha 3 blancs de prata/dia; Inglaterra mantém a emissão regular do groat e do penny: o salário diário de um carpinteiro é de 5 pennies entre 1430 e 1450; em Antuérpia, é de 4,5 a 8 gros na década de 1430.

c. 1420-1460 Na Itália, nos primórdios do Renascimento, várias cidades emitem grossos de prata de qualidade e Florença, Gênova e Veneza mantêm a sua cunhagem de ouro inalterada.

c. 1438-1460 Em Portugal, D. Afonso V (1438-1481) emite cruzados de ouro baseados no ducado veneziano, e introduz o “ceitil”, moeda de cobre puro; nos reinos de Castela e Aragão, em paralelo à cunhagem de ouro e de prata, a cunhagem de bilhão tende para o cobre puro.

Vitrine VII – A Europa Medieval, c. 800 -1460

Módulo 13 – A Era do “Denier”, c. 800 - 1270

Em 751, o “Prefeito do Palácio” Pepino o Breve depôs o último Merovíngio tomando o seu lugar. Foi sucedido por Carlos Magno (768-814) que anexou o reino lombardo da Itália (774) e a Germânia (Alemanha) até o Elba, sendo coroado Imperador do Ocidente pelo Papa Leão III em 800.

Já no final do séc. VII, a prata vinha substituindo o ouro tanto na Inglaterra como nas terras dos francos (França e Alemanha) como o principal metal para fins monetários. Esse processo se completaria com a conquista do reino Lombardo por Carlos Magno, que resultou, a partir de 781, na interrupção da cunhagem de ouro lombarda, já muito enfraquecida no seu teor metálico. Em paralelo, na Inglaterra, foi introduzindo o “penny largo”, de prata “sterling”, quase pura, ou esterlino. Assim, no final do século VIII, na Europa Ocidental, somente ainda cunhavam ouro os bizantinos na Sicília (Módulo 11) e os príncipes lombardos de Benevento (no sul da Itália hoje).

Carlos Magno introduziu em 794 os “novi denarii”, novos “deniers” de 1,7g de prata, na relação de 240 deniers com uma libra peso de 403,2g. A moeda franca manteria esse padrão durante todo o séc IX, e a relação de 1 libra dividida em 20 sous e 12 deniers

passou a ser adotada para a moeda de conta e mais tarde para emissão de moedas nesses valores. Na Inglaterra o sistema de 1 Libra = 20 Shillings = 240 Pennies sobreviveria até 1968! Luís “o Piedoso”, filho de Carlos Magno, introduziu a cunhagem do denier da religião cristã (Christiania Religio), que continuou a ser cunhado após a sua morte (1). Seu sucessor, Carlos “o Calvo” (840-877) fez reviver o monograma “Karolus” de Carlos Magno nos seus deniers (3,4) e cunhou também $\frac{1}{2}$ deniers ou “óbulos” (2) com a prata das minas de Melle.

Na Inglaterra, no séc. IX, disputada pelos Anglo-saxões e pelos Vikings, cunharam-se, no reino da Nortúmbria, “stycas” de bronze tanto em nome do rei (6) como de autoridades eclesiásticas (7), que cessaram em 867 com a invasão escandinava, mas os reis Vikings dinamarqueses de York cunharam “pennies” de prata de boa qualidade (8).

No final do séc IX, Eudes, Conde de Paris, foi temporariamente rei dos francos (888-898) e cunhou deniers em várias oficinas (9, 10). O poder voltou para a dinastia Carolíngia, mas esta cessou de reinar em boa parte das terras da Alemanha de hoje em 911, e os grandes senhores se reservaram o direito de eleger o imperador do Sacro Império Romano Germânico. Enquanto o reino da Borgonha manteve por um tempo sua independência com emissões próprias (11), e os carolíngios continuavam suas emissões (12) no atual território francês, os novos imperadores germânicos da dinastia Otoniana passaram a cunhar em diversas oficinas, na Alemanha (16-18).

Na Dinamarca, os vikings copiaram os deniers carolíngios (13) sob Harald “do Dente Azul” (940-985) e na Inglaterra o anglo-saxão Aethereid II (978-1016) conseguiu a unificação do reino e manteve a emissão do penny de prata de boa qualidade (14). Essas emissões foram copiadas na Irlanda pelos vikings (15) que disputavam a região com os Celtas irlandeses na virada do século.

No continente, no final do séc. IX, com o enfraquecimento gradual do poder real, os carolíngios concederam o direito de cunhar moeda a certas abadias e logo diversos senhores feudais leigos se apropriaram dessa prerrogativa. Nas terras do império, autoridades eclesiásticas também passaram a cunhar moeda a partir do séc. X, e principalmente no séc. XI (20,21), enquanto o imperador Conrado o Sálico (1027-1039), rei da Itália a partir de 1026, tinha uma importante oficina monetária em Pavia (19). No norte e no centro da Itália de hoje, a cunhagem permaneceria um monopólio dos imperadores germânicos até o séc. XII, quando foi concedido a Genova, em 1138, o direito de cunhagem.

No Leste da Europa, no séc. XI, o ducado da Boêmia emitiu “denars” de prata de boa qualidade (22). Na Polônia, circularam amplamente os “Wendenpfennig” (23), cunhagem episcopal anônima, com cruz nas duas faces, talvez cunhadas na Saxônia.

Com a morte de Aethelred, a Inglaterra caiu sob o domínio do rei dinamarquês (Cnut (1016-1035). Durante esse reino, em que houve abundantes emissões de penny de prata (24), era comum cortar ao meio essas moedas para que as metades circulassem como $\frac{1}{2}$ penny (25). Depois de um breve interlúdio de governo anglo-saxão, a Inglaterra foi invadida pelo duque da Normandia, Guilherme o Conquistador, que tornou-se rei (1066-1087) fundando uma nova dinastia que manteve o penny (26) como unidade monetária básica, com seu elevado teor metálico preservado durante séculos, assim como o

monopólio da cunhagem para o poder real. Esse penny de prata “sterling” seria imitado nos Países Baixos e na Alemanha com a apelação de “esterlin” ou esterlino.

Os Normandos também fizeram incursões no sul da Europa, dominando inicialmente o sul da Itália e logo a Sicília entre o final do séc. XI e 1194. Nessas regiões, cunharam moedas de bronze semelhantes aos Follis bizantinos (o follaro – 27), e depois já no século XII, denominações próprias como o trifollaro (37), além de adaptações das cunhagens islâmicas de ouro, muitas vezes incluindo legendas em árabe.

No início do séc. XII, quando os reinos espanhóis cristãos do norte iam tentando a Reconquista, as emissões de “dineros” de bilhão (28) “no modelo francês” contrastam com a cunhagem de ouro e prata de elevado teor metálico das regiões sob controle islâmico (Módulo 16). Começaram também as emissões de Portugal independente sob D. Afonso Henriques (1128-1185) que cunhou o “dinheiro” de bilhão (35).

Na França, a dinastia real dos Capetos (fundada em 987) controlava efetivamente somente parte do território, mantendo a emissão de deniers de prata já algo enfraquecida sob Luis VI (1108-1137), Luis VII (1137-1180), cunhados em diversas oficinas monetárias (29, 36) e que sofreriam um contínuo declínio de qualidade. Destacam-se durante o séc. XII e XIII as emissões de deniers feudais franceses de diversos ducados e condados (30-34) e de autoridades episcopais (39-42). Possivelmente uma centena de localidades diferentes cunharam moedas nos sécs. X-XII nos atuais territórios tanto da França como da Alemanha, com circulação muitas vezes restrita aos territórios das autoridades emissoras.

Com a retomada do comércio de longa distância e o aumento da população, o conseqüente aumento da demanda por moeda e uma certa escassez de oferta do metal, o enfraquecimento tanto do peso como do teor metálico do “denier” tende a generalizar-se por quase toda a Europa no séc. XII. Existem exceções como a do penny inglês, cunhado tanto pelo poder real na Inglaterra, como na Irlanda sob domínio inglês (46).

Na Alemanha, no entanto, cunharam-se além dos deniers ou pfennigs com tipos nas duas faces, um novo tipo de “pfennig” com módulo maior e às vezes quase tão fino quanto uma folha de papel, com tipos variados e muitas vezes muito atraentes (43). Essas “bracteatas”, eram unificiais e cunhadas com um só cunho.

No final do séc. XII e início do séc. XIII, para concorrer com as moedas islâmicas, os reinos de Castela e de Portugal cunharam “morabitanos” de ouro (45,48), que ainda eram uma exceção numa Europa dominada pelo denier de prata. Mas em Portugal a moeda divisionária de uso corrente continuaria sendo o dinheiro de bilhão (49, 61) como, na França atual, o denier de prata feudal (47,50) e real (44), este, já de bilhão sob Filipe II Augusto (1180-1263).

O século XIII marca duas mudanças muito importantes na história monetária européia: a emissão de moedas de prata maiores e mais pesadas, múltiplos dos “deniers”, e a volta da cunhagem de ouro na Itália e ao norte dos Pirineus e dos Alpes. Veneza cunhou pioneiramente, talvez já em 1202, o “grosso denaro” ou “grosso matapan” equivalente a 24 denaros locais. Outras cidades italianas (54, 55) e do Tirol (70) cunhariam “grossos” ao longo do século, além da moeda divisionária mais tradicional (53), o denaro ou denominações locais semelhantes.

Na Alemanha, perdurou em várias regiões a cunhagem de bracteatas (56, 57), também temporariamente adotada no reino da Hungria (58), enquanto na Inglaterra (59) e na Escócia (60), manteve-se a emissão do penny de prata de elevada pureza. Já na Península Ibérica, tanto em Portugal (61) como na Espanha (62) continuou a predominar a moeda divisionária de bilhão.

A partir de meados do séc. XIII, a grande transformação foi a retomada da emissão regular de moedas de ouro na Itália, em 1251 ou 1252, tanto em Florença, com o “florim” (65) de ouro puro (3,54g), como em Gênova, com o “Genovino” (66), que seriam seguidos pelo ducado ou “zecchino” veneziano no final do século. (O florim seria amplamente imitado na Europa toda, de Aragão, passando por cidades do Reno, até Lubeck no Báltico).

Outra mudança importante foi a cunhagem na França por Luis IX (1226-1270), São Luis, de um “gros” de 12 “deniers tournois”, “grosso tornês” (63), de módulo bem maior (25mm) e com o dobro do peso do “Grosso” italiano, que seria também amplamente imitado através da Europa. São Luis também emitiu um “Écu” (escudo) de ouro extremamente raro. Mas a cunhagem de ouro somente teria maior importância na França a partir do séc. XIV.

Em paralelo a essas mudanças, a dinastia francesa de Anjou cunhou no Reino de Nápoles e Sicília, e depois somente em Nápoles, o “salut” ou “saluto” (saudação) de prata (67), e depois o “gigliato” (68), tipo de “gros” de prata que seria fartamente imitado no Mediterrâneo oriental.

Na Europa Central, a partir do último quartel do séc. XIII, começou a consagrar-se como “moeda internacional” o gros ou groschen de prata da Boêmia (72), cunhado com o metal das ricas minas de Kutna Hora. Outras regiões mantiveram a cunhagem do denier, como o bispado de Lausanne (hoje na Suíça-71) e do esterlino, como os duques de Brabante nos Países Baixos (69). Na década de 1290, talvez 90 milhões de esterlinos tenham sido emitidos no continente, em contraste com os 9 milhões de pennies “sterling” cunhados na Inglaterra. Em contraste, em certas regiões, diante da insuficiência da oferta de moedas de baixa denominação, é possível que a troca de bens por outros bens tenha continuado a prevalecer em pequenas comunidades pouco monetarizadas.

Módulo 14 – A Era do “Gros” e a Volta do Ouro, c. 1270-1460.

No século XIV, no reino da França Filipe “o Belo” (1285-1314) continuou a cunhagem do gros de prata de boa qualidade (2) e ensaiou uma cunhagem de ouro. Em várias regiões européias observam-se, no entanto, tendências contrastantes. Enquanto na Inglaterra o penny e suas subdivisões (1) mantinham seu elevado teor metálico, na Dinamarca o penning “de bilhão” na realidade era de cobre (6). Os senhores feudais franceses continuaram cunhando deniers de prata de qualidade variável, como os duques independentes da Bretanha (3), e na atual Alemanha, além do denier mais tradicional (5) surge o “heller”, dito “da mão”, inicialmente em Hall na Suábia (4), mas depois amplamente imitado por outras localidades.

Os reinos de Castela e Leão (7) e os reis de Aragão nas suas terras e no Condado de Barcelona (8) continuam a emitir bilhão, mesmo depois dos grandes progressos da Reconquista no século anterior. Mas, na Itália de hoje, além da extensão da cunhagem do “grosso” por autoridades eclesiásticas (11) ou cidades importantes como Genova (13), Milão também passa a emitir peças de ouro mais regularmente (9). Veneza introduz uma nova denominação divisionária de prata de boa qualidade, o soldino (12), que contrasta com o denaro de bilhão de péssima qualidade emitido pelo “Senado” romano em detrimento da autoridade papal (14), enquanto os governantes de Savóia ainda emitem deniers com algum teor de prata, notadamente para circulação em Genebra (17). Mais ao sul, a dinastia de Anjou manteve a cunhagem do “gigliato” em Nápoles (15) e os reis aragoneses da Sicília, que sucederam os Anjou no controle da ilha, cunharam “taris” de prata de elevado teor metálico do séc. XIV ao séc. XV. (16,32)

Na França, com o avanço do poder real, a cunhagem tornou-se mais centralizada e cessaram gradualmente boa parte das emissões feudais, mas em regiões mais autônomas como Flandres os condes emitiram “gros” próprios de boa qualidade (22). No séc. XIV, boa parte do território francês foi envolvido pela “Guerra de Cem Anos” com a Inglaterra cujos reis postulavam a sucessão do trono francês. Na Inglaterra emitiu-se uma grande moeda de ouro, o Noble (24), e suas divisões, além de “groats” de prata de boa qualidade e equivalentes a 4 pennies (23), cunhados a partir de 1351 à semelhança do “gros” francês de S. Luís. No ducado de Aquitânia, ocupado por tropas inglesas, Eduardo “o Príncipe Negro”, (1355-1375) emitiu diversas moedas de uso local (25).

O reino francês, já antes do início da guerra, vinha reduzindo o teor de prata de suas moedas introduzindo novas denominações (33), com freqüentes retiradas de moedas de circulação e recunhagens “retarifadas”. Consolida-se, então, a distinção entre o curso ou cotação oficial das moedas e a cotação comercial (que depende do real peso e teor metálico das peças). Nos séculos XIV e XV consolidar-se-ia também, entre os comerciantes e banqueiros italianos, o uso da “letra de câmbio” que permitia pagamentos importantes a distância, sem envolver grandes deslocamentos de moedas metálicas.

Paradoxalmente, durante a Guerra de Cem Anos a França emitiu moedas de ouro de grande qualidade. À emissão do écu (escudo) de ouro em 1351 (34) segue-se a do primeiro “franco” (cujo significado é “livre”), ou “franco a cavalo”, em 1360 (35) cunhado no contexto da libertação de João II “o Bom” capturado em 1356 pelos ingleses. Seu sucessor Carlos V (1361-1380) cunhou francos de ouro “de pé” (36), que seriam sucedidos pela emissão regular de “écus” (escudos) de ouro (49) e agnelos (50) sob Carlos VI (1380-1422).

Nos Países Baixos, o condado de Flandres introduziu uma bela cunhagem de ouro (37), além de manter a emissão do gros de prata, também cunhado no ducado de Luxemburgo (39), enquanto os Duques de Brabante continuaram a emissão de esterlinos de prata (38).

Na Europa Central, os reis da Hungria emitiram florins de ouro de boa qualidade (21), e na Boêmia, cujo rei Carlos IV era também imperador do Sacro Império (1346-1378), emitiram-se ducados de ouro, além dos tradicionais groschen de prata (20) que foram amplamente imitados na Alemanha, notadamente na Saxônia (19). Em comparação, a emissão dos pfennigs de prata do Ducado da Áustria (18) parece muito acanhada.

No final do séc. XIV e início do século XV, na Itália, Veneza emitiu ducados de ouro (30) em quantidade, que substituírem definitivamente a cunhagem bizantina de ouro e parte da cunhagem islâmica no Mediterrâneo Oriental e foram amplamente imitados nessa região. Milão (26, 27) e Florença (29) emitiram “grossos” de elevado teor de prata, mas outras cidades apelaram crescentemente para emissões de bilhão (28).

Ao longo do século XIV, o “gros” também penetrara na Península Ibérica, inspirando os “croat” da Barcelona (40) e de Aragão, mas principalmente o “real” de prata de Castela (41, 42). Em Portugal, em seqüência à cunhagem tradicional de dinheiros de bilhão dos seus antecessores (43, 44), D. Fernando I (1367-1383) emitiu farta cunhagem de ouro com elevado valor estético (45, 46), além de um real de prata de teor elevado (47) e de interessante “barbuda” de bilhão (48).

A primeira metade do séc. XV é marcada pela última fase da Guerra de Cem Anos. Os reis ingleses emitiram moedas na França na qualidade de regentes (51) ou pretendentes (52), aproveitando-se das guerras civis entre Borgonhões e Armagnacs (54) e da loucura de Carlos VI. Mas graças a Joana d’Arc, Carlos VII (1422-1461) foi coroado em Reims e pouco a pouco recuperou todo o território francês ocupado pelos ingleses, com exceção de Calais onde continuou funcionando uma oficina monetária inglesa (53). Carlos VII retomou emissões de prata de qualidade (55), mas a tendência foi de redução do teor de prata das emissões. O seu sucessor Luis XI (1461-1483) reincorporaria a Borgonha ao reino, e retomaria a emissão regular de “écus” de ouro (56). Na periferia do reino francês, nos Países Baixos, o Brabante emite o “leão de ouro” (57) e Luxemburgo mantém a cunhagem do gros de prata na primeira metade do século. (58).

Na Escandinávia, mais integrada ao resto da Europa, Cristiano I rei da Dinamarca (1448-1481) e depois também da Noruega e da Suécia, cunhou moedas de prata, incluindo os pequenos Hvid (59). Na atual Alemanha, no séc. XV existiram emissões de florins de ouro em numerosas cidades (60), e de groschen de prata, enquanto os cantões suíços cunharam peças de denominações variadas (61). Na Prússia oriental, os cavaleiros teutônicos emitiram schillings de bilhão com teor de prata decrescente (62).

Na Itália, já nos primórdios do Renascimento, houve a emissão de grossos de prata de boa qualidade (64, 65) e de moedas divisionárias (67), algumas com teor de prata em declínio, mas as cunhagens de ouro de Florença (63), Veneza e Genova mantiveram o seu elevado grau de pureza. Já na Península Ibérica, em Castela e Leão, a cunhagem de bilhão tendeu para o cobre puro (60). Em Portugal, a partir de D. João I (1385-1433) ocorreram emissões de prata (69, 70) e de bilhão de qualidade variável, e Afonso V (1438-1481) emitiu cruzados de ouro (72), baseados no ducado Veneziano. Após 1470, teve início uma nova fase na cunhagem européia, com a difusão dos “testones” de prata e de moedas de prata de grandes dimensões, que teriam início com o “guldiner” do Arquiduque do Tirol de 1486.

III-7 O Mundo Islâmico, Sécs. VII -XV

EVENTOS HISTÓRICOS

632-661 Primeiros quatro califas, sucessores políticos de Maomé;

633-698 Conquista do Iraque, da Síria, da Mesopotâmia, do Egito, da Pérsia, do norte da África e do Kurasan.

661-750 Califado Omíada, com capital em Damasco.

710-712 Conquista de grande parte da Península Ibérica.

750-1258 Califado Abássida; Bagdá, no Iraque, capital.

756-1031 Emirado e depois califado omíada na Península Ibérica.

788-1258 Os Samanidas na Transoxiana, os Buídas no Irã e na Mesopotâmia e depois os Gaznavidas no Afeganistão virtualmente independentes.

808-909 Aglábidas, governadores e depois monarcas do norte da África, também independentes.

909-1171 Dinastia Fatímida do Egito; criação de um califado xiita.

1016-1090 Desunião política na Península Ibérica e reinos de “Taifas”.

1055 Seldjúcidas em Bagdá exercem tutela sobre o califa; sultanato seldjúcida de Rum na Ásia Menor (c. 1081-1307).

Sécs. XI-XII Na Mesopotâmia e na Síria, dinastias turcomanas independentes.

1090-1235 Os Almorávidas e depois os Almôadas reúnem os domínios islâmicos na Península Ibérica.

1169-1250 Dinastia Aíubida no Egito: Saladino retoma Jerusalém (1187).

1206-1227 Gêngis Khan; Mongóis conquistam a Pérsia em 1231.

1258 Tomada de Bagdá pelos mongóis: execução do último califa abássida; dinastia mongol “ilcânida” no Irã e no Iraque (1256-1357).

1250-1517 O Estado mameluco sucede os Aíubidas no Egito.

Séc. XIII Os Otomanos instalam-se na Ásia Menor ocidental.

Séc. XIV Os Otomanos reduzem a Sérvia a estado vassalo (1388).

1402 Os Otomanos esmagados por Tamerlão que funda a nova dinastia mongol dos Timúridas (sécs. XIV-XVI) no Irã e na Ásia central.

1444 Batalha de Varna completa a submissão dos Bálcãs aos Otomanos.

1453 Os Otomanos conquistam Constantinopla; fim do Império Bizantino.

1492 Queda do Reino de Granada na Península Ibérica

EVENTOS MONETÁRIOS

Séc. VII Cunhagens “árabo-bizantinas” e “árabo-sassânidas” imitando peças bizantinas e sassânidas, sob a dinastia amíada.

696-697 Reforma Monetária de Abd al Malik: introdução do dinar de ouro de 4,25g e do dirham de prata de 2,8 a 2,9g, e do fals de cobre. As emissões anteriores são recolhidas para recunhagem; durante séculos somente constam inscrições das moedas islâmicas, sem qualquer imagem.

750 Dinastia Abássida mantém cunhagem do dinar, do dirham de prata e do fals; nome de autoridades emissoras aparece nas moedas.

755-912 Os Emires Omíadas da Península Ibérica emitem dirhams e dinars do tipo omíada, com indicação de “al-Andalus”.

Séc. IX Emissão de moedas islâmicas em numerosas oficinas, do norte da África à Ásia Central.

Séc. IX No Norte da África, emissões dos Aglábidas e no Egito dos Tulunidas e dos Ikhshididas.

912-1031 Período final do Califado de Córdoba; emissões com tipos mais locais.

909-1171 Abundantes emissões de ouro dos Fatímidas no Egito e na Síria.

950-1050 Diminuição do teor metálico dos dirhams do Oriente Médio: “fome de prata”.

c. 1100-1240 Emissões figurativas dos Turcomanos, em bronze, baseadas em modelos gregos, romanos e bizantinos.

c. 1090-1235 Almorávidas e Almôadas cunham no norte da África e na Espanha dinars de boa qualidade, qirats de prata, e pequenos dirhams de prata quadrados.

Séc. XII-XIII Abundantes emissões de prata de boa qualidade dos Seldjúcidas de Rum, na Anatólia.

Séc. XIII Raras emissões em nome de Gêngis Khan.

Séc. XIV-XV Emissões de ouro dos Marinidas e Hafsidas do norte da África.

Séc. XIV-XV Abundante cunhagem de tankas de prata pelos Timúridas.

Séc. XIV-XV Primeiras emissões de akches de prata otomanos e do altun de ouro após a tomada de Constantinopla; fim das cunhagens islâmicas na Península Ibérica c.1492.

Vitrine VIII - O Mundo Islâmico, Sécs. VII-XV

Módulo 15 – Vazio

Módulo 16 – A Cunhagem Islâmica no Oriente Médio, na Ásia Central, no Norte da África e na Península Ibérica, Sécs. VII-XV.

Entre a morte de Maomé em 632 e cerca de 750, exércitos islâmicos conquistaram domínios que se estendem da Península Ibérica e do norte da África até a Ásia central e a fronteira da Índia, incluindo o Egito, a Arábia, grande parte do Oriente Médio e da Pérsia e do Afeganistão.

Durante o primeiro meio século de conquistas, ocorreram poucas mudanças na cunhagem dos territórios ocupados. Nas regiões do antigo Império Persa, os governadores árabes limitaram-se a adicionar pequenas alterações nas legendas às dracmas sassânidas, há séculos em circulação (1), como também fariam no Tabaristão, no séc. VIII (2). Na Síria e no Egito continuaram sendo utilizados os “solidi” bizantinos de ouro, que seriam objeto de imitações árabes somente no final do séc. VII. Foram, igualmente cunhadas, na mesma época, moedas de cobre sem a eliminação dos tipos cristãos do follis bizantino (fals – plural fulus), às vezes apenas com o acréscimo do nome da oficina monetária em árabe (3).

A dinastia omíada, de origem síria, a primeira de califas islâmicos, foi estabelecida em 661 d.C., mas uma reforma ampla somente seria implantada por Abd al-Malik (686-705) em 696 e 697. O novo sistema monetário incluiu o “dinar” de ouro de 4,25g (5), com peso ligeiramente inferior ao do solidus, o “dirham” de prata de 2,8 ou 2,9g (6), e o “fals”, uma pequena peça de cobre (7). As moedas “árabo-bizantinas” e “árabo-sassânidas” foram recolhidas para recunhagem.

A adoção inicial da figura do califa de pé (4) foi abandonada por ser contra a ortodoxia, apesar do Alcorão não proibir formalmente a arte representativa de seres vivos. Durante séculos, somente inscrições constariam das moedas islâmicas, normalmente de caráter religioso, além da indicação da casa da moeda e da data por extenso. O nome das autoridades emissoras só apareceria mais tarde, no séc. VIII. A escrita cúfica (relacionada a Kufa, no Irã), a caligrafia árabe inicial, permitia uma ornamentação muito decorativa. Seria, mais tarde, substituída pela escrita cursiva, a partir dos sécs. XII e XIII. A partir do séc. IX, o dinar islâmico tornou-se a moeda comercial “por excelência” do Oriente Médio Mediterrâneo em competição com o solidus bizantino.

Em 750 teve início a dinastia abássida (750-1258), uma linhagem da Pérsia que introduziu a cultura persa nos demais domínios islâmicos, iniciando uma época de grande esplendor e prosperidade. Abriram-se novas rotas comerciais, intensificaram-se

a produção e o consumo de artigos de luxo e o conhecimento científico foi desenvolvido em paralelo a notáveis realizações artísticas e arquitetônicas.

O califa al-Mansur (754-75) fundou Bagdá. Harun al-Rashid (786-809), em cujo reinado foram compostos os contos das “Mil e Uma Noites”, chegou inclusive a enviar uma embaixada com presentes para Carlos Magno. A partir de seu período de governo, o nome do califa, e às vezes o do grão-vizir ou o do herdeiro do trono, passaram a constar das inscrições nas moedas. Al-Mutawakkil (847-861) construiu os grandes palácios e mesquitas de Samarra, para onde a capital do califado foi temporariamente transferida. Numerosas oficinas cunharam os dinares e dirhams abássidas (11, 12, 13, 14).

Gradualmente, porém, o poder do califa foi sendo desgastado pelo surgimento de dinastias rivais com diferentes graus de dependência em relação ao governo central. Entre estas destacam-se inicialmente os aglábidas, governadores do norte da África (808-909), grandes construtores que desenvolveram Kairuan e que, com o tempo, tornaram-se totalmente independentes; no Egito, no séc. IX, destacaram-se os tulunidas (35), e depois os fatímidas (909-1171), dinastia xiita, com monarcas que se autodenominaram califas, e não reconheciam a autoridade do califa sunita de Bagdá (36). O Cairo, capital fatímida, logo distinguiu-se por seus artigos de arte de luxo, incluindo cristal de rocha trabalhado, cerâmicas e têxteis de alta qualidade. No sul da Arábia, no séc. X, os sassânidas emitiram dinars, dirhams e uma pequena fração de prata estritamente local, o sudaysi (37).

Nas regiões orientais, os samânidas na Transoxiana, os buídas no Irã e na Mesopotâmia e depois os gaznavidas no atual Afeganistão, também tornaram-se, de fato, ainda que não nominalmente, independentes do califado de Bagdá, exercendo sucessivamente, do séc. IX ao séc. XI, verdadeiros protetorados sobre a Pérsia e a Mesopotâmia. Essas dinastias preservaram a cunhagem de dinars e dirhams do tipo tradicional (15, 16), mas também emitiram um múltiplo de dirham de prata (17). Os Vikings mantiveram um ativo comércio por vias terrestres e fluviais com os domínios islâmicos e estima-se que, no séc. X, talvez cerca de 100 milhões de dirhams samânidas tenham sido exportados da Ásia Central para a Rússia e o Báltico. Para os Vikings, essas moedas valiam pelo seu peso e muitas vezes eram recortadas em peças menores.

A partir do séc. IX, diversas tribos do centro da Ásia penetraram gradualmente nos domínios abássidas, inicialmente como mercenários ou guarda-costas do califa, mas assumindo aos poucos posições de destaque na administração e no exército. Em 1039, Togrul Beg, turco seldjúcida, declarou-se independente dos gaznavidas, conquistou o Irã e tomou Bagdá em 1055, colocando o califa sob sua tutela. A dinastia dos Grão-seldjúcidas duraria até o final do séc. XII (18).

A partir do séc. XII, na Mesopotâmia e na Síria, várias dinastias turcomanas emitiram moedas de cobre com a representação de imagens baseadas em moedas gregas, romanas e bizantinas, entre as quais os Artuquidas de Mardin (19), os Zangidas de Mossul e Sinjar (20) e os Lulúidas de Mossul (21). Todas elas emitiram moedas de cobre com a denominação de “dirham”, possivelmente cunhadas para passar por dirhams de prata em função da escassez do metal que afetou o Oriente Médio na época e levou ao enfraquecimento do teor de metal dos dirhams de prata emitidos em outras regiões islâmicas. Quando o Irã foi invadido pelos mongóis, no séc. XIII, já havia dois séculos

que não se cunhavam moedas de prata de boa qualidade. O teor de prata dos dirhams foi reduzido de uma percentagem de mais de 95% nos anos 950 a 1000 para 60-70% nas décadas seguintes, com casos de apenas cerca de 20% após 1050.

Gêngis Khan (1206-1227), após unificar as tribos mongóis, invadiu a Ásia central e os domínios islâmicos, onde seus sucessores se estabeleceriam de forma duradoura. Existe um raro dirham (23), talvez cunhado em Ghazna, em seu nome e no do califa al-Nasir.

Em 1258, Al-Musta'sim (1242-58), o último califa abássida, foi capturado e executado pelos mongóis, que tomaram Bagdá e fundaram a dinastia ilcânida no Irã atual, passando a cunhar moedas de prata e de ouro de elevado teor de metal precioso (24, 25). Adotaram-se novas legendas do Alcorão para as moedas e a escrita Uigur também foi ocasionalmente utilizada. Para tentar contornar a situação financeira temporariamente crítica do império mongol ilcânida, Gheikatu (1291-5) tentou banir a moeda metálica e substituí-la pelo "ch'ao", papel-moeda baseado no modelo chinês, com o texto da profissão de fé islâmica. A experiência foi um desastre. O comércio ficou paralisado, e o ch'ao teve que ser recolhido, voltando-se à moeda metálica.

Os mongóis da Horda Dourada, ou jújidas, ocuparam parte da Ásia central e o sul da Rússia, isolando por dois séculos os principados russos do restante da Europa. Cunharam "puls" de bronze de baixa qualidade (26).

Em meados do séc. XIV, a dinastia muzafarida controlou partes do Irã, emitindo duplos dirhams de prata de boa qualidade (28).

Outra dinastia mongol, a dos timúridas, fundada pelo grande conquistador Tamerlão (1370-1405), governou o Irã e a Ásia central de 1370 a 1501 e emitiu dirhams, e depois "tankas" de prata (29,30), (moedas menores e mais espessas que o dirham tradicional).

Os fatímidas do Egito foram derrubados por Saladino, general de origem curda que fundou a dinastia aiúbida (1171-1250) e retomou Jerusalém dos cruzados latinos (1187). Saladino e seus sucessores controlaram o Egito e a Síria até 1250, cunhando dinars de ouro (39), dirhams de prata (41) e fulus de cobre (40, 42). Os aiúbidas foram, por sua vez, derrubados pelos mamelucos, uma dinastia de sultões de origem turca (ramo "bahri" - 43) e depois circassiana (ramo "burji" - 44), de antigos escravos militares promovidos ao poder pelos seus pares. (Nos sécs. XII e XIII os cruzados latinos emitiram em Trípoli e no reino de Jerusalém besantes de ouro copiados de dinares islâmicos que somente em 1250, em função de reclamações do papa, passaram a incluir símbolos cristãos).

Durante o período mameluco (1250-1517) o Cairo tornar-se-ia uma das maiores cidades do mundo medieval, e, após a queda de Bagdá, o centro da cultura árabe islâmica. No séc. XV, os mamelucos cunharam no Cairo "ashrafis" de ouro (44) a partir de al-Ashraf Barsbay (1422-37), que visavam competir com o ducado veneziano, que tinha o mesmo peso.

Temporariamente independentes, os rasulidas do Iêmem produziram no séc. XIV uma cunhagem abundante, notadamente em Áden (38).

Os seldjúcidas da Anatólia, que criaram o sultanato de Rum (c. 1081-1307), usaram prata da região e também cunharam moedas de elevado teor de metal precioso. A partir dessa época, a prata (22) começou a substituir o ouro, que fora, até então, a base dos sistemas monetários do Oriente Médio.

Os eretnidas (27) controlaram temporariamente a Anatólia central, mas os turcos otomanos foram gradualmente conquistando toda a Anatólia, substituindo os seldjúcidas e as demais dinastias. De início, atacaram o que restava do império bizantino, tomando Constantinopla (Istambul) em 1453, e o “império” de Trebizonda nos anos seguintes. Cunharam inicialmente akches de prata (32, 33) e moedas de cobre, e, mais tarde moedas de ouro (altun), estas somente a partir da segunda metade do séc. XV.

Até o final do séc. XV, os Aq Qoyunlu ou “Turcomanos das ovelhas brancas” mantiveram-se independentes em regiões da Anatólia, do Iraque e do Irã e emitiram moedas de prata, muitas das quais contramarcadas sobre peças timúridas (31).

Na Península Ibérica, conquistada dos visigodos de forma fulgurante a partir de 711, dinastias islâmicas controlaram territórios até 1492. O único sobrevivente da família omíada, Abd al-Rahman I (755-789), fundou o emirado omíada de Córdoba (46 – 47), que foi transformado em califado por Abd al-Ramahn III (912-961) (50). Os emires, e depois os califas, cunharam dirhams de prata (46-52) em grande quantidade e moedas de ouro menos freqüentemente. No séc. XI, após 1031, com o fim do califado, o poder dividiu-se entre diversos “reinos de taifas”, destacando-se, entre outras, a dinastia dos abádidas de Sevilha (53-55), mas duas dinastias de origem norte-africana, os almorávidas e os almôadas, conquistaram sucessivamente partes da Península Ibérica, em constantes confrontos com os reinos cristãos do norte empenhados na “Reconquista”. Nesse período emitiram-se moedas de ouro de teor elevado, (57, 58) qirats de prata de dimensão reduzida (56) e pequenos dirhams de prata quadrados (59), depois imitados pelos reinos cristãos (imitação conhecida como millares-60).

Após a década de 1230, a dinastia Nasrida reinou até 1492 sobre domínios cada vez menos extensos no chamado Reino de Granada. Os nasridas emitiram principalmente dirhams e $\frac{1}{2}$ dirhams quadrados (63, 64), além de moedas de ouro, até a conquista do reino pelos “Reis Católicos”. Também cunharam um múltiplo de dirham muito raro (62).

No norte da África, com a derrocada dos almôadas, do séc. XIII ao XV, os Marinidas (61) e Hafsidas ocuparam o Marrocos e a Tunísia, onde cunharam moedas de ouro muito atraentes.

III-8 O Subcontinente Indiano, Séc. VII a.C. - 1520

EVENTOS HISTÓRICOS

c.2500-1500 Civilização do Indo

Sécs. VII–IV Estados locais em permanente conflito no norte da Índia; c. 567-487, vida do Buda.

539-522 a.C. Anexação pelos persas das bacias dos rios Cabul e Indo ao seu império.

c. 323-185 Império Mauria; Açoka (c. 273-232) adota o Budismo em 261 a.C.

c. 200 a 1 a.C. Estados indo-gregos no noroeste da Índia.

Séc. I a.C. Sakas substituem gradualmente os indo-gregos na bacia do Indo.

Séc. I d.C. Expansão marítima pacífica da civilização indiana no Sudeste Asiático e na Indonésia. Vários estados autônomos na Índia.

Séc. I-IV Império Kushan, em parte anexado pelos persas após 224 e absorvido no séc. IV pelos Gupta (sécs. IV-VI), que criam um império no norte da Índia.

Sécs. V-VI Novas invasões de "hunos"; nenhum Estado prevalece sobre os demais, no norte e no sul da Índia.

Séc. VII Instalação dos Taís na atual Tailândia; os Pyus ocupam parte da Birmânia (Myanmar) de c. 500 ao séc. IX e fundam Srikshetra; os Mons no sul da Birmânia do séc. III ao séc. IX.; dinastia Chandra no Arakan sécs.IV-VIII.

Séc. IX Turcos ou Shahis, monarcas de Ohind no Paquistão e noroeste da Índia.

c. 1175-1206 Muhammad Ghori conquista o norte da Índia.

c. 1206-1398 “Reis escravos” muçulmanos no Sultanato de Délhi. e suzeranos de Bengala; conquista do Decã por muçulmanos do norte da Índia (1308-1312).

c. 1336-1565 Estado hindu de Vijayanagar no sul da Índia.

1398 Saque de Delhi por Tamerlão.

1498 Chegada de Vasco da gama na Índia.

1526-1540 e 1555-1707 Império Grão-Mongol.

EVENTOS MONETÁRIOS

Sécs. V e IV a.C. Moedas gregas e persas nos territórios do Afeganistão e Paquistão atuais; cunhagem em Cabul de moedas de prata pela administração persa local; início da cunhagem de “Satamanas”, barras de prata com símbolos estampados (c. 375).

Séc. IV Início da cunhagem na Índia de moedas de prata retangulares ou de forma irregular estampadas com vários punções diferentes (karshapanas).

c. 140 a 1 a.C. Emissões de monarcas indo-gregos no Paquistão e no noroeste da Índia.

Sécs. II-I a.C. Moedas de bronze fundidas ou cunhadas em várias regiões da Índia e no séc. I d.C no Ceilão (Sri Lanka).

Sécs. I-IV Emissões dos Indo-citas, dos Indo-partas e dos Kushans no norte da Índia.

Sécs. IV-VI Emissões de ouro dos Gupta no norte da Índia.

Sécs. V-VI Hunos Heftalitas no noroeste da Índia, imitações de prata de tipos persas sassânidas.

Sécs. V-VIII Emissões em partes da Birmânia e da Tailândia atuais dos Mons e dos Pyus.

Sécs. VII-VIII Emissões de “gadhya paisa”.

Sécs. VII-X Diversas emissões locais sem tipo predominante.

Séc. IX Emissões de prata pelos turcos Shahis de moedas de prata do tipo cavaleiro/touro.

Sécs. IX-XI Emissões regionais: Cachemira, Chaulukyas; Cholas no sul da Índia; Misore e Decã.

Final do séc. XII Adoção, em Delhi, de tipos islâmicos que depois estendem-se para o Bengala; abundantes emissões de tankas de prata até o séc. XV.

Sécs. XIV-XV Emissões de ouro do reino hindu de Vijayanagar; em algumas regiões circulação de conchas “cauris” para pequenos pagamentos.

Sécs. XIII-XV Emissões de moedas de ouro e de prata, redondas ou em forma de cubo, na Península Malaia, na Indonésia atual ou nas Filipinas, com ampla circulação nessas regiões.

c. 1498-1521 Primeiras emissões portuguesas em Malaca e na Índia.

Vitrine IX - O Extremo Oriente e o Subcontinente Indiano, Sécs VII a.C a XIX d.C

Módulo 18 - O Sub-continento Indiano e o Sudeste Asiático, das Primeiras Emissões ao Advento dos Grão-Mongóis, Séc. IV a.C. – c 1520 d.C.

Durante os sécs. V e IV a.C., moedas gregas e persas emitidas nas províncias ocidentais do Império Persa circulavam até os territórios hoje conhecidos como Afeganistão e Paquistão, e foram copiadas e adaptadas localmente. Na região de Cabul, pouco depois de 400 a.C., moedas de prata foram cunhadas pela administração persa local. Pouco depois, começaram a ser produzidas barras de prata abauladas, com símbolos estampados nas extremidades, conhecidas como *satamanas* (1):

O traço característico das primeiras emissões indianas, não anteriores ao séc. IV a.C., e conhecidas como Karshapanas, foi o uso de vários pequenos punções individuais com pequenos desenhos na sua extremidade, estampados separadamente sobre peças de metal achatadas, retangulares ou de forma irregular, possivelmente baseadas em um padrão de peso de cerca de 3,3 a 3,5g (2, 3, 4). Mais de 300 símbolos diferentes são conhecidos e supõe-se que os mais antigos devem-se a joalheiros e banqueiros e não a qualquer estado.

A introdução da cunhagem de bronze na Índia já se baseou nesse novo tipo e não deveu nada à cunhagem grega. As moedas mais antigas são versões em bronze das moedas de prata com punções múltiplos. Delas evoluiu-se para a cunhagem com um único punção com vários desenhos, ou para a fundição de moedas de bronze em moldes. No séc. I d.C. a cunhagem já se estendia à Índia do sul e ao Sri Lanka.

De cerca de 250 a 190, o reino grego da Bactria, emitiu moedas tipicamente gregas, com a tecnologia de dois cunhos e com tipos e língua gregos. Os monarcas gregos da Bactria delegaram o governo de certas províncias a reis gregos vassalos, notadamente em territórios conquistados no séc. II no sudeste do Afeganistão e no Paquistão atuais. Nessas regiões, tais governantes passaram a cunhar moedas bilíngües, com inscrições tanto em grego como em kharosthi (5). Essas regiões permaneceriam sob o controle de monarcas indo-gregos até o final do séc. I a.C. (7), muito tempo depois da conquista da Bactria por nômades Sakas, por volta de 140 a.C. Menander (Milinda para os indianos, c. 165-130) que reinou sobre partes do Paquistão e do noroeste da Índia, teria inclusive se convertido ao Budismo (6).

A região ocupada pelos reinos indo-gregos no noroeste da Índia foi sucessivamente conquistada por vários invasores nômades, além dos Indo-Citas (8,9), (sécs. I a.C. a I d.C.). Esses invasores foram os Indo-Partas (10 - séc. I d.C.), os Kushans (11 - sécs I-IV), os Hunos brancos ou Heftalitas (sécs. IV-VI) e os Turcos (sécs. VI-IX). No entanto, outros invasores, os Jovan-Jovan (13) do Centro da Ásia e os Kushanshahs (17) alcançariam o Afeganistão mas não conseguiriam passar para a Pérsia, ainda muito poderosa sob os partas e, depois, sob os sassânidas.

De meados do séc. I ao séc. II, os Kushans situaram-se no centro geográfico de uma rede de rotas comerciais que ligavam o mundo romano, o mar Vermelho, o mar Arábico, a Índia, a Ásia Central e a China. A riqueza dos Kushans reflete-se nas moedas de ouro que cunharam (15) e o Budismo floresceu sob a dinastia.

No norte da Índia, no período Gupta (sécs. IV-VI), a moeda de ouro padrão seria o dinar (18), que também refletia influências ocidentais. Os Guptas, que dominavam uma área dos rios Indo ao Ganges, absorveram, da mesma forma, influências de seus vizinhos Kushans que reinavam sobre o Afeganistão, o Paquistão e o noroeste da Índia. Mesmo antes da derrocada dos Gupta, várias regiões da Índia estavam sob o controle de dinastias ou povos de várias origens.

Os sátrapas de Gujarat e da Índia Ocidental (sécs. I-IV) emitiram moedas de prata baseadas em modelos gregos (14), antes de serem conquistados pelos Gupta. Por outro lado, os Iaudheyas (16) cunharam moedas de bronze com tipos claramente hindus no séc. IV. Os Heftalitas mantiveram o tipo imobilizado de “Napki Malik” entre cerca de 475 e 560, no Vale de Cabul e no Paquistão (19).

Na ausência de um império predominante, muitas autoridades regionais emitiram moeda destacando-se os Chaulukyas (28), os Pandia, os Pratiharas e os Cholas. Nos sécs. VII-VIII, várias imitações de tipos sassânidas muito deturpados foram cunhadas no centro da Índia do Norte e são conhecidas como “Gadhya Paisa” (20). Bhoja I rei de Kanauj no Centro da Índia, cunhou uma moeda com tipo de Vishnú de pé e escrita nagari (21). Já os Shahis, monarcas de origem turca de Ohind, no Paquistão e noroeste da Índia, emitiram, no séc. IX, moedas de prata de boa qualidade, com o tipo do cavaleiro nômade no anverso e o touro hindu no reverso (22, 24), imitadas durante séculos. No Cachemira, nos sécs. IX e X, houve emissões de bronze (26) com tipos que distanciaram-se das divindades que pretendiam representar e que se tornaram quase abstratos. No Nepal, já no séc. VII emitiram-se “Panas” de bronze.

Os Cholas, que desenvolveram um império marítimo com base no sul da Índia, sob Raja Raja (c. 985-1016) cunharam moedas com rei estilizado no trono e divindade estilizada (27), sem que este tipo viesse a prevalecer em outras regiões. Enquanto o norte da Índia esteve continuamente sujeito a invasões, o centro e o sul da Índia, o Decã e Misore, se desenvolveram em circunstâncias mais favoráveis. Em Orissa, houve emissões de ouro muito elaboradas com o tipo do elefante a partir do séc. XII. O reino hindu de Vijayanagar, fundado em 1336, cunhou interessantes moedas de ouro (35). Os Bahamanidas fundaram o sultanato islâmico de Kulbarga no Decã, emitindo moedas com a escrita árabe (34).

No final do séc. XII, o Gorida do Afeganistão Mu'izz ad-Din Muhammad bin Sam (1173-1206) conquistou o norte da Índia, que passou a ter uma cunhagem de ouro e de prata de tipo islâmico (29) que tenderia a se propagar para outras regiões. Relações comerciais com o resto do mundo islâmico trouxeram prosperidade para a Índia e, em decorrência, aumentou o acesso à prata, até então comparativamente escassa. Somente no sul da Índia e no Sri Lanka (32, 33) continuaram prevalecendo tipos hindus tradicionais.

No séc. XIV os sultões islâmicos de Delhi cunharam tankas de prata (30) em abundância. Em Bengala, governadores semi-autônomos cunharam tankas no estilo das do sultanato de Delhi (31). Anteriormente sob o domínio da dinastia dos Palas de Bihar e Bengala, circulavam na região apenas conchas (“cauris”) e ouro em pó, e o uso de conchas para pequenos pagamentos permaneceria até 1780!

Na parte continental do sudeste asiático, a emissão e o uso de moedas cunhadas, introduzido a partir da Índia nos sécs. VII e VIII, tinha desaparecido no séc. XI. Anteriormente, moedas de prata emitidas pelo reino Pyu de Srikshestra (39), na Birmânia, e pelo reino Mon de Dvaravati, na Tailândia, tinham circulado também no Camboja e em parte do Vietnã até o séc. X. A brilhante civilização baseada em Angkor não recorreu à cunhagem de moedas. Os povos birmaneses e tailandeses, que controlavam a região nos sécs. XI-XIII, introduziram novas tradições monetárias baseadas no uso de lingotes de prata. Relatos chineses também referem-se ao uso de lingotes de estanho como moeda na península malaia no séc. XV.

Na Indonésia e nas Filipinas, a tradição indiana de moeda de prata e ouro teria sido conhecida entre os sécs. IX e XIII. As moedas da região tinham às vezes um formato diferente, inclusive o de um pequeno cubo (40), mas houve também emissões de discos redondos cunhados (41).

No final do séc. XV, os portugueses iniciaram a penetração europeia na Índia e no sudeste asiático, e, sob D. Manuel I (1495-1521), antes do advento dos Grão-Mongóis, cunharam moedas em Malaca (hoje na Malásia – 42) e em Goa (43), iniciando uma longa série de emissões (Módulo 33).

II-9 O Extremo Oriente, c. Sécs VII a.C. – XV d.C.

EVENTOS HISTÓRICOS

c. 770-256 Dinastia Zhou Oriental.

c. 722-475 Período dos Outonos e Primaveras; Confúcio (c. 551-479).

c. 475-221 Período dos Reinos Combatentes; séc. IV.

221 China Imperial: dinastia Qin (221-207); dinastia Han Ocidental (206 a.C a 9 d.C).

9-23 d.C Usurpação de Wang Mang.

25-220 Dinastia Han Ocidental .

589-618 Dinastia Sui; unificação da China.

618-907 Dinastia Tang; preço de um cavalo em 636 : cerca de 25.000 “cash”.

Sécs. VII -VIII Difusão da civilização chinesa e do Budismo no Japão.

Sécs. VII-IX Unificação da Coréia.

960-1126 Dinastia Song do norte.

Séc. X Independência de Anam da China; dinastia nacional dos Ly (1010-1225).

1127-1279 Dinastia Song do sul.

1192 Instituição do xogunato no Japão.

1206-1227 Campanhas de Gêngis Khan.

1279-1368 Dinastia Yuan (Mongol). População da China c. 1300 : 100 milhões; um cavalo podia custar 10.000 cash em 1362 ou ser trocado por uma cabeça de gado.

1368 –1644 Dinastia Ming. Capital: Pequim (Beijing); população c. 1600: 160 milhões.

Sécs. XIV-XIX Dinastia Li na Coréia. Forte influência da China.

1428-1793 Dinastia Lê no Anam e na Cochinchina.

1603-1868 Xogunato Tokugawa no Japão; Nagasaki único porto para comércio internacional; população c. 1820 : 31 milhões.

1644-1912 Dinastia Qing na China.

1802-1883 Gia Long imperador do Anam; Anam e Tonquim protetorados franceses (1883).

EVENTOS MONETÁRIOS

2o. e 1o. Milênios a.C. Trocas de mercadorias (cereais, seda, objetos de bronze) e uso de conchas (“cauris”) para pagamentos.

c.700-600 Dinastia Zhou inventa a primeira moeda chinesa em bronze fundido em forma de pá;

c. 600-300 Difusão de moedas de bronze fundido em forma de pá, faca e conchas, em vários estados da China; primeiras moedas redondas com furo no centro.

c. 221 Introdução do Ban-liang, moeda com furo no centro como moeda imperial e nacional e desmonetização das demais; produção de moedas não centralizada.

c. 118 Introdução do Wu-Zhu novo tipo com furo no centro; emissão de mais de 28 bilhões de exemplares no período Han ocidental.

9-23 Tentativa mal sucedida de reforma monetária de Wang Mang; inflação reversão parcial a pagamentos em bens.

23-581 Reinício da emissão intermitente do Wu-Zhu, moeda com período de mais longa circulação na História, sem maiores alterações.

c.621 Introdução do “Kaiyuan Tong Bao”, mais conhecido como “cash” ou sapeque, tipo de moeda de bronze fundido com furo no centro e quatro caracteres identificando reinado de emissão; tipo estabilizado até o séc. XIX, apenas com adição ocasional de caracteres no reverso antes liso.

708 Emissão no Japão das primeiras moedas próprias, copiadas das Chinesas.

967 – séc. XVI Japão suspende a emissão de moedas pelo governo central por um período de cerca de 600 anos. Importação periódica de moedas de bronze da China.

970 e 996 Primeiras moedas próprias respectivamente no Anam (Vietnam) e na Coréia.

Séc. XIII-XV Predominância da circulação de papel moeda e de barras de metal precioso na China; exportação de sapeques para o Anam e o Japão.

Séc. XVI A hiperinflação resultante de emissões excessivas de papel moeda resulta na volta do sapeque como elemento fundamental da circulação monetária; impostos denominados em peso de prata; aumento da importação de prata do Japão e depois da América espanhola via as Filipinas ou através da Europa.

Séc. XVIII O cash ou sapeque do reino de Gao Zong (1736-1795) foi provavelmente a moeda do mundo emitida em maiores quantidades antes do séc. XX, em bilhões de exemplares.

Sécs. XVIII e XIX Crescente importância da circulação de barras de prata; freqüentes contra-marcas de banqueiros chineses sobre moedas de prata estrangeiras.

Sécs. XVII - XIX Reforma monetária na Coréia: mun e duplo mun de latão emitidos por cerca de 24 repartições públicas; no séc. XIX, emissão mal sucedida de moedas de 100 mun com valor de face excessivo para o valor intrínseco.

Fins séc. XVI - séc. XIX Introdução de placas de ouro (Kobans) e de glóbulos de prata (mameitagin) no sistema monetário Japonês e emissão ocasional de moedas de bronze e depois de ferro com furo no centro; emissões provinciais nos Hans, inclusive de papel moeda; diminuição gradual do tamanho e teor metálico das emissões do governo central; amplo uso do arroz para pagamentos, inclusive de impostos.

Séc. XIX No Anam, emissão de moedas de ouro e de prata retangulares, além de sapeques com furo no meio de cobre e de zinco.

Vitrine IX - O Extremo Oriente e o Subcontinente Indiano, Sécs VII a.C a XIX d.C

Módulo 17 - O Extremo Oriente, da Invenção da Moeda na China à Penetração Européia no Séc. XIX: China, Anam, Coréia e Japão, c. 700 a.C. – Séc. XIX d.C.

A invenção da moeda na China partiu da imitação, em bronze fundido em moldes, de objetos utilitários como pás e facas, mas também de “cauris” ou conchas. Após a decisão tomada no Reino de Zhou, no final do séc. VII a.C., de produzir imitações de pás, com peso padronizado para circular como moeda, vários estados emitiram moedas naqueles formatos do séc. VI ao séc. III a.C. [n^os 1-3].

A partir do final do séc. III a.C., a opção por moedas redondas com um furo no centro prevaleceu, com os chamados “Ban-liang” (4), seguidos, em 118 a.C., pelos Wu-zhu (5), ambos com dois caracteres. Estima-se que pelo menos 28 bilhões de Wu-Zhu tenham sido produzidos no reinado Han ocidental. Após uma breve retomada de tipos mais antigos pelo usurpador Wang Mang (6, 7), retornou-se ao Wu-zhu (8, 9), que, com pequenas variações de tipo, foi a moeda emitida pelo período mais longo na História. O Wu-Zhu foi substituído, por volta de 621, pelo “Kaiyuan Tong Bao” (sapeque ou cash) (12), com quatro caracteres identificando o reinado de emissão, o que permite a sua datação aproximada. Inicialmente essa moeda era unifacial.

O Anam (no Vietnã de hoje) fez parte do Império Chinês do séc. I d.C. até 939, quando tornou-se independente. Nessa região e no sudoeste da China, mesmo depois da emissão regular de moedas de bronze mais ao norte, conchas continuaram a circular como moeda durante séculos. No período conturbado da usurpação de Wang Mang no início do séc. I d.C., cereais e seda também foram aceitos como forma de pagamento.

Do séc. VII até o início do séc. XX, foram emitidos Sapeques ou “cash”, com um furo no centro, e seus múltiplos, sempre fundidos em moldes, inicialmente em bronze e no período final também em latão ou em cobre (13-48). O “cash” do reino Qian Long (Ch’ien Lung), do imperador Gao Zong (1736-1795), foi provavelmente a moeda do mundo emitida em maiores quantidades antes do século XX, em muitos bilhões de exemplares (40-41).

O Japão, o Anam (Vietnã atual) e a Coréia começaram a ter moedas próprias em 708, 970 e 996 respectivamente, e adotaram durante séculos o modelo chinês de moedas fundidas, com furo no centro. No Japão, entre o séc. X e o séc. XVI, não foram emitidas oficialmente moedas, recorrendo-se à importação de moedas chinesas de bronze para a circulação corrente. A partir do final do séc. XVI, foram retomadas as emissões de bronze (63-65) e produzidas peças em metais preciosos, como os “mameitagin” (glóbulos de prata com motivos estampados – 64 e 65) e os Kobans (placas de ouro com assinaturas a tinta!). Por volta de 1800, os Xoguns recorreram a moedas fundidas de latão ou ferro (67, 69), e reduziram o tamanho e a qualidade das moedas oficiais de ouro. Depois foram emitidas peças retangulares de prata de diversos valores (68, 70-71). Mas as moedas de metal não eram o único meio de pagamento: até a restauração Meiji (1868), impostos continuaram a ser pagos em arroz.

Além das moedas emitidas pelos Xoguns, diversos tipos de moeda local também foram produzidos pelos clãs japoneses, do séc. XVII ao XIX, nos Hans ou províncias. A partir de 1661, muitos deles emitiram papel moeda denominado em “moedas do Xogum” ou em produtos como arroz e vinho, mas alguns também emitiram moedas metálicas.

Na China, os preços dos produtos eram normalmente calculados em moeda de bronze, e a relação desta com os metais preciosos variava de acordo com o mercado. A partir da dinastia Song (Sung - c. 960-1280), com o grande desenvolvimento do comércio no império, em paralelo aos sapeques (15-22), a prata e o ouro em barras passaram a ser utilizados para grandes transações, circulando com o valor do metal precioso neles contido (pelo seu valor “intrínseco”). No período Mongol (1280-1368), o sapeque (27) perdeu importância, e lingotes de metal precioso e papel moeda passaram a constituir o principal meio circulante do país. No período Ming (1368-1644), o comércio declinou, como também a circulação de metal em lingotes (28-30). No séc. XV, emissões excessivas resultaram em uma hiperinflação que destruiu o regime de papel moeda, voltando-se a um regime monetário fundamentado na prata para grandes pagamentos, que levaria a grandes importações do metal, inicialmente do Japão e, mais tarde, da América Espanhola. Os “cash” ou sapeques readquiriram importância especialmente após 1505, quando passaram a ser produzidos em latão (31, 32), e com emissões ocasionais de 2,5 e 10 “cash”.

Na transição da dinastia Ming para a dinastia Quing, diversos rebeldes emitiram moedas de bronze (33-36). Durante os dois primeiros séculos da dinastia Quing (1644-1911) uma rede de cerca de 30 oficinas espalhadas pela China fundiam o “cash” padronizado (37-39), inclusive em Taiwan, a partir de 1689. No séc. XIX, durante a revolta Taiping (1851-64), em que ocorreriam cerca de 20 milhões de mortes, os rebeldes emitiram moedas (46) e foram também emitidos, pelo governo central, múltiplos do cash (44-45) que não tiveram aceitação, porque o valor do metal era muito inferior ao valor de face. A partir dos sécs. XVIII - XIX, com o crescimento do comércio internacional, aumentou muito a circulação de prata sob a forma de “sycees” ou lingotes de prata, em geral emitidos por bancos privados, com peso relativamente padronizado, freqüentemente em forma de “barco” (49). Diversos banqueiros chineses também apunham marcas próprias em moedas de prata estrangeiras de várias procedências (50, 51). O “peso” de 8 reales hispano-americano (50), na primeira metade do séc. XIX, tornara-se a única moeda utilizada pelo comércio em diversas partes do sul da China.

Os coreanos emitiram imitações de moedas chinesas em vários períodos, mas até 1423 utilizaram também moedas de bronze chinesas importadas. A partir de 1633, a dinastia Yi tentou emitir uma “moeda de estabilização”, o “mun”, que foi bem sucedida e passou a ser produzida em 24 repartições públicas, incorporando, a partir de 1679 o duplo “mun” de latão (58-61). Em 1866, moedas equivalentes a 100 “mun” seriam emitidas (62) mas logo retiradas de circulação, por terem um valor intrínseco muito inferior ao seu valor de face.

Os mongóis emitiram moedas em várias regiões da Ásia central, da Turquia à China, mas foram poucas as suas emissões locais. Durante muito tempo, foram usadas moedas chinesas na Mongólia que, a partir do séc. XVII, passou a ser governada diretamente pela China, cujas moedas circularam oficialmente até o séc. XX.

No Anam (hoje no Vietnã), várias dinastias emitiram moeda entre 970 e o séc. XIX. Entre 1044 e 1205, cessaram as emissões locais e usaram-se moedas chinesas importadas. Nos períodos Tran (1225-1400), dos Le tardios (1428—1527), dos usurpadores do clã Mac (1587-1592) e dos Le restaurados (1592-1788), foram feitas emissões regulares, mas não muito grandes, do típico cash ou sapeque (53-55). Moedas de prata de forma retangular foram emitidas no período Gia-long (1802-20) por Nguyen Anh e depois pelos seus sucessores (57). Diante da escassez do cobre, fundiram-se também moedas de zinco durante o séc. XIX (56). No período 1820-1880, prevaleceram as emissões de barras de prata e de ouro e as de sapeques.

Anexo 1

Mapas da 1ª Sala
da
Exposição do Museu Histórico Nacional
"As Moedas Contam a História "

Vitrine I

Os Povos da Grécia Antiga, *c.* 200-400 a.C.
A Colonização Grega e Fenícia, *c.* 900-550 a.C.
O Império Persa, *c.* Sécs. VI-IV a.C.

Vitrine II

Grécia – Produtos Agrícolas e Têxteis, Sécs. VI-I a.C.
O Império de Alexandre, 336-323 a.C.
O Mundo Helenístico, *c.* 320-30 a.C.

Vitrine III

A Expansão de Roma na Península Itálica até cerca de 212 a.C.
Os Domínios Romanos, Séc. I a.C. – Séc. II d.C.

Vitrine IV

O Suprimento de Roma no Período Imperial, Sécs. I-II
Oficinas Monetárias Romanas e Provinciais, Sécs. I-V d.C.
O Império Romano e Seus Vizinhos, Sécs. II-IV d.C.

Vitrine V

A Divisão do Império e as Invasões Bárbaras, Sécs. IV-V d.C.
A Cunhagem nas Províncias Romanas, Sécs. I-IV d.C.

Vitrine VI

O Império Bizantino e Povos Vizinhos, Séc. VI
Os Reinos Bárbaros, Início do Séc. VI
O Ocaso Bizantino e a Ascensão Otomana, Fim do Séc. XII – Início do Séc. XVI

Vitrine VII

O Império Carolíngio, *c.* 814
Europa, *c.* 1000 – 1100
O Comércio Europeu no Séc. XIV
Europa, Sécs. XIV – XV

Vitrine VIII

A Expansão Islâmica, 632 – 750
O Oriente Médio e a Ásia, Sécs. XIII-XV

Vitrine IX

O Império Han, Sécs. I-II
A China Ming, *c.* 1368 – 1644
O Império Mauria de Açoka e Estados Sucessores, Sécs. III a.C. – III d.C.

Departamento de Economia PUC-Rio
Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rua Marques de São Vicente 225 - Rio de Janeiro 22453-900, RJ
Tel.(21) 31141078 Fax (21) 31141084
www.econ.puc-rio.br
flavia@econ.puc-rio.br